

D.O.

Leitura

D.O. Leitura, São Paulo 5(59) abril de 1987

Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado



A Idade Média e o Brasil

A ortografia que nos atormenta

VIRIATO CORRÊA E MONTEIRO LOBATO

Mário de Andrade: primeiro encontro

"A MISSÃO": UMA HISTORIETA CRISTÃ

A ortografia que nos atormenta

É com s ou com z? Com j ou com g? C ou x? Poucas pessoas podem dizer honestamente que nunca têm estas e muitas outras dúvidas provocadas pelo nosso complicado código ortográfico. Haverá solução para isso? O autor deste artigo acha que sim e fundamenta sua proposta através de um estudo que abrange toda a história ortográfica. (Conclusão.)

Eno Teodoro Wanke Ilustração de Alcindo Moreira

Os portugueses se consideram, por tradição e antiguidade, os proprietários da língua que nós, os brasileiros, temos por língua materna, aquela que nos acostumamos a amar e a ter como nossa.

Tentar dar palpite sobre nossa língua é uma questão delicada. Os portugueses saltam logo em defesa de sua hegemonia. Sua língua é a sua pátria, seu orgulho e sua tradição. Dizer o contrário é ofendê-los. Ofendem-se, aliás, à simples menção de que, na realidade, temos um falar brasileiro. Pois, para eles, simplesmente falamos errado.

O maior desgosto deles é ver como as novelas brasileiras de televisão que passam em Portugal "corrompem" a fala dos jovens com barbarismos absolutamente estranhos à "índole" e à "pureza" do idioma.

Quando emiti meu "Dicionário lusitano-brasileiro" onde colecionei lusitanismos (palavras usadas em Portugal mas não no Brasil) foi um deus-nos-acuda. Fui alvo de inesperado assédio de patriotas lusos querendo convencer-me de que aquilo não era bem verdade... Descobri, surpresa, que, para eles, eu não estava demonstrando amor a Portugal, como pensava, mas, sim, fazendo algo contrário aos interesses mútuos entre nossos países. Estava cometendo um pecado de lesa-luso-brasilismo!

É uma atitude de "proprietários da língua", "provada" pelo fato incontestável de ela se chamar "língua portuguesa".

(Diga-se, de passagem, que a língua galega — da qual a portuguesa provém — é língua bem viva, e continua muito próxima à nossa. O português, como se sabe, era originariamente o dialeto galego falado no Porto, oficializado sob o nome de "português" por el rei Dom Diniz no século 13. E se os galegos cismarem, de repente, de reivindicar a hegemonia do seu antigo dialeto portugalense?)

E a convicção dos portugueses é tão grande que chegamos a ceder e a concordar timidamente com seu "direito". Lembro-me do mestre João Ribeiro observando, em "Curiosidades verbais", a propósito da pronúncia da palavra "pessoa" que "nós pronunciávamos segundo a palavra escrita, ao passo que os portugueses dizem pessoa ou p'ssoa, e dizem muito bem, pois que a língua é deles".

Protesto. A língua não é deles. Pelo menos, não é só deles.

E, em nome dessa tradição, nos atormentamos com uma ortografia obsoleta, dificultosa, que nos toma tempo e trabalho para escrever nossa própria língua. E isso não é justo, pois nós, os brasilei-

ros, somos a absoluta maioria dos falantes da língua portuguesa.

No Brasil vivem hoje cerca de 130 milhões de falantes do português. Em Portugal são 10 milhões de habitantes — cabe toda a população dentro de apenas uma de nossas duas grandes cidades, Rio de Janeiro ou São Paulo. Na África continental, temos Angola, com nove milhões, Moçambique com 13 milhões e Guiné-Bissau com 900 mil habitantes. Embora a língua portuguesa seja a oficial desses países, ela é apenas a língua geral de uma população falando línguas tribais. Nos países ibêus — São Tomé e Príncipe (com cem mil habitantes) e Cabo Verde (com 300 mil) a população fala mesmo o crioulo, um dialeto, e pouco a língua oficial, o português. A soma de toda a população de expressão portuguesa fora do Brasil inclui cerca de 23 milhões de pessoas e representa um quinto apenas do número de brasileiros. Oitenta por cento dos falantes do português estão no Brasil.

Se isso não vale como argumento para termos o direito de respirar um pouco melhor em nossa própria língua, então o que é que vale?

A língua brasileira

Resumindo, são estes os grandes obstáculos para um entendimento ortográfico fonético entre Brasil e Portugal:

— O absoluto desinteresse de Portugal em fazer qualquer concessão ortográfica ao Brasil.

— A filosofia portuguesa de propriedade da língua.

Dai por que sou cético quanto a uma solução de entendimento ortográfico com os portugueses. Isto se choca com a grande necessidade que temos de nos livrarmos da sufocante tirania ortográfica à qual estamos submetidos.

Não será, então, hora de rompemos com as amarras linguísticas que nos prendem a Portugal, e caminhamos sozinhos?

Acredito que sim.

Criar uma Ortografia Fonética Brasileira não por cabotismo, por patriotismo, por sentimentalismo estreito, mas por um motivo técnico, de necessidade funcional. Se não descomplicarmos nossa escrita, vamos ter de agüentar essa complicação burocrática inútil pelo resto dos tempos. Complicação e burocracia que representam desgaste, atraso, perda de tempo e até de dinheiro.

Veja bem. Não sou desfavorável a que se tente uma unificação ortográfica com Portugal. Mas terá de ser — devido à nossa absoluta superioridade numérica em falan-

tes — baseada em língua-padrão oriunda do Brasil. O que, pelo visto, Portugal jamais aceitará.

Por outro lado, essa evolução linguística do português no Brasil, da qual, neste trabalho, só demos conta da parte ortográfica, atingiu, também, em cheio, o vocabulário. A reedição do nosso "Dicionário lusitano-brasileiro" com lusitanismos — ou seja, palavras ou aceções que só são utilizadas em Portugal, não no Brasil — facilmente alcançará cinco mil vocábulos. Um dicionário de brasileiros (palavras e aceções usadas no Brasil e não em Portugal) daria outro tanto.

Portanto, é hora de pensarmos seriamente naquilo que José de Alencar no século passado e Mário de Andrade no nosso, além de muita gente boa mais, defendia: que falamos uma língua portuguesa de expressão brasileira ou, mais precisamente, uma língua brasileira!

Estariamos assim, simplesmente, repetindo o gesto de Dom Diniz, o Rei Trovador, quando, com seu patriotismo e sua soberania, deu ao dialeto galego que os portugueses falavam o nome — que tanto honram — de "Língua Portuguesa".

A Língua-Padrão

É importante, agora, dar atenção especial ao problema da língua-padrão. No que consiste?

Acontece que as mesmas palavras não são ditas de maneira idêntica em toda parte — especialmente quando estamos tratando de um território continental como o Brasil. Há dialetos e falares distintos que variam de região a região. Se quisermos ter uma ortografia única para todo o País, é necessário, evidentemente, escolher uma só pronúncia para todas as palavras da língua. A reunião das palavras assim escolhidas forma o que se costuma chamar de língua-padrão. Devem, como precaução especial, e para permitir tirar dúvidas, especialmente no início da implantação de uma ortografia fonética, ser catalogadas num vocabulário. Este será a fonte da escrita e da pronúncia das palavras dali por diante, para que a ortografia não se deteriore, afastando-se a escrita do som das letras.

Os falantes da língua alemã basearam sua língua-padrão, o "Hochdeutsch" (alto alemão) na Bíblia de Lutero, traduzida do latim para o alemão em 1520. E a conservação de tal língua-padrão foi uma conquista de séculos da teimosia e da disciplina germânicas, tendo resolvido especialmente o problema dos inúmeros dialetos

existentes nos países abrangidos pelo idioma: as duas Alemanhas, a Áustria e a Suíça.

Outro exemplo completamente distinto é o da China comunista, utilizado em seu programa de introdução da ortografia fonética no país. Seu primeiro passo foi eleger um dos inúmeros dialetos e línguas da China como língua-padrão. Foi escolhido o dialeto pequinês (falado em Pequim) do mandarim — que é, aliás, a língua falada por mais gente na superfície do planeta. Estabelecida para o pequinês uma escrita fonética com base no alfabeto latino — a chamada "transliteração pinyin", passou esta língua a ser ensinada sistematicamente em todas as escolas do país como uma segunda língua de todas as populações, tornando-se ele a "língua geral" daquela populosa nação.

Um dos principais argumentos dos que se opõem a um tratamento brasileiro de nossa língua é o de que não temos um dialeto só, geral, ao qual possamos chamar "brasileiro". A dialética do português no Brasil está fragmentada em diversos ramos: nordestino, nortista, mineiro, carioca, paulista, caipira, paranaense, gaúcho etc. etc.

Pudera! No passado, as tentativas de criação dessa "língua geral" foram simplesmente sufocadas por um colonialismo crônico, um complexo de inferioridade linguística que até hoje nos sufoca. Sempre fomos perguntar aos portugueses (os donos da língua, humildemente pensamos, pois não se chama ela "português"?), se tal ou qual construção, frase ou sotaque estava certo, se era permitido etc. É claro que sempre responderam que não.

Aconteceu com José de Alencar, no século 19, cujos romances eram (são) vazados em "brasileiro" e com Mário de Andrade neste século 20, em "Macunaíma" e outras iniciativas, em linguagem deliberadamente sincrética dos falares nacionais. Os dois escritores foram ridicularizados, tachados de errados e sofreram incompreensões inúmeras.

Há 50 anos, exatamente, reuniram-se autoridades linguísticas brasileiras para estabelecer as regras de uma língua-padrão brasileira (eles a chamavam cautelosamente de "língua portuguesa nacional").

Foi durante o Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada, realizado em São Paulo, de 7 a 14 de julho de 1937, organizado pelo Departamento Municipal de Cultura, à frente do qual se encontrava seu criador, Mário de Andrade.

O objetivo do Congresso era estabelecer uma fala geral, com pronúncia fixa da "língua nacional" para uso das artes de dizer — especificamente o teatro, a declamação e o canto erudito. Desejava-se "organizar tanto a língua do país como a sua linguagem artística dentro de um critério culto que fosse ao mesmo tempo racional e estético".

Não havia, portanto, preocupação ortográfica imediata — que a ortografia da língua estava, na época, em outro departamento, a Academia Brasileira de Letras. Mas a maneira de fixar os fonemas por escrito foi — e não poderia ser de outro jeito — ortográfica.

Mário de Andrade já vinha com um anteprojeto preparado, propondo que se adotasse para língua-padrão do Brasil o falar carioca. Discutida a proposta no segundo dia do Congresso e ouvidos diversos representantes de outros Estados e de entidades culturais e literárias, foi ela aprovada por unanimidade. Os dias seguintes do Congresso foram dedicados à discussão das normas de pronúncia da língua-padrão no canto erudito. No final das contas, a língua carioca não foi adotada "pura". Excluiu-se dela, ao transformá-la em padrão — e em nome do bom-gosto, diga-se de passagem — o som "ch" e "j" que os cariocas dão ao "s" e ao "x" diante das consoantes ou no fim das palavras: echístico (estático), echperança (esperança), uj livru (os livros), mejmo (mesmo)...

Em 1956 realizou-se em Salvador o Primeiro Congresso de Língua Falada no Teatro por iniciativa da Universidade da Bahia. Tal Congresso, segundo Eduardo Portella ("Literatura e realidade nacional", pág. 83) não teve resultados tão objetivos como o anterior. Esbarrou, em sua tentativa de estabelecer uma língua-padrão para o Brasil, em três "obstáculos":

1 — A necessidade de se ter o domínio da evolução histórica da pronúncia portuguesa e brasileira (nota: sempre a mania de erudição no caminho de soluções objetivas! Acredito que tal conhecimento seria desejável mas não indispensável ao estabelecimento de uma língua-padrão).

2 — A necessidade da "minuciosa descrição dos dialetos brasileiros" (outro pormenor que, se continuar — desnecessariamente —, a ser colocado no caminho, nos impedirá, para todo o sempre, de ter uma língua-padrão. Tanto que o congresso linguístico seguinte foi o Congresso de Dialetologia realizado no Rio Grande do Sul, o qual, pelo menos, chegou a esta-



belecer um "alfabeto fonético brasileiro").

3 — A necessidade de se ter "descrições do falar culto dos principais centros urbanos brasileiros". Este, creio eu, é o mais objetivo dos itens tratados, de quem deseja, de fato, estabelecer uma língua-padrão. Pelo menos, é um caminho.

Acrescente-se, a bem da verdade — e apesar da afirmativa de Portella —, que esse Congresso chegou a examinar o linguajar carioca, através do estudo do Professor Houaiss, e a recomendá-lo como língua-padrão brasileira no teatro. Mas agora (segundo Silva Neto — Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, p. 159) com chiado e tudo "com o fundamento de que (o tal chiado) pertence igualmente à pronúncia-padrão portuguesa (sic)".

O Prof. Hilda, em seu livro de divulgação "O que é o português brasileiro" (p. 77), do Projeto NURC (Norma Urbana Culta), de certo resultante daquela perplexidade dos congressistas. Informa ser o NURC de "inspiração mexicana" e estar levando em conta "a linguagem de grandes e tradicionais cidades brasileiras". Ataca violentamente o trabalho, não só pela "lentidão com que está sendo implementado" como por se tratar de um "projeto elitista" abrangendo apenas "regiões privilegiadas", quando deveria "levar em conta a linguagem usada pelas pessoas cultas do país inteiro".

Acredito que hoje esteja tudo se encaminhando naturalmente, sem forçar, para uma solução. De repente, uma língua geral, um brasileiro-padrão está surgindo (ou já se estabeleceu) em todo o País, esperando apenas uma sistematização, um estudo mais aprofundado, um tratamento lingüístico adequado. O que Alencar, Mário de Andrade e os diversos Congressos não conseguiram fazer, o rádio e a televisão alcançaram. É na linguagem dos comunicadores da era eletrônica, alimentada por toda uma literatura nascente, que devemos procurar a língua-padrão brasileira.

Depois de mais de 50 anos sob a ação do rádio e mais de 30 anos de televisão, creio que a língua-padrão brasileira estaria esboçada, faltando apenas ser fixada através de um projeto específico.

Pois, para fins ortográficos, o que mais importa não é o vocabulário ou a sintaxe da língua-padrão, mas a pronúncia.

A proposta do KOF

Passemos agora da reflexão à ação. Uma proposta concreta.

Não é difícil, uma vez entendido o mecanismo da ortografia fonética, estabelecer um sistema de sinais (as letras) para representar os sons de uma língua. Importa, apenas, observar algumas precauções elementares para não tumultuar o que não necessita ser tumultuado, aproveitando, o mais possível, o que já existe, para facilitar o treinamento das pessoas no novo sistema, a adaptação do equipamento e provocar o menor grau de obsolescência possível no material já escrito ou impresso anteriormente.

Nesse sentido, a proposta do Clube de Ortografia Fonética (KOF), fundado em 1983, me parece ideal para solucionar a coisa.

Consta de apenas doze modificações simples em nosso alfabeto:

1 — Não haveria, letras mudas. Mas os dígrafos "nh" e "lh" seriam mantidos: oteí, oje, manhá, alho.

2 — O "g" teria sempre o som "gue": gerra, água, guitarra.

3 — "j" em lugar de "g" com som de "j": jente, jirafa, jeometria.

4 — "k" em lugar de "c", "q" e "qu": kasa, keijo, kolher, kuatro.

5 — "ks" em lugar de "x" com som de "ks": sekso, táksi, xeroks.

6 — "N" no lugar de "m" como letra nasaladora em fim de sílaba ou de palavra: tanbén, tanpa, mantén.

7 — "S" em lugar de "c" com som de "s": sinema, sidade, senoura.

8 — "S" em lugar de "x" com som de "s": esplikar, estaze.

9 — Dígrafo "ss" eliminado: asosiassão, asunto.

10 — "X" em lugar de "ch": xamar, xave.

11 — "Z" em lugar de "x" com som de "z": ezato, ezame, ezemplo.

12 — "Z" em lugar de "s" com som de "z": kaza, roza, mûzika.

O alfabeto passaria a ser: A, B(bê), S(sê), D(dê), E, F(fê), G(guê), I, J(jê), K(kê), L(lê), LH(lhê), M(mê), N(nê), NH(nhê), O, P(pê), R(rê), RR(rrê), T(tê), U, V(vê), X(xê), Z(zê). Mantido o "H" apenas para formar os dígrafos "lh" e "nh", e as outras letras do alfabeto (o C, o Q, o G, o Q, o Y e o W) para escrever nomes e palavras estrangeiras.

O R é a única letra que, nesta proposta, continua tendo, como atualmente, dois valores: forte no início das palavras (rato), brando no meio (ora). Para obter o som forte no meio das palavras, usar o dígrafo RR (arrobá). Solução razoável, já que isso, na ortografia atual, jamais trouxe dúvidas.

A eliminação do Ç tem uma vantagem não desprezível: os computadores, telex e outros aparelhos de fabricação estrangeira não o registram, confundindo, hoje, palavras como França e Franca, maçã e maca, roça e roca. Também a eliminação dos dígrafos SS, CH, GU, QU trazem economia de dígitos à memória dos referidos computadores.

Exemplos de apresentação de algumas palavras de acordo com a ortografia:

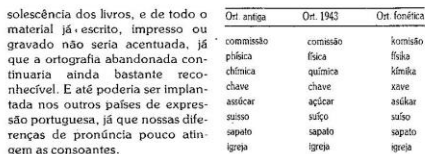
Exemplo de um trecho na ortografia preconizada:

Eskrever é bazicamente konbinar Ksoante kon Vogais, o ke poderia ser feito konforme padroes regulares. Asin, akreditamos ke tal proposta para ortografia pelo son, se adotada, facilitaria a alfabetização das krianças ke uzariam apenas a lójika ao eskrever. Os professores não terian ke esplikar o inespikável, supervalorizando a etimologia. E poderiam se dedikar melhor kon os alunos a estudos mais nobres, como a análise sintática, redação e interpretação de textos.

A função morfolójika das palavras omógrafas seria deduzida do kontesto da fraze (komo a palavra VIAJEM — verbo e substantivo).

A LÍNGUA BRAZILEIRA fikaria integralmente preservada, sujeta apenas às flutuações de neoljismos ou de semântika, fenômenos dinâmicos independentes desta proposta.

Gramatikisto A proposta do KOF é bastante prática e aplicável imediatamente, sem grandes problemas de implantação. Não cria nenhum símbolo novo, não havendo, portanto, necessidade de adaptação de equipamentos de escrita (máquinas de escrever, linotipos...), de transmissão de mensagens (telex, telegrafo...), computadores etc. O treinamento é extremamente fácil. A ob-



No Brasil, o elenco das vogais é praticamente o dobro das existentes em latim. São elas:

1 - "a" de carro, mapa, mesa

2 — "e" de época, média,
leva.
3 — "e" de selo, verde, de-
do.
4 — "i" de grilo, guri, hípico.
5 — "o" de ótica, embora,
pó.
6 — "o" de pôde, louco, tó-
nico.
7 — "u" de turno, jáú, últi-
mo.
8 — "ã" de anta, manhã,
cão.
9 — "en" de gente, enquanto,
contém.
10 — "in" de índio, muito,
fim.
11 — "o" de onda, bom,
campeões.

adotando-se, como em alemão, aglutinar sempre os elementos guardaxuva, superomen...); seria discutida a validade de certos fenômenos da fala brasileira, como o aparecimento do "i" antes do "s" — mais em vez de mas, nascer em vez de nascer — supressão do "e"

Importante mesmo é adotar quanto antes a proposta do KO, desburocratizando imediatamente nossa escrita e simplificando de maneira efetiva essa ortografia que hoje nos atormenta. (A primeira parte deste artigo foi publicada em nossa edição anterior.)

SOARES, Antônio Joaquim d
Macedo. Dicionário Brasile
ro da Língua Portuguesa
Rio de Janeiro, INL, 1955.

Edições Plaquette, 1981.

_____, O problema da ortografia fonética. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1985.

1995

Eno Teodoro Wanke é filólogo e presidente da Federação Brasileira de Entidades Transistas, sediada no Rio de Janeiro.

Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda

Além de obras fundamentais para a História do Brasil, Sérgio Buarque deixou outro legado importante: a biblioteca, com milhares de livros anotados. O acervo, à disposição do público, que pouco o procura, pertence à Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

Vera Cristina Neumann

No próximo dia 11 de junho, Sérgio Buarque de Holanda faria 85 anos. Seu falecimento em março de 1982 provocou uma lacuna dificilmente preenchível na história brasileira. Suas obras, entretanto, continuam muito vivas entre os pesquisadores, conforme nos relata o Prof. José Sebastião Witter, em seu artigo "Raízes do Brasil: 50 anos de atualidade": "...até hoje é, além de fonte inspiradora, objeto de análise e reflexão..." (6).

Sérgio Buarque deixou-nos, porém, além de suas obras, um legado tão precioso quanto a sua produção científica e, infelizmente, até agora pouco conhecido, visto que pouco veiculados: sua Biblioteca.

É essa Biblioteca que Jorge Andrade, em sua obra *Labirinto*, conhece quando vai à casa de Sérgio na rua Buri 35, no Pacaembu, cidade de São Paulo: "...Quando entro no escritório, paro atônito. Sérgio ri do meu assombro. A impressão que se tem é que todos os livros — milhares! — vão desabar em nossa cabeça. Há centenas amontoados e esparçados por todos os lados. É um caos de capas e lombadas coloridas; um delírio de obras... observo à minha volta. Nas estantes, entre livros, microfiches de toda a correspondência dos representantes diplomáticos americanos no Brasil de 1809 a 1906... Ao voltar-me para Sérgio, meus olhos demoram-se nas milhares de lombadas coloridas e me lembro do que ele dissera: — Os livros me deram o sentido da história. São a vida em compridos... Paro diante da estante, pensando que Sérgio me revelou a verdadeira 'visão do paraíso'. Ele percebe a minha admiração pelos livros e diz: — Nenhum desses livros é herança do meu pai. Foram todos

adquiridos ao longo de minha vida. Leio desde a infância..." (1).

Antonio Cândido no artigo "Sérgio em Berlim e depois", publicado na revista *Novos Estudos CEBRAP*, insere uma foto do "escritório de Sérgio Buarque exatamente como o historiador o deixou depois de nele trabalhar até os seus últimos dias" (3).

A organização da Biblioteca de Sérgio era extremamente peculiar; um leigo diria que era uma "bagunça organizada". Para os bibliotecários, porém, dificilmente seria aquele o arranjo mais adequado, uma vez que a sua formação acadêmico-profissional preza ao extremo a racionalização e normalização dos serviços. A organização de uma biblioteca deve preencher determinados padrões, que muitas vezes são questionáveis quando se trata de bibliotecas particulares. Não pretendemos polemizar acerca da eficácia ou não das leis biblioteconômico-organizacionais. Pretendemos, isto sim, tentar abrir um espaço para a discussão de que seria o "sentido de coerência" de um pesquisador em relação à organização, arranjo e manutenção de sua coleção de livros.

Acreditamos que a coerência individual no trato do acervo dificilmente coincidiria com as leis de arranjo lógico-sequencial nas estantes. É necessário que se coloque que a organização dada por Sérgio Buarque de Holanda a seus livros era por prioridades, enquanto a organização formal de bibliotecas não considerava relevante essa variável.

Alongarmos-nos na discussão seria supérfluo, uma vez que a proposta inicial é outra; consideramos, entretanto, ser este daqueles assuntos interessantes e merecedores de análise

ses biblioteconômicas mais aprofundadas.

A Biblioteca que tanto surpreendeu Jorge Andrade, e que serviu de fonte para inúmeros pesquisadores, hoje está de posse da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas): "...O acervo particular de oito mil volumes que pertencem ao historiador Sérgio Buarque de Holanda foi oficialmente entregue pela UNICAMP à comunidade... A coleção constitui a Biblioteca pessoal de Sérgio Buarque e foi doada pelos familiares... A Biblioteca de Sérgio Buarque passou à guarda da UNICAMP no final de 1983..." (4).

Acercar da possível "doação" da biblioteca Sérgio Buarque de Holanda, esclarece o Professor Ataliba Teixeira de Castilho, em nota publicada na *Folha de S. Paulo*, de 20 de março do corrente, na coluna *Painel do leitor*: "...A Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda foi adquirida pela UNICAMP da família do historiador, e não doada... Integra hoje a Biblioteca Central... A família Buarque de Holanda, portanto, não deve receber eventuais (e injustas) cobranças por fazer uma doação a uma universidade na qual não trabalhou o Professor Buarque de Holanda..." (5).

Após o falecimento do escritor, alguns professores da UNICAMP, ligados à família de Sérgio, interessaram-se em adquirir a Biblioteca em nome da Universidade. Segundo Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda, viúva do historiador, houve propostas para a aquisição da Coleção por uma Universidade norte-americana, o que foi descartado pela família, desejosa de que a Biblioteca permanecesse numa instituição brasileira.

A Biblioteca custou à UNICAMP em 1982 a quantia de 100 milhões de cruzeiros, que foram pagos pela Reitoria de

acordo com o Processo 2.891/82. Foi condição da família que o escritório (estantes, escrivaninha, máquina de escrever, leitora de microfiches) viesse acompanhando o material bibliográfico, numa tentativa de "reconstituição do gabinete pessoal de trabalho do historiador" (4).

O tratamento técnico da Coleção ficou a cargo da recém-criada Diretoria de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UNICAMP, que conta hoje com cinco bibliotecários, um auxiliar de Biblioteca e é responsável pelo preparo técnico (catalogação/classificação, arranjo nas estantes e disseminação) da Coleção.

As letras sempre despertaram fascínio no escritor, sendo que, segundo Manuel Bandeira, Sérgio "não fazia senão ler. Estava sempre com o nariz metido num livro ou numa revista, nos bondes, nos cafés, nas livrarias..." (2). Esse apreço pelos livros pode ser percebido, por exemplo, nas anotações detalhadas, no cuidado com as encadernações, nas dedicatórias exclusivas...

A Coleção Sérgio Buarque de Holanda tem cerca de oito mil volumes, 160 títulos de periódicos, 600 obras raras e dezenas de microfiches. Ocupa duas salas na Biblioteca Central; numa delas reconstituiu-se o gabinete do escritor, onde está localizado o acervo nas áreas de História, Geografia e Biografia (classe 900 da Classificação Decimal Dewey). Na outra sala estão os fichários, os periódicos e os demais assuntos. O acervo é voltado na sua quase totalidade para a área de ciências humanas, com destaque para os que tratam de História do Brasil, mais especificamente História de São Paulo, e para aqueles em língua alemã — cerca de 20% do acervo.

A Diretoria de Coleções Especiais, além de fazer o processamento técnico da coleção, realiza levantamentos bibliográficos no acervo da Biblioteca; organiza um arquivo de dedicatórias — mais ou menos 80% das obras de autores nacionais contêm dedicatórias ao historiador; elabora um índice de citações bibliográficas, ou seja, a bibliografia de todos os livros da coleção é consultada, visando recuperar as citações que foram feitas sobre as obras de Sérgio Buarque de Holanda. Uma segunda fase desta pesquisa visa o levantamento da bibliografia citada por Sérgio Buarque em suas obras; elaborou uma hemeroteca (arquivo de recortes) onde são guardados e classificados os artigos publicados em jornais e periódicos, que façam referência, mesmo que mínima, ao historiador e sua obra.

Atualmente trabalha-se também na elaboração de um catálogo impresso da Coleção que será futuramente distribuído às Bibliotecas e Instituições de Pesquisa.

Ocorre que não é nossa intenção, neste artigo, quantificarmos o acervo ou detalharmos serviços. Mais útil, entendemos, é proceder a uma atividade de fim da biblioteconomia: a disseminação democrática da informação. Para tanto, sustentamos que os processos técnicos devem ser desenvolvidos de forma racional mas jamais

alienada. A força de trabalho utilizada na implementação do serviço deve ser recompensada pela facilidade de acesso à informação, pelo uso adequado da Coleção e, finalmente, pela expectativa da abrangência dos usuários em potencial da Biblioteca. Um bom processamento não justifica a má utilização.

Consideramos por demais presunçosa a tarefa de arrolar as obras mais importantes da Coleção, uma vez que, para o historiador, todas continham seu devido valor de uso. Percebe-se isso pelas anotações que Sérgio Buarque fazia, com sua letra miúda, nos cantos das páginas, nos índices que elaborava ao final dos volumes, nos grifos com tintas coloridas...

Sérgio Buarque de Holanda colaborou ainda com aproximadamente 13 jornais, onde escreveu por volta de 250 artigos, e 28 revistas durante quase 60 anos de vida intelectual. A Diretoria de Coleções Especiais procura, inclusive, resgatar essa produção. Parêntese: contou com a inestimável ajuda das pesquisadoras do IEB — (Instituto de Estudos Brasileiros) da USP, professoras Arlinda Rocha Nogueira e Rosemarie Erika Horsch, que foram auxiliares do professor Sérgio. O trabalho dessas profissionais consistiu na realização de um exaustivo levantamento cronológico-bibliográfico. Espera-se para breve a publicação deste trabalho na Venezuela pela UNESCO.

Estamos convencidos de que a Biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, tratada da maneira como vem sendo, pode reconstituir boa parte da história brasileira. O próprio Sérgio apostava na importância da conservação das bibliotecas do País. Numa entrevista concedida a Richard Graham na *Hispanic American Historical Review* de fevereiro de 1982, posteriormente traduzida e publicada em *Ciência e Cultura* de setembro de 1982, o autor declarou: "...O Instituto de Estudos Brasileiros... tinha como centro uma biblioteca de grande importância, formada com a biblioteca de Almeida Prado... Ele tinha a melhor biblioteca particular sobre o Brasil. A melhor que havia. Os norte-americanos quiseram comprá-la, mas lutei para obter aqui os recursos necessários. Contratei então uma excelente bibliotecária para cuidar dela..."

A UNICAMP vem tentando, na medida do possível, seguir as palavras do mestre.

Referências Bibliográficas

1. ANDRADE, Jorge. *O labirinto*. São Paulo, Paz e Terra, 1980.
2. BANDEIRA, Manuel. Sérgio, anti-cafajeste. In: SÉRGIO renovador. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, pp. 15-17.
3. CÂNDIDO, Antonio. Sérgio em Berlim e depois. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1: (3) 4-9, jul. 1982.
4. CESAR, Paulo. Para entender o perfil do brasileiro. *O Estado de S. Paulo*, 14. ago. 1986.
5. PAINEL do leitor. Biblioteca. *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 1987.
6. WITTER, José Sebastião. Raízes do Brasil: 50 anos de atualidade. *D.O. Letra*, São Paulo, 5 (54): 6-7, nov. 1986.

Vera Cristina Neumann é bibliotecária da Coleção Sérgio Buarque de Holanda.

Viriato Corrêa e Monteiro Lobato

Carlos Cunha



Viriato Corrêa

Em minhas reflexões sobre o fenômeno cultural maranhense constatei que as conferências escassearam. As causas são óbvias. O êxodo de intelectuais maranhenses para os grandes centros em parte determinou um enfraquecimento das atividades culturais de São Luís (esta seria a causa imediata). Mas não se penetra em suas implicações mais profundas se não relacionarmos a conjuntura cultural com os níveis mais gerais da sociedade brasileira: condições econômicas, políticas e sociais.

O quadro da infecundidade que caracteriza a vida intelectual maranhense passou a preocupar as suas elites. E a indagação que emergiu dessas elucubrações vem sendo formulada mais ou menos nesses termos: "Como sair do impasse, superando esse período de relativa estagnação da cultura maranhense? Quais os caminhos e as alternativas mais consequentes?" Pelo menos do ponto de vista do intelectual consciente, independente da adversidade dos aspectos objetivos do fenômeno, a sua inclinação subjetiva (espera-se que assim reaja) seja procurar sacudir o clima indolente, amorfo e apático do campo cultural.

A persistir a situação presente não estamos contribuindo de forma significativa no processo de orientação e formação das jovens gerações. Se amanhã as contradições se aguçarem, conduzindo à crescente desaceleração das ocupações culturais, vamos terminar o século em deplorável caos. Então, o compromisso dos escritores com a questão de conhecimento não pode ser mais subestimado e obliterado.

Como primeira saída, a dinamização do nível cultural surge como uma opção legítima e honrosa. E o retorno às palestras e ao debate se torna um imperativo; já basta de individualismo, do estereótipo. A literatura, o jornalismo e o magistério, por fatores comodistas, não apresentam um índice de produção rico em nossos dias. Há, inclusive, a perspectiva sombria de nos envolvermos em indesejável mediocridade.

Consciente desse fato, resolvi inscrever-me no programa de conferências que a Academia Maranhense de Letras elaborou ao transcurso do seu sexagésimo nono aniversário de fundação. O evento se constitui oportuno para repensarmos a matéria. É uma proposta que carrega também suas imperfeições e erros. Ela poderá ser enriquecida e aprofundada com as opiniões de intelectuais maranhenses, aqui presentes. Procurei partir de premissas realistas, e à luz da prática intelectual que estou sugerindo, podemos ir teorizando no movimento do concreto ao abstrato e vice-versa. Nessa linha de raciocínio, propus-me dar um enfoque sobre a vida e a obra de Viriato Corrêa.

Por que Viriato Corrêa? Subjetivamente, o escritor maranhense foi meu antecessor na cadeira que ocupa na Academia de Letras. De um prisma objetivo, ele prestou uma notável contribuição à literatura maranhense e à própria literatura nacional. Viriato Corrêa percorreu com firmeza, talento e inteligência diversos gêneros literários. Fez comédia de amenidades. Como gênio semelhante aos deuses da tragédia grega (Eurípides, Sófocles e Ésquilo), elevou as dramaturgias maranhense e brasileira a parâmetros de excelência.

Não quero prender-me a uma análise factual e biográfica sobre Viriato Corrêa. A historiografia literária é pródiga no registro de fatos de sua vida pessoal e no fornecimento de dados físis no domínio de sua produção teatral. Seria redundância (e até mesmo estéril) repisar esse tipo de abordagem que não explica a essência do pensamento de Viriato Corrêa. Alinho-me a outras determinantes, outros instrumentais de pesquisa preocupados em oferecer uma visão não-idealista do escritor.

É irrelevante, por exemplo, fazer uma apologia de Viriato Corrêa exaltando apenas a bagagem que ele portava. Uma faceta que por si só não esclarece muito. Foi escritor que armazenava gama extraordinária de conhecimentos. Tinha talento incomum. A par de todos esses atributos, quais as suas preocupações como dramaturgo? Ele não se cingiu à literatura do formalismo dilatante e pretensamente neutro. Dada a sua sofisticação intelectual cultivou temáticas diferentes no campo da dramaturgia. Retratar criadoramente

os costumes da sociedade em que viveu. Fez o que chamamos de teatro experimental, na tentativa de descobrir opções mais válidas. Ridicularizou igualmente os vícios e as taras da grã-finação ociosa. Fez denúncias contundentes de personagens (criados em contato com a realidade) que encarnavam grandezas e fraquezas humanas.

Viriato Corrêa disse a verdade de escritor à sua maneira. Aliás, Brecht, um artista preocupado com o tema muito controvertido do posicionamento do intelectual no contexto sócio-político-econômico, escreveu algumas reflexões a que intitulou de "As Cinco Maneiras de Dizer a Verdade". Parece que Viriato Corrêa conseguiu, para além do acovardamento mal disfarçado em maturidade, dizer a sua verdade. Uma questão crucial para o intelectual: mistificar ou se colocar ao lado da verdade. Hoje, mais do que nunca, o assunto ganha prioridade nos meios acadêmicos. Os tempos do dogmatismo estão praticamente extintos. A ortodoxia em nível artístico e científico é fantasma de triste memória.

E na sua época Viriato Corrêa compreendeu e fez questão de enfrentar o dilema. Estabelecidas essas caracterizações em torno da figura de Viriato Corrêa, percorremos o geral e descemos ao particular, numa movimentação que se esforça em não idealizar e figura do escritor Viriato Corrêa.

A comédia constituiu o gênero teatral em que Viriato Corrêa revelou um talento extraordinário. Há uma explicação muito plausível para que se compreenda essa faceta do escritor. Afiora suas preocupações em termos de arte, sobretudo na crônica de costumes. Daí para a comédia não houve qualquer extremo. Elas se complementam no grau simbólico e no grau concreto. A quem interessar fazer um estudo sociológico de hábitos e costumes da sua época é imprescindível a leitura de *Zuzu, Bombonzinho* (comédias) e *Histórias Ásperas, Contos da História do Brasil, Contos do Sertão, Terra de Santa Cruz* (contos e pequenas histórias).

A visão crítica de Viriato Corrêa da sociedade em que viveu é uma tônica de sua produção de ficcionista e jornalista. Em *A Noite das Garrafadas* e *Outras Histórias*, as dificuldades do profissional de teatro são mostradas sob um enfoque onde estão delineadas de forma lúcida as contradições sociais daqueles tempos.

Diz Viriato Corrêa: "Outrora, a profissão teatral era, no Brasil, a mais deprimente das profissões. Nem por brinquedo uma moça se arriscava a pisar num tablado. Nem por devaneio um rapaz se aventurava a aparecer numa ribalta."

Só as criaturas inteiramente desclassificadas, as das últimas camadas sociais, se encorajavam à vida cênica.

Era tão desdoroante a profissão que até a cor se levava em conta. Um homem branco, mesmo que não tivesse dinheiro nem situação na sociedade, não cantava diante de uma plateia. Só os pardos fofos, ou operários mestiços, se davam a tão baixos mistérios.

Daí, como insinua Afonso Taunay, a causa de quase só existirem pessoas de cor, mesmo hoje, a cantar nas nossas igrejas.

Eram, na verdade, de uma coragem inconsciente os artistas precursores do nosso teatro. Certamente, a ignorância pinacular produzindo o fenômeno da inconsciência.

Ninguém julgue que procurassem peças ao nível de seus estofos intelectuais. Chegavam a aventurar-se a culminâncias inacreditáveis. Aventuravam-se candidamente a Molière, Racine, Corneille sem a mais vaga educação musical, levavam a audiência lírica, ao que infirma Afonso Taunay, até as óperas de Jomelli...

Eis um depoimento objetivo, denso de informações sobre as atividades teatrais brasileiras antes e à época de Viriato Corrêa. Para se traçar um quadro completo das dificuldades do teatro brasileiro de hoje, a palavra de Viriato Corrêa não pode ser relegada a planos inferiores. Além das contradições específicas que toham o ritmo do teatro nacional na atual conjuntura do País, nas origens que Viriato descreveu com argúcia, encontram-se as raízes para uma compreensão aprofundada dos problemas que enfrentam dra-

maturos da atualidade brasileira, como Gianfrancesco Guarnieri, Ruy Guerra, Chico Buarque de Holanda, Bibi Ferreira, Fernanda Montenegro, Paulo Pontes (falecido recentemente) e alguns outros.

Uma injustiça irreparável se praticou contra o contista Viriato Corrêa. Um quase desconhecido autor de contos infantis. A crítica literária brasileira contraiu um elevado débito com o escritor. Não sabemos qual a razão da discriminação de Viriato Corrêa como contador de histórias infantis. Monteiro Lobato, por exemplo, teve sua obra de contos infantis esmiuçada e decantada por renomados críticos literários nacionais. A divulgação de sua produção continua maciça, a ponto de a televisão aproveitar seus textos para deleitar e educar adolescentes e crianças. A criança brasileira conhece Monteiro Lobato mas não suspeita que exista um Viriato Corrêa.

O fenômeno das injustiças em literatura data de longas datas. Uma vez isso acontece por questões puramente políticas. Essa hipótese já afastei no caso de Viriato Corrêa, porque Monteiro Lobato se transformou num mito da intelectualidade brasileira, em consequência de suas posições corajosas na questão do petróleo.

Talvez, a causa da marginalização de Viriato Corrêa, como contista infantil, seja explicada por negligência dos próprios estudiosos. Aliás, a sua produção nesse campo da ficção é vastíssima e para se penetrar a fundo na personalidade do artista, um estudo sério, isento e completo dos contos infantis de Viriato Corrêa se tornou dever irrenunciável para os críticos brasileiros.

Ora, há algum tempo venho me preocupando com o assunto. Li pacientemente a confissão de Viriato Corrêa. E aqui relacionei grande parte de suas obras infantis: *Quando Jesus Nasceu, Os Meus Bichinhos, A Macacada, No Reino da Bicharada, Era uma vez...* etc. Desenvolvi reflexões intermináveis em torno desses livros. E depois concluí que Viriato Corrêa como contista infantil está no mesmo patamar em que foi com justiça colocado Monteiro Lobato.

Se psicólogos, sociólogos e pedagogos o conhecessem com profundidade, através da crítica literária, pelo menos as crianças brasileiras de nossos dias teriam a sua infância menos estigmatizada pelos traumas da sociedade de consumo. Ser-lhes-ia devolvido em contato com a ficção de Viriato Corrêa o seu mundo de quimeras, reino de fadas e de ilusões.

Devo em futuro próximo escrever um ensaio sobre Viriato Corrêa (o contista infantil). É um esforço de quem o sucedeu na Academia Maranhense de Letras. Uma tentativa de reparar um dano na cultura literária brasileira. O projeto intelectual encontra-se com suas premissas delineadas. Mais algum tempo lançarei o estudo e sugiro que outros intelectuais se debruçem nesse aspecto desconhecido de Viriato Corrêa. Afinal de contas, um escritor não se esgota no âmbito de um ensaio, porque a abordagem literária hoje abarca ângulos especialíssimos como o psicanalítico, o sociológico, o educacional etc. Sobre tudo o que diz respeito ao conto infantil, parece-me que nenhum desses prismas pode deixar de ser analisado.

O intelectual Viriato Corrêa esteve em todos os momentos de sua vida comprometido com questões sociais. Não fez jornalismo, nem teatro, nem ficção de fuga. Deixou um testemunho em sua conduta de escritor que honra as tradições gloriosas do nosso povo. No Brasil de hoje se conhecem alguns Viriatos, quase todos diferentes dele. É compreensível do ponto de vista humano que certos intelectuais prefiram divertir reis e refestelarem-se nas poltronas confortáveis dos palácios. Porém, muito simpático com o posicionamento de Viriato Corrêa (um modelo de integridade moral, fibra, hombridade e honradez), Viriato Corrêa ainda tipifica o intelectual brasileiro que se joga contra "moinhos de vento", mesmo sabendo que há nisso lances de D. Quixote de La Mancha. Mas a intenção de Cervantes foi identificar que ao lado dos realistas existe o seu contrário (os idealistas), vivendo no mundo conforme a dialética das coisas do seu tempo e dos impulsos do inconsciente freudiano.

Carlos Cunha, da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, é poeta e crítico literário.

Reforma Agrária: o tamanho da propriedade

A reforma agrária será um dos temas mais polêmicos da Constituinte. E dentro deste tema situa-se outra polêmica: o fracionamento da terra, problema cuja definição condicionará as demais soluções. E o assunto deste artigo, redigido por um especialista.

José de Jesus Moraes Rego

Os antecedentes da abordagem do tema tamanho da propriedade rural podem nos levar a dois ângulos: o histórico e o técnico. Este mais recente, embora o caráter do passado — nos dois sentidos, sendo o de tempo mesmo e de superado, ultrapassado — se ajuste também à conotação mais técnica que damos. Pois presente em trabalho, ou trabalhos mais técnicos, sem querermos deixar de identificar o técnico, como gerador de outros, o que de fato teve. Daí, o registro da preocupação do GTDN — Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste — com o tamanho da propriedade, um tamanho que chamaríamos ideal, ótimo para o Nordeste, derivando de um clássico da literatura política e econômica brasileira: "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", graças à existência então da CODENO.

Quando ao ângulo histórico, nada mais justo que um Joaquim Nabuco (1) se preocupasse com o social, entre estes o fator terra incluído, para os libertos da escravidão, pois, seria a verdade, ficariam ao deus-dará, ou, então, sendo procurados pelos ex-patrões, num afã de retorno ao *status quo*, com leve conotação de que um trabalho diferente. Não obstante, a tutela poderia ser total, ou quase, num acinte à liberdade recentemente conquistada. A terra seria a saída, seria um apoio, seria a forma de aumento da produção, seria a democratização do capital. Outros exemplos poderiam ser arrolados, embora o historicismo brasileiro ainda um tanto falso e viciado, nem sempre vendo e descobrindo os verdadeiros valores da história pátria, pois existe uma linha repetitiva de discursíveis méritos, que não analisa no ângulo depreciativo ao governo e à pessoa do arto de Rui Barbosa com o governo Floriano Peixoto, resultando em exílio com ameaças na passagem pela Bahia, vindo da Argentina, destinando-se a Londres, conforme se vê registrado nas suas Obras Completas, na parte de Cronologia de Rui (2).

A veracidade de episódios e a exigência de historiadores e do povo com os verdadeiros caminhos da nossa História não fizeram o forte do Brasil, daí porque não sendo este um trabalho histórico, rendemos apenas homenagem aos que antecederam meados do século 20 se preocuparam com o problema da terra e com o tamanho da propriedade. Aqui fica a preocupação do autor para que historiadores investiguem este setor da história nacional, a fim de que tenhamos de destacar os Santos Dumont da vida e colocarmos nas galerias brasileira e universal alguns pioneiros e honestos defensores do povo, na questão agrária, defensores reais, pois burladores temos muitos, notadamente dos que balejados pela dignificação de cargos públicos sem competência para tal, sem conhecer os fatos, sem a honestidade devida à causa.

A preocupação com o tamanho da propriedade rural se estratificou com a SUDENE e alguns de seus técnicos estudiosos da década de 60, com exemplos de efetivação da reforma agrária e de distribuição de terras, constituindo modelo nacional até mesmo, que vejamos seus Planos Diretores, sua programação decorrente, sua política de colonização para o Nordeste. Não obstante, que registremos atenção de governos com o problema da terra, governos estaduais e governo federal, também neste período. Entretanto, queremos registrar a preocupação maior da SUDENE, que, com o apoio do Banco Mundial, realizou, a partir de 1972, a Pesquisa para Determinação do Tamanho Econômico da Propriedade Rural do Nordeste (3), onde se procurava estabelecer modelos típicos às diversas regiões, dentro da maior nordestina, e condições de vida, estabelecimento da renda familiar, mão-de-obra, tipos de cultura, num esforço de reforma e de limitação da ação latifundiária. A Pesquisa SUDENE/BIRD teve uma importância máxima no seguinte: válida até hoje; com grande número de dados; sem dúvida maior pesquisa feita no Nordeste (1972/1975); geradora de teses, estudos, ensaios e artigos; matéria de cursos na SUDENE e em Universidades, evidentemente que considerada inconveniente por segmentos do poder autocrático, que não queriam a sua divulgação nem sua implementação.

A experiência regional que tivemos oportunidade de patrocinar, idealizar em parte, conduzir, no período 1971/1974, até julho, faria com que pensássemos no modelo nacional, que não vingou até hoje, apesar das oportuni-

dades em que foi sugerido por nós. A primeira vez foi na elaboração da programação do Ministério da Agricultura, na Secretaria Nacional de Produção Agropecuária, em 1978, com vistas a se realizar, se possível, na Amazônia, já que uma idéia anterior não tinha ido adiante, não lançada por nós, em amplitude nacional, que acompanhamos e apoiamos, salvo engano em 1975 também pensada por organismo do Ministério da Agricultura e não concretizada. A CFP — Comissão de Financiamento da Produção, de então, chegou a pensar e debater formas de fazer uma pesquisa semelhante, que estivesse em sintonia com seus interesses.

A terceira oportunidade, lançada por nós, como sugestão ao MIRAD — Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário — no período entre abril e junho de 1985, ou mesmo antes, em conversas e em documentos que fizemos, para que se fizesse um estudo de tamanho econômico próprio e ótimo para a Amazônia. Lamentavelmente, o nível técnico-administrativo e a estrutura funcional e operacional desse Ministério, naquela ocasião, não permitiram perceber a conveniência e a importância de um trabalho assim.

Estatuto da Terra

Antes de nos referirmos especificamente ao tamanho da propriedade, vejamos a posição do Estatuto da Terra referente ao latifúndio, que está no artigo 4.º, item V: "Latifúndio, o imóvel rural que: a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1.º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destina; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão, no conceito de empresa rural".

Assim estabelece o artigo 46, parágrafo 1.º, alínea b: "Dos limites permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona". Se por um lado se sente a preocupação contra o latifúndio; por outro, a aplicação do Estatuto da Terra com maior ou menor intensidade em partes dos seus 22 anos de vida não logrou uma substancial diminuição da latifundiarização no País.

As condições do aprimoramento da propriedade e limitação da sua área pelo Estatuto, apesar também da recomendação do zoneamento — Seção III, do Capítulo IV, sem dúvida instrumento útil de suporte, mas o que se deve ter mesmo é o estabelecimento do tamanho máximo da propriedade rural e do tamanho ótimo, conforme as divisões regionais e novos estudos especiais de identificação de aspectos próprios dentro das regiões. Para tanto, parece-nos o próprio Estatuto da Terra no seu artigo 103, dá margem a ser feito, conforme também o parágrafo 2.º (artigo 103): "A aplicação da presente lei deverá objetivar, antes e acima de tudo, a perfeita ordenação do sistema agrário do País, de acordo com os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano". O parágrafo 2.º, desse artigo diz: "Dentro de sua orientação, a implantação dos serviços e trabalhos previstos nesta lei processar-se-á progressivamente, seguindo-se os critérios, as condições técnicas e as prioridades fixadas pelas mesmas, a fim de que a política de desenvolvimento rural de nenhum modo tenha solução de continuidade".

Posição e Exemplos

A posição que queremos deixar é a de se ter a delimitação do tamanho máximo da propriedade dentro da realidade de hoje — com perspectiva, a fim de se evitar correções futuras — e num aprimoramento do que consta no Estatuto da Terra, conforme vimos.

Claro que, não atendendo este problema agora, maior ficará posteriormente, precisando de estudo para tal se não feito, em seguida tendo a decisão política de fazer. É a forma de evitar a proliferação latifundiária. Pois, sabemos, a organização em empresa rural, na sua maioria, serve de escapatória à determinação do módulo compatível com a área e

com a propriedade particular. Uma rigorosa fiscalização mostraria a verdadeira quantidade e dimensão da afirmativa. Já se sabe que, ainda, por demais tolerante seja, neste particular, a prática facilmente apoiada no Estatuto da Terra e legislação complementar — Decreto n.º 55.891, de 31.03.1965; Lei n.º 5.686, de 12.12.1972 e Decreto n.º 72.106, de 18.04.1973 — que devem ser revistos também neste ângulo. Seria um esforço de aprimoramento para se evitar empresas sonegadas de impostos e o acobertamento de latifúndios de qualquer espécie.

Exemplos históricos de zelos pelo tamanho da propriedade, fixando-se o máximo, existem e no nosso País já houve, como afirmamos antes, estudos e intenções para fixação do ótimo para uma gleba, vendo-se toda a variedade de componentes, da parte de superfície aos insumos e presença dos recursos humanos. Sem dúvida uma forma de recuperação do tempo perdido brasileiro, neste particular, comparando-se com o acontecido com os Estados Unidos desde a "Homestead Law" impedindo "durante o processo de ocupação, um agricultor se apoderasse de área superior à superfície da unidade agrícola familiar, fixada na época em 160 acres (64 hectares ou 26 alqueires paulistas)". (4) Bem como a preocupação com o tamanho nos ejidos mexicanos, com o Plano da Reforma Agrária do México em 1915, colocado em prática, notadamente a partir de 1920 e intensificada a concessão de ejidos pelo governo Cárdenas, servem de base para a nossa defesa da fixação de tamanhos máximos de propriedades, para o território nacional e suas peculiaridades.

Num segmento exemplificador, válido para a democratização do capital terra, numa linha de fracionamento de sua área, encontramos a irrigação. Não somente a pública, onde o lote é bem estabelecido em face da região que existirá a ação governamental, como a irrigação privada, que poderá estabelecer, via crédito, estudos, fixação de tamanho máximo em face das condições sociais úteis ao País, o fracionamento de áreas produtivas que estejam concentradas em mãos duma minoria ou em propriedades enorçadas.

Conclusão

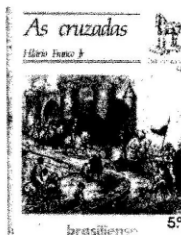
O suporte justificador doutrinário do estabelecimento do tamanho da propriedade pode ser claramente encontrado nas encíclicas dos Papas João XXIII e Paulo VI, respectivamente, *Mater et Magistra* e *Populorum Progressio*. Como, também, o suporte justificador, em sentido prático, nos exemplos acontecidos em vários países onde se efetivou a Reforma Agrária. Pois há os que dizem que não há êxito na implantação da Reforma Agrária. Sim, não se deve exigir êxitos absolutos e metas astronômicas a curto prazo — nem mesmo uma implantação logo após uma legislação ou mesmo um plano feito, cujo exemplo está o México, que levou cerca de cinco anos para um deslanche mais amplo do seu Plano de Reforma Agrária, o que não deve ser visto como fracasso, sim como etapas para vencer obstáculos —, com resultados de 100% do que programado, porque em outras atividades também existem falhas e metas cumpridas com percentuais bem menores que os estabelecidos. Todavia, os exemplos são numerosos, como o do Japão, que mudou de 1945 a 1965, consideravelmente, sua posição de arrendatários para proprietários num incremento de mais de 90% em áreas cultivadas, como aumentou o número de unidades agrícolas em propriedade com a consequente queda das em arrendamento (5).

Notas

- (1) Nabuco, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, Editora Trê, 1974. Pág. 179.
- (2) Barbosa, Rui. *Escritos e Discursos Seletos*. Rio de Janeiro, Companhia Aguilar Editora, 1966. Pág. 45.
- (3) Rego, José de Jesus Moraes. *Cooperativismo Nacional: Dimensões Políticas e Econômicas*. 2.ª Ed. Brasília, OCB, 1984.
- (4) Silva, José Gomes da. *Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971. Pág. 87.
- (5) Silva, José Gomes da. *Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971. Pág. 45.

José de Jesus Moraes Rego é Técnico da SUDENE e escritor, autor de várias livros e artigos sobre o Nordeste, reforma agrária, colonização e cooperativismo. Atualmente trabalha no Ministério da Irrigação, onde é Assessor Especial do CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

A Idade Média e o Brasil



O ruidoso sucesso de de O Nome da Rosa e de As Brumas de Avalon levou muitos leitores brasileiros, às vezes pela primeira vez, para dentro da fascinante sociedade medieval, onde se situam as raízes do mundo moderno. O que nos leva, através deste estudo, a fazer um balanço da produção nacional de obras sobre a Idade Média, muitas das quais com sucessivas reedições.

Hilário Franco Jr.
Ilustração de Hamilton de Souza

A historiografia, como toda manifestação cultural, reflete as preocupações e o estágio vividos pela sociedade que a produz. Não é de se estranhar, portanto, mas de se lamentar, que não há muito tempo tenha surgido entre nós a idéia de se excluir História Medieval dos currículos tanto secundários quanto universitários. A justificativa, afirmava-se, era dar maior atenção aos períodos históricos mais diretamente ligados à compreensão da atual realidade brasileira. Como se fosse possível analisar adequadamente uma construção histórica sem considerar suas fundações. De fato, o presente só pode ser compreendido a partir do estudo do passado, mas este deve ser visto no seu todo, pois levar em consideração apenas uma parcela dele é arriscar-se a facilmente atingir conclusões frágeis.

Felizmente, a estreiteza intelectual daquela proposta não pôde ainda ser levada adiante, e sobretudo não impediu um crescente interesse pela Idade Média entre nós. É verdade que continuamos muito longe da fértil produção medievalista europeia, com suas dezenas de revistas especializadas no período, com vários centros específicos de pesquisa e milhares de publicações anuais a respeito. Mesmo em relação aos Estados Unidos, cujas preocupações medievalísticas são relativamente recentes, estamos bastante distanciados: para ficarmos num único dado, houve ali, em 1986, 13 congressos dedicados à história da Idade Média, enquanto no Brasil o primeiro evento do tipo ocorreu apenas em 1985.

Contudo, diversos indícios demonstram uma maior curiosidade pelos assuntos medievais no nosso país nos últimos anos, inclusive por parte do público não-universitário. É o caso de filmes ambientados na Idade Média — com rigor bastante variável de caso para caso — e que fizeram relativo sucesso de público, como

Excalibur, *Irmão Sol*, *Irmã Lua* ou *O Feitiço de Aquila*. É o caso ainda de romances como *O Quarto das Senhoras* e, bem recentemente, *As Brumas de Avalon*. Não é significativa a trajetória de *O Nome da Rosa*, considerando-se tratar de um livro volumoso, com várias passagens em latim, com discussões distanciadas do grande público (heresias, milenarismo, conflito guelfos-gibelinos)? É claro que se trata de uma obra muito bem escrita e com elementos de *best-seller* (mistério, sexo, assassinatos), mas acima de tudo o clima que transmite é medieval. Obra escrita, aliás, por um competente medievalista.

Indício mais importante, porém, é a existência de uma produção nacional de obras sobre a Idade Média. E estamos nos referindo não a artigos de revistas acadêmicas ou a teses universitárias — que naturalmente circulam em âmbito restrito —, mas a livros colocados à disposição de um mercado amplo. Boa parte dessas obras, é verdade, está constituída por textos introdutórios, de divulgação, mas ainda assim importantes se lembrarmos que praticamente não existiam até poucos anos atrás. Pensamos, portanto, que essa produção medievalística brasileira merece alguns comentários, ainda que rápidos. Consideremos, para tanto, as obras publicadas nos últimos dez anos.

Naturalmente, o valor dessa produção é desigual, conforme o objetivo de cada obra e a capacitação de seus autores para os estudos medievalísticos: entre nós a especialização nem sempre é considerada como um dado importante para a elaboração de um livro. Não se trata de defender um "corporativismo medievalístico", mas, como é óbvio, o especialista está melhor instrumentalizado para falar de seu objeto de estudo. E mesmo numa obra de divulgação, a familiaridade com a documentação e com a bibliografia clássica e atual aca-

ba transparecendo e marcando a diferença entre um texto elaborado a partir de um contato superficial com o assunto e um texto alicerçado em pesquisas e reflexões contínuas.

Temos, no primeiro caso, seguindo uma ordem cronológica de publicação, a *História do Mundo Feudal*, de Mário Curtis Giordani (Petrópolis, Vozes, vol. I, 1974, vol. II/1, 1982, vol. II/2, 1983). Esta obra faz parte de um amplo painel da História das Civilizações traçado pelo autor, que anteriormente publicara sete livros tratando de diferentes civilizações. Na obra que ora nos ocupa, ficam exemplificados os comentários que fizemos mais acima. Apesar de ser um livro correto, suas 1.492 páginas nada acrescentam ao conhecimento histórico sobre o período, pois é essencialmente narrativo, com um grande número de citações literais de uma bibliografia várias vezes ultrapassada ou inadequada. Limitando-nos, por ser mais recente, ao segundo volume da obra (em dois tomos), verificamos, de uma bibliografia com 321 títulos citados, mais de um terço constituído por manuais e textos não específicos sobre o assunto estudado.

O resultado disso tudo, para ficarmos num pequeno mas significativo exemplo, é que o item "A mentalidade medieval" está baseado, como o autor explicita, numa obra antiga, de 1943, de Regine Pernoud, o que não chega a ser uma boa referência. Portanto, o Prof. Giordani parece desconhecer as reflexões metodológicas feitas por Duby (1961), Le Goff (1974) e Ariès (1978) sobre a vertente historiográfica conhecida por História das Mentalidades. De fato, ele não incorpora a seu trabalho obras imprescindíveis sobre o assunto, como as daqueles três estudiosos e de todo um grupo de conceituados medievalistas (Cardini, Cohn, Dupront, Ladurie, Russell, Schmitt etc.).

Sem a proximidade da obra

anterior, pois incluída numa coleção de livros de bolso, *Sociedade feudal: guerreiros, sacerdotes e trabalhadores*, de Francisco Teixeira da Silva (S. Paulo, Brasiliense, 1982) sofre de males semelhantes. O autor chega mesmo a justificar o não acesso direto às fontes por ser este "um luxo dispensável, dado o caráter desta coleção" (p. 84). Ora, naturalmente não seriam necessárias notas eruditas citando essas fontes (já que isso foge aos moldes da coleção em pauta), para que sua utilização enriquecesse o livro, transmitindo ao leitor as informações e a "atmosfera histórica" do período com maior originalidade e rigor. Na tentativa de substituir o insubstituível (as fontes, a matéria-prima do historiador), o autor afirma que "recorremos à literatura disponível e, simultaneamente, procuramos realizar um balanço dos conhecimentos mais atuais" (p. 84). Contudo, das 21 obras citadas na bibliografia, apenas 4 são (nas suas edições originais) da década de 70, todas as outras mais antigas, de forma que o domínio incompleto e desatualizado da historiografia por parte do autor não chegou a compensar o desconhecimento das fontes primárias.

Tudo isso obviamente transparece ao longo do texto e até mesmo no título da obra. De fato, falar em "guerreiros, sacerdotes e trabalhadores" revela desconsideração pela visão que a época tinha de si mesma: falava-se, nessa ordem, em *oratores, bellatores, laboratores*. Ou seja, colocava-se em primeiro lugar — e isso não é preciosismo inútil para quem está preocupado em entender a Idade Média como ela foi e não como alguns a querem imaginar — os eclesiásticos, os que oravam. E, grave questão, não se pode traduzir *oratores* por "sacerdotes". Estes, tendo sido ordenados, podem ministrar sacramentos, enquanto *oratores* eram todos os eclesiásticos, mesmo os não

ordenados: boa parte dos monges, segmento importantíssimo na Igreja medieval, não recebia a investidura sacerdotal.

Mesma confusão, aliás, que aparece (pp. 52, 54, 55 etc.) em *O mundo carolíngio*, de Sônia Regina de Mendonça (S. Paulo, Brasiliense, 1985). Falta de rigor que surge ainda em outras passagens, por exemplo: "traço característico da economia da época foi o desperdício" (p. 21), idéia problemática pois implica comparação com outros períodos, em juízo de valor; "desde 451 o cristianismo era a religião oficial dos imperadores romanos" (p. 47), o que, em verdade, ocorreu em 381; "império unificado (771-843)", afirmativa cronologicamente errada, pois como é óbvio o império no seu sentido exato renasce apenas em 800, com a coroação de Carlos Magno. Por fim, o próprio título é discutível, na medida em que não mais de um terço do livro é dedicado ao mundo carolíngio. Corresponderia melhor ao seu conteúdo intitulá-lo "A Alta Idade Média Ocidental", ou algo semelhante.

No ano seguinte eram colocadas à disposição dos interessados duas obras tratando do mesmo assunto. A primeira, *O feudalismo*, de Paulo Miceli (S. Paulo-Campinas, Atual-UNICAMP, 1986), com uma proposta claramente didática, ressalta talvez por isso pelos problemas detectados no livro anteriormente comentado. De fato, mais do que do feudalismo — uma globalidade histórica que deve ser entendida como tal — o autor trata da época feudal, cujos componentes desfilam de forma algo linear. Ademais, as concessões didáticas, além de certa superficialidade do texto, levam a imprecisões importantes, como não diferenciar escravos e servos (pp. 28, 30, 35, 36, 39 etc.), tratados vagamente como se fossem uma mesma coisa, ou a generalizações como "o mundo feudal se opunha ao burguês e vice-versa" (p. 45), fórmula que os estudos mais recentes são levados cada vez mais a matizar. Ainda assim, em certos momentos, o autor chega próximo à sua intenção de conhecer "a matéria-prima que me fascina: os seres humanos" (p. 2).

Do mesmo assunto ocupava-se, porém, com pretensões mais restritas como indica o título, *O Feudalismo: economia e sociedade*, de Hamilton Monteiro (S. Paulo, Ática, 1986). Mas as deficiências são semelhantes. No "vocabulário crítico" incluído no final do livro, feudo é definido como "terra cedida a um nobre...", com o autor desconsiderando portanto as diversas modalidades de feudos não fundiários; enfeudação é o "processo pelo qual o monarca distribua terras...", esquecendo-se que poderia ser também a entrega de qualquer bem ou direito por parte de um nobre a outro; suzerano "designava o que possuía vassallos", isto é, o termo é tomado como sinônimo de senhor feudal, enquanto suzerano é "senhor de outro(s) senhor(es)". Praticamente sem apresentar deslizes técnicos como esses, o corpo do livro não traz, porém, contribuições para um melhor conhecimento so-



bre o assunto. Ele apenas articula as informações extraídas de uns poucos livros (metade da bibliografia não é específica) em torno do esquema explicativo de Perry Anderson. Ou seja, o autor, com bons estudos em História do Brasil, paga o preço de uma incursão por uma área fora de sua especialização.

Contudo, não necessariamente uma incursão desse tipo resulta em obra de valor limitado. A prova está no bem feito *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*, de Ronaldo Vainfas (S. Paulo, Ática, 1986). Recorrendo a uma bibliografia pequena mas bem selecionada e atualizada, o autor montou um texto formalmente bem escrito e tecnicamente rigoroso. Um exemplo disso está no "vocabulário crítico" que define com precisão termos nem sempre fáceis devido a flutuações no seu significado ao longo da Idade Média, como fornicação ou sodomia. Sobre tudo, este pequeno livro mostra como é possível, mesmo num texto de divulgação, problematizar certas questões, relativizar outras e haver um posicionamento do autor, que não precisa ser em função da não-especialização e do pequeno número de páginas um mero compilador.

Mas, como seria de se esperar, um maior número de

contribuições vem não dos medievalistas ocasionais, e sim dos que se dedicam plenamente ao estudo da Idade Média. Neste caso temos, também aqui mantendo a ordem cronológica de publicação, *A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média*, de Victor Deodato da Silva (S. Paulo, Coleção da Revista de História, 1976). Tendo sido originalmente uma tese de doutoramento, este trabalho revela a originalidade, profundidade e rigor que convêm a este tipo de estudo. Para tanto, o autor lançou mão de uma bibliografia específica e de várias fontes primárias.

Procurou desta forma fazer com que sua tese acadêmica atingisse três objetivos: "Evitar que ela se constituísse numa compilação; fugir aos temas que implicassem a utilização de fontes de caráter literário, o que tem sido a regra de obras de história geral entre nós; e, finalmente, dar realce aos problemas de erudição, igualmente pouco cultivados em nosso meio universitário." (p. 5.). Se esta última meta não pôde ser inteiramente atingida, foi em função da distância dos arquivos, sempre um fator limitador para quem trabalha com História Medieval fora da Europa. De toda forma, o autor conse-

guiu realizar um importante trabalho, que mostra como a Peste Negra contribuiu para a configuração da depressão de fins da Idade Média e para a promulgação de toda uma legislação que buscava reordenar as sociedades abaladas pela epidemia. Esta, então, apesar de elemento exógeno da crise geral da época, favoreceu o fortalecimento do Estado e, desta forma, "se não iniciou a Idade Moderna, pelo menos contribuiu poderosamente para a modernização das estruturas". (p. 247)

Outro importante fenômeno da Idade Média foi estudado, ainda que com intenção diversa, nas *Heresias medievais*, de Nachman Falbel (S. Paulo, Perspectiva, 1977), que se trata, segundo o próprio autor, de um "modesto estudo", que pretende fornecer sobre o assunto "uma síntese e uma orientação inicial" (p. 99). Coerentemente com esta proposta, o livro não tenta examinar todas as heresias dos séculos XII e XIII, mas apenas aquelas que tiveram maior repercussão. Segue-se uma rápida avaliação bibliográfica sobre o tema, alguns excertos documentais, uma lista dos diversos nomes dados aos dualismos heréticos medievais e uma lista de fontes e de obras importantes para o estudo do assunto. Desta forma, o livro cumpre bem seu

papel de introdução ao tema. Contudo, em alguns momentos, talvez preocupado em ser fiel ao seu propósito, o autor tenha sido mais descritivo que o necessário, não marcando suficientemente as articulações entre heresias-sociedade-cultura-mentalidade. Daí, por exemplo, afirmar que Joaquim de Fiore "poderia ser considerado como a fonte principal das heresias populares" (p. 23), e que ele com suas idéias "iria fornecer os elementos para o desenvolvimento de novas heresias" (p. 79). Tal interpretação nos parece muito personalizante: a própria aceitação do joaquinismo mostra que ele respondia a anseios coletivos, com raízes bem anteriores àquele monge. Por outro lado, a autoridade e o prestígio de Joaquim de Fiore levaram a que mais ou menos 25 textos diferentes tenham sido falsamente atribuídos a ele, e muitos deturpando suas idéias (cf. West, D.C. e S. Zimdars-Swartz *Joachim of Fiore. A study in spiritual perception and history*, Bloomington, Indiana University Press, 1983, p. 99).

Também possivelmente levado pelo caráter de divulgação da obra, que não exige o rigor de trabalhos mais acadêmicos, o autor tenha recorrido muito de perto a um longo trecho, não citado, de outra obra: "os 'irmãos' e 'irmãs' valdenses

foram, então, obrigados a retirar-se para a vida clandestina, recolhendo secretamente sequazes e simpatizantes (*amici, credentes*) entre os seculares que ofereciam comida ou hospitalidade, pois eles mesmos, como os Perfeitos, haviam renunciado ao trabalho manual e dedicavam-se com exclusividade à pregação ambulante e à assistência pastoral de seus adeptos. Cumpriam o triplice voto da pobreza, da castidade e da obediência aos superiores, isto é, ao próprio Valdo, como a um encarregado de Deus, *praepositus et pontifex omnium*, e aos bispos, presbíteros e diáconos por ele ordenados. As *Sagradas Escrituras*, que traduziram para as línguas vulgares e que recomendavam calorosamente para leitura, tinham o valor de norma doutrinária absoluta e de código jurídico. Com o passar do tempo, os valdenses italianos afastaram-se ainda mais da Igreja, negando, provavelmente sob influência dos cátaros, o Purgatório, o valor da oração pelos defuntos e as missas de sufrágio, o culto dos santos, as indulgências, o juramento, o serviço militar e a pena de morte, admitindo como sacramentos apenas o batismo, a eucaristia e a penitência. A seita valdense não conseguiu manter-se unida por muito tempo. Os valdenses lombardos queriam ter, malgrado a oposição de Valdo, a eleição e a ordenação de seus próprios pastores e conservar as suas próprias associações de artesãos, isto é, a prática do trabalho manual remunerado. Assim, em 1210, houve uma ruptura que continuou ainda depois da morte do fundador, em 1217. Enquanto os valdenses da França, confinados em grande parte no Languedoc, na Provença e no Delfinado, mantinham, apesar de suas doutrinas heréticas, certo liame com a Igreja Católica e participavam de sua liturgia, os valdenses italianos passaram à mais agressiva oposição, negando a validade dos sacramentos administrados por sacerdotes católicos e instituído um serviço litúrgico próprio. Este ramo lombardo desdobrou-se numa grande atividade, e, valendo-se de uma propaganda clandestina ativa, conseguiu difundir-se não só no Piemonte e na Sabóia, mas também na Alemanha Meridional e Oriental, na Boêmia, na Morávia, na Polônia, na Hungria, na Itália Meridional, conquistando muitos adeptos. A Inquisição teve muito trabalho com eles até a época do Renascimento. Muitos valdenses foram levados à fogueira e outros reconquistados pela persuasão pacífica." (p. 62-63)

Em K. Bihlmeyer e H. Tuechle, *História da Igreja* vol. 2, S. Paulo, Paulinas, 1964, p. 225-226, lê-se: "os 'irmãos' e 'irmãs' valdenses viram-se então obrigados a se retirar para a vida clandestina, recolhendo secretamente sequazes e simpatizantes (*amici, credentes*) entre os seculares que lhes ofereciam acolhida e hospitalidade, pois que eles mesmos como 'perfeitos' haviam renunciado ao trabalho manual e se dedicavam exclusivamente à pregação ambulante e à assistência pastoral dos seus adeptos. Emitiam o triplice voto de pobreza, casti-

dade e obediência aos superiores, isto é, a Valdo mesmo, qual encarregado de Deus "praepositos et pontifex omnium", e aos bispos, presbíteros e diáconos por ele ordenados. A *Sagrada Escritura*, que traduziam para as línguas vulgares e era por eles calorosamente recomendada para a leitura, tinha valor de norma doutrinal absoluta e de código jurídico. Com o correr do tempo, os valdenses italianos afastaram-se ainda mais da Igreja, negando, provavelmente sob influxo dos cátaros, o purgatório, o valor da oração pelos defuntos e as missas de sufrágio, o culto dos santos, as indulgências, o juramento, o serviço militar e a pena de morte, e admitindo como sacramentos somente o batismo, a eucaristia e a penitência. A seita valdense não conseguiu manter-se unida por muito tempo. Os lombardos queriam ter, malgrado a oposição de Valdo, a eleição e a ordenação dos próprios pastores e conservar as suas associações de trabalhadores, isto é, a prática do trabalho manual remunerado; assim, em 1210 chegou-se à ruptura que permaneceu ainda depois da morte do fundador (1217). Enquanto os valdenses da França, confinados substancialmente no Linguadoque, na Provença e no Delfinado, não obstante suas doutrinas heréticas, mantinham, contudo, certo liame com a Igreja católica e participavam da sua liturgia, os valdenses italianos passaram à mais agressiva oposição, negando a validade dos sacramentos administrados por sacerdotes católicos e instituindo um serviço litúrgico próprio. Este ramo lombardo desdobrou-se numa grande atividade e força vital; valendo-se de uma propaganda clandestina a ativa conseguiu difundir-se não só no Piemonte e na Sabóia, mas também na Alemanha meridional e oriental, na Boêmia, na Morávia, na Polónia, na Hungria e na Itália meridional, conquistando muitos adeptos. A inquisição teve muito que fazer com eles até o tempo do renascimento; muitos valdenses foram levados à fogueira; outros, porém, reconquistados com a persuasão pacífica.

Outro trabalho originalmente acadêmico, no caso uma dissertação de mestrado, é *As viagens de Chaucer à Itália*, de Jonatas Batista Neto (S. Paulo, Boletim da FFLCH da USP, 1977). Nele o autor pretende verificar a influência italiana na obra de Chaucer, tema que lhe foi despertado pela verificação de que, estranhamente, são poucas as referências daquele poeta inglês do século XV à Itália, que visitou em duas ou três oportunidades. Mas como a presença de Chaucer na península não era fato isolado, fazendo parte de toda uma corrente secular de ingleses que para lá se dirigiam, tal aspecto também é estudado, para melhor contextualizar aquelas viagens. Buscando rastrear e examinar o grau de influência da literatura italiana na obra de Chaucer, o autor, além naturalmente das obras do poeta, recorreu a alguns outros documentos e a uma pequena bibliografia. Na verdade, o texto está mais alçado na historiografia do

que nas fontes primárias, talvez insuficientemente exploradas, o que resulta num trabalho que não chega a alterar significativamente o conhecimento preexistente sobre o assunto. Contudo, isso se deve aos próprios limites de uma dissertação de mestrado, de forma que, considerado esse objetivo, o livro possui evidentes méritos.

O mesmo autor (em parceria com José Alberto Batista) lançou, anos depois, com pretensão diversa, *Joana D'Arc* (S. Paulo, Moderna, 1985). Constante de uma coleção introdutória de biografias, o texto consegue, ao mesmo tempo, satisfazer seus objetivos de divulgação com uma linguagem clara e idéias bem-estruturadas, e atender aos interesses do leitor mais bem familiarizado com o assunto. De fato, em poucas páginas os autores resumiram com muito sucesso a trajetória da heroína francesa. É mais importante, sem feticizar a personagem, inserindo-a na sociedade do seu tempo.

No ano seguinte vinha à luz *A história e o conceito na literatura medieval. Problemas de estética*, de Katharina Holzer-Mayr Rosenfield (S. Paulo, Brasiliense, 1986), originalmente uma tese de doutorado defendida na França sob a orientação de Jacques Le Goff. Examinando três obras literárias do século XII comumente classificadas como de três gêneros diferentes — os *Lais* de Maria de França, *Guilherme da Inglaterra* de Chrétien de Troyes e *Tristão e Isolda* de Béroul — a autora considera "como inseparáveis a análise da estrutura e a do sentido" (p. 10). Ou seja, mostra que a interpretação "depende menos das continuidades temáticas através das obras do que, ao contrário, das descontinuidades na organização de uma matéria, de um estoque de elementos infatigavelmente retomados" (p. 9). Desta forma, o estudo trilha um caminho diverso daquele seguido por alguns conhecidos medievalistas, que, segundo a autora, hipervalorizam as continuidades intertextuais minimizando portanto a liberdade poética e a autonomia de cada obra.

A abordagem proposta pretende redescobrir a lógica própria do texto estudado e considerar adequadamente as auto-referências encontráveis nas obras medievais. Logo, coloca num segundo plano as questões sobre a identidade dos autores daquelas obras, preocupação de muitos estudiosos e que na verdade dificulta a compreensão da especificidade e do sentido do texto literário analisado. Assim, para este livro algumas vezes discutível, mas denso e de inegável valor, a literatura deixa de ser um reflexo da realidade histórica para ser elemento que "joga com as virtualidades de um presente que, apreendendo o passado, abre perspectivas novas" (p. 129).

Também no ano passado saiu um trabalho de divulgação de muito bom nível, dentro da atual e promissora linha de investigação da história das mentalidades, ainda pouco praticada no Brasil: *O Diabo no imaginário cristão*, de Carlos Roberto Nogueira (S. Paulo, Moderna, 1986). Após acompanhar as origens do Anjo Rebelde e

sua incorporação pelo Cristianismo, com o papel que nele desempenha, o autor acertadamente conclui que a atividade do Diabo e seus agentes "incorporava-se nos comportamentos divergentes e auxiliava a coletividade no reconhecimento e repúdio dos mesmos. Era necessária para a coletividade cristã a existência e a encarnação do Mal". (p. 79)

Diante da vastidão do assunto a ser tratado em poucas páginas e de forma acessível, a existência de pequenos deslizes em nada diminui o valor do livro. É o caso, por exemplo, do uso discutível de Diabo e demônio como sinônimos; ou da afirmação de que os demônios íncubos defloravam as virgens (p. 44), o que nem sempre acontecia (Koning *F. Incubus y scubus*, Barcelona, Plaza & Janes, 1977, p. 105); ou de que segundo Tomás de Aquino o Diabo pode conhecer o futuro (p. 48), o que é falso (Suma Teológica, I, Q. 57, a. 3); ou a citação de algumas obras ultrapassadas deixando de lado produções recentes como B. Teyssière, *Naissance du Diable*, de Babylone aux grottes de la mer morte e do mesmo autor *Le Diable et l'Enfer au temps de Jesus* (ambas Paris, Albin Michel, 1984) e J. B. Russell, *Lucifer, the Devil in the Middle Ages* (New York, Cornell University Press, 1984).

Em moldes semelhantes — obras de divulgação de pequeno formato, mas com pretensão a certo rigor e certa atualização bibliográfica e metodológica — publicamos em 1981 *As Cruzadas* (S. Paulo, Brasiliense, 5.ª ed. 1987), em 1983 *O Feudalismo* (S. Paulo, Brasiliense, 6.ª ed. 1987), em 1986 *Dante, o Poeta do Absoluto* (S. Paulo, Brasiliense). E num espírito diverso — tentativa de examinar a Idade Média na sua globalidade e no seu papel de matriz da civilização ocidental — *A Idade Média: o nascimento do Ocidente* (S. Paulo, Brasiliense, 1986).

Das pesquisas em fase de conclusão e que proximamente redundarão em publicações, temos conhecimento de duas: um texto introdutório, *As Invasões bárbaras*, de Maria Sonsoles Guerra (S. Paulo, Ática) e outro de maior fôlego e profundidade, *A crise do combatente montado: da guerra feudal à guerra moderna*, de Victor Deodato da Silva, primeiro volume de sua trilogia *Nobreza e cavalaria em fins da Idade Média* (Belo Horizonte, S. Paulo, Itatiaia — EDUSP).

Em suma, a produção medievalista no Brasil, ainda que pequena e da qualidade desigual, aos poucos parece ir alcançando padrões relativamente elevados diante das dificuldades materiais de se trabalhar com tal assunto em nosso país. Assim, esperamos que ao longo da próxima década a medievalista brasileira possa alcançar a maturidade e bem cumprir portanto seu papel no desenvolvimento historiográfico e, de maneira mais ampla, cultural de nosso país.

Hilário Franco Jr. é professor de História Medieval na Universidade de São Paulo e membro da The Medieval Academy of America. É autor de *As Cruzadas* (5.ª edição 1986), *O Feudalismo* (4.ª edição 1986), *Dante Alighieri* (1.ª edição 1986) e o recém-lançado *A Idade Média: o nascimento do Ocidente*, todos editados pela Brasiliense.

Mário de Andrade: primeiro encontro

João Etienne Filho

Em um dia 25 de fevereiro, morreu, de repente, em São Paulo, Mário de Andrade. Isto foi há 42 anos.

É a mesma máquina. A hora é a mesma, de madrugada, como nos velhos tempos de jornal, entre os últimos trabalhos da redação e os primeiros da oficina. A última vez que lhe escrevi, poucos dias antes de sua morte, mandei-lhe uma carta, em resposta a uma que ele me escrevera depois do Congresso de Escritores. A dele, por sua vez, em resposta à que eu lhe enviara em princípio de janeiro de 1945, mas cujo assunto, por delicado e controvertido entre nós, ele não quisera discutir comigo em São Paulo. Mário ficara meio bravo, acusou minha crítica de "faca afiada, mas torta"; falávamos de jovens escritores mineiros. No fim, pedia que eu lhe escrevesse depressa, dizendo que não ficara zangado com ele. Tenho o consolo de lhe ter assegurado que não ficara nem poderia nunca ficar aborrecido. Tanto mais que eu acabara por lhe dar razão. Creio que ele deve ter recebido esta carta.

Foi há um mês? Há anos? Ou há séculos? E agora, na mesma máquina, à mesma hora, e nas mesmas condições, há muito tempo já que não vive o amigo da Rua Lopes Chaves, o nosso correspondente ideal, aquele que, quando não tinha tempo para escrever carta propriamente dita, pegava de um artigo de jornal e mandava um recado carinhoso na margem. Ou então começava uma dedicatória e escrevia quase uma carta. Já não há o amigo de tudo e de todos, aquele grandalhão de largos risos e largos abraços, aquele que, sabíamos, pensava em nós, perguntava por nós, que sabia o que fazíamos, e que, religiosamente, respondia às cartas, às perguntas, chegando as vezes ao cúmulo de escrever primeiro, para uma delicadeza, para atender a um pedido, como, por exemplo, quando me mandou um artigo para "Mensagem"⁽¹⁾ que eu lhe solitaria verbalmente, ou quando me mandou seu nome para uma lista de amigos que pensaram em publicar um livro de versos, que só saíra anos depois, já ele morto.

É a mesma hora, a máquina é a mesma. Mas as teclas gravam apenas as palavras melancolia, saudade, Mário, amigo, morto. Os dedos vadios gostariam de datar em cima e depois se espraíarem na confidência, na lamúria, a "puxar angústia", expressão de Wilson Figueiredo, que ele aceitou gostosamente, como apreciou outras tantas expressões da tur-

ma, como a fórmula "não analisa não!", do Fernando Sabino ou de Hélio Pellegrino, não me lembro bem. Os dedos gostariam de reescrever todas as cartas que escreveram para a Rua Lopes Chaves, 546, colocar nelas tudo que ficou por ser colocado, de fidelidade, de carinho, de ternura, de solidariedade, de admiração e de reconhecimento, e tirar delas tudo o que serviu talvez de alguma contrariedade, de algum mal-estar.

Foi há tanto tempo, mas parece que foi ontem. Eu lera *Namoros com a Medicina*. Tinha 21 anos. Fiz uma crítica pedantíssima em "Tentativa"⁽²⁾. Era assim:

"Jogado fora da escrita por paixões, talvez, mais humanas", aos poucos vai retornando o Sr. Mário de Andrade "ao ofício velho da literatura". Estas palavras, na primeira pessoa, quem as diz é o próprio autor de *Namoros com a Medicina*. Todo mundo sabe que ele é um dos poucos que sobram do movimento modernista. E o curioso é que a razão desta permanência está no retorno à seriedade após o desvaliamento e no encaminhar-se por estudos sérios e de base humanística, após a efervescência oca, e apenas oca, de há 20 anos.

"Estes *Namoros com a Medicina*, ainda que se ressinam de resquícios tolos de modernismo (uns erinhos de português não causam mais efeito, pronomes oblíquos começando orações, sem a mínima naturalidade) mostram, em sua forma e em sua substância, a orientação das pesquisas de M.A., sua insansível curiosidade, as interessantes conclusões a que chega com aquela "pachorra investigadora" que Gilberto Freyre lhe achou, e com a qual o próprio Mário de Andrade concorda.

"Após o prefácio, página curiosíssima para o futuro estudo do homem e da obra, vêm as duas conferências que formam o livro: *Terapêutica musical* e *Medicina dos excretos*. A primeira é uma delícia, pela leveza, pela amenidade do tema, tratado com autoridade de entendido. Mário de Andrade analisa a força biológica excepcional da música, em comparação com as demais artes, achando que o seu extraordinário poder de atuação sobre o indivíduo e sobre as massas lhe vem de duas coisas essenciais: da força contudente do ritmo e da indistinção intelectual do som. Em seguida, estuda estes dois fatores passando sobre a interpretação das artes e sobre a disponibilidade do nosso espírito, quando ouve música. A este



Mário de Andrade

respeito, cita Sacha Guitry, que afirmou gostar de música porque ela lhe permitia pensar no que quisesse. Vem depois o estudo do efeito da música sobre o organismo, documentado com dezenas de casos, desde Davi acaalmando Saul com sua harpa. Pena é que — confessa o próprio músico-escritor — não se possa selecionar uma farmacopéia musical, com a indicação específica do remédio, da moléstia, das doses e do horário. Termina por sugerir-nos um programa musical diário, festivo e marcial, pela manhã, excitante, ao trabalho do dia, repousante à tarde e convidativo ao sono, à noite, que seria uma beleza, se as estações de rádio, fornecedores baratas de música, seguissem.

"Sobre *Terapêutica musical* restringem-se apenas dois conceitos, absolutamente errôneos, sobre o catolicismo e que mostram o desconhecimento do A. a respeito. Chamá-lo, por exemplo, de 'mais intelectual das religiões' e atribuir ao emprego do latim ('latínio anacrônico') uma 'função muito grande de sugestões sobre o povo', dizendo que ele 'funciona com o mesmo assombroamento das palavras cabalísticas' é desconhecer a universalidade do catolicismo (quase um pleonismo) e o verdadeiro espírito da liturgia, que quer não só que o povo compreenda os ritos, as fórmulas, as cerimônias e as rubricas, mas quer, ainda, a sua 'participação' direta e efetiva nelas.⁽³⁾

De *Medicina dos excretos* o próprio A. diz que não deve ser falada nem ouvida, mas apenas lida. O terreno é árido e arrisca-se a cair na escatologia estudada. Novamente, deve-se notar a abundância de fontes, populares e eruditas, de que se vale Mário de Andrade. Penso ver aqui um excelente documentário folclórico, com ditos e ditados, provérbios, quadras, receitas e lendas que versam a medicina dos excretos e a coprolália. Fenômenos de patologia social, embora muitas vezes não passem de fenômenos individualistas, merecem o estudo e a atenção, os quais devem tirar da cruzada e do realismo motivos de estudo e pesquisa que visem a solucioná-lo. Mário de Andrade abre o caminho e com sua prosa encantadora e viva desvenda perspectivas imensas e maravilhosas.

J.E.F."

Pois não é que tive a petulância de mandar a revista a Mário de Andrade, acompanhada de uma carta meio longa, com contribuições folclóricas à segunda conferência da qual livro? É claro que Mário

respondeu. Explicou admiravelmente as duas dúvidas que eu levantara. Defendeu-se, com grande ironia, da "eferescência oca e apenas oca" e é lógico que eu lhe fiquei querendo um bem enorme. Foi a primeira carta que dele recebi. Ela, na íntegra, sem retoques, respeitando totalmente seu modo de escrever:

Rio, 31 - VII - 39
J. Etienne Filho

Recebi hoje sua muito útil carta e o n.º 3 de *Tentativa*. Já lhe sou tão grato por tudo isso que me abalano a lhe pedir que me mande sempre a sua revista. Já dei registro dela na minha *Crônica Literária*, e tenho uma ainda confesso que bem vaga intenção de dedicar um rodapé da minha crítica às "revistas de província" que recebo de São Paulo, Recife, Fortaleza. E no caso de fazer essa crônica, incluirei por certo a minha "Tentativa". Fica entendido que não prometo nada. Não gosto de prender minha liberdade em promessas. Por enquanto só lhe peço que me mande a revista⁽⁴⁾.

Na sua crítica há uma passagem que merece explicação. Não me parece contestável que a mais intelectual das religiões. Isso não quer dizer absolutamente que ela não seja também acessível ao povo, mas apenas que é a que mais alça até as mais elevadas exigências intelectuais do indivíduo culto. Não tive a menor intenção de diminuir com essa qualificação o Catolicismo e antes elogiei-o por mais isso!

Quando ao latínio também não ignora as boas disposições e ótimas intenções da Igreja. Mas da mesma forma que nada impede que a veneração das imagens produza muitas manifestações idolátricas incontestáveis na gente pouco adverteida, também o latínio ignorado tem nos incultos um poder dinâmico e místico muito sabido, o das palavras misteriosas e de sentido oculto, empregadas por todas as religiões primitivas e das civilizações antigas, Egito, Índia etc. Não é a Igreja que quer isso, acerto; não será ela a culpada, ainda estou disposto a aceitar; mas o efeito místico dinâmico das palavras é um caso fisiopsíquico que independe das boas intenções da Igreja e das razões que ela terá para conservar o seu latim.

Também não concordaria com a afirmativa do primeiro período de sua crítica, mas isso é questão de opinião. Em todo caso, você conhece o *Epigrama* do Ronald de Carvalho, o *Ritmo Dissoluto*, de Manuel Bandeira⁽⁵⁾, por exemplo, pra

dizer que foi eferescência "a-penas oca", o que se deu anos atrás?... Mas você deve ser moço. E ficam bem, são úteis "eferescências" destas nos moços.

Muito obrigado por tudo.
Mário de Andrade (5)

(Não perdi tempo em notas de elucidação óbvia, como, por exemplo, explicar que "Epigrama" é o livro de Ronald de Carvalho, "Epigrama Irônico e Sentimental". Outras notas serão colocadas ao pé das cartas, mas quando realmente esclarecerem alguma coisa de importante.)

Depois ele veio até cá, a convite do Diretório Central dos Estudantes, falou sobre o sequestro da dona ausente, leu o "Noturno de Belo Horizonte". Foi então que houve um porte memorável no bar do Grande Hotel, com Ildeu Brandão a chamá-lo de mestre, Murilo Rubião a chamá-lo de professor, Júlio Barbosa ouvindo, Otávio Dias Leite e eu, inimigos por questões políticas, fazendo as pazes espetacularmente, Wilson Castelo Branco e Carlos Castelo Branco (não são parentes), caladões, comiam batatinhas e observavam, enquanto Lúcio Rangel e Murilo Miranda gozavam "os mineirinhos". Foi das oito da noite às quatro da madrugada. Falou-se de tudo. Ameaçávamos sair e Mário nos dizia que na hora que quisesse que saíssemos, ele diria, como disse de fato. Às quatro...

Uma recordação especial guardo daquela noite. Como fosse eu o único católico da turma (Alphonsus Filho, também presente, ainda estava na pequena crise que o aproximou do marxismo e do qual em breve saía para um catolicismo que vem no sangue), a circunstância foi notada. E o problema foi colocado, violentamente por alguns, serenamente, como sempre, por Mário. Não quero fazer um depoimento que possa parecer estar punhando Mário para o catolicismo, agora que não pode ratificar ou retificar. Mas como achei ótima a expressão de Tristão de Athayde para ele, quando o chamou de "cristão revoltado". Como compreendi bem que ele me confessasse naquela noite que seria católico, mas sem coragem para praticar, e que esperava vir a morrer católico (6), acrescentando mais que fora de comunhão quando moço, tivera arroubos místicos. Grande e memorável noite, que me abriu as portas do coração de Mário por onde mergulhamos todos os moços daquela roda.

Joel Silveira, àquela altura, escreveu um artigo horrível, contra Mário de Andrade. Chamava-se "Onde Está Mário de Andrade?". A resposta dele, no rodapé do "Diário de Notícias", foi uma de suas páginas mais fundamentais: "A raposa e o tostão". Lembrou-me de que, numa nota que então fiz para a mesma "Tentativa", com o mesmo título de Joel Silveira, apenas sem a interrogação, comparei-a, em importância histórica, à "Carta Aberta a Alberto de Oliveira" e à "A Escrava que não é Isaura", tentando responder à incompreensão do grande cronista (7).

Depois vieram as cartas. Longas, generosas, delicadas.

Desobedeci à última vontade dele e publiquei-as, porque são um exemplo de compreensão, de boa-vontade, de generosidade, de dom de si mesmo.

Todo mundo hoje sabe a origem de sua generosidade epistolar. Quando moço, escrevera a um figurão da literatura e este nunca lhe respondera. Foi Martins Fontes? Vicente de Carvalho? Aquilo lhe doera tanto que prometeu: se viesse a ser alguém na vida, não deixaria ninguém sem resposta. Foi. Não deixou. Mas não somente isso: escrevia, ele próprio, por iniciativa sua, àquele que demorasse muito a dar notícias. Tinha movimentos incríveis de delicadeza. Há um episódio delicioso numa destas preciosas cartas que tenho. Eu lhe havia pedido se podia ler uns contos meus (advirto aos maldosos que nunca os mandei...). Mário me respondeu dizendo que tinha muita coisa para ler no momento, que eu os mandasse mais tarde, que até tinha acontecido um caso meio complicado com um poeta que lhe lera uns versos, o que o deixara bem constrangido (8). Mas o post-scriptum era aquele movimento generoso. Dizia ter relido a carta, se sentindo mal com ela, e que eu, como companheiro, não reparasse, e que mandasse os contos, ele os leria.

Em 43, tendo por desculpa a Olimpíada Universitária, Fernando Sabino, Hélio Pellegrino e eu tomamos um farto de Rua Lopes Chaves. Ali passamos horas incríveis, ele nos leu "O Café" e outros inéditos. Contou-nos episódios de sua vida. Levou-nos à Biblioteca Pública, à Discoteca Municipal de São Paulo, dirigida pela sua aluna Oneida Alvarenga, jantamos em restaurantes típicos, passeamos na garoa paulista, acabamos tomando chope no "Franciscano" (9).

Houve Belo Horizonte de novo, em 1944. E houve o Congresso de Escritores, em janeiro de 1945. Foi a primeira pessoa que vimos na Estação do Norte, foi quem mais vimos nas sessões, nas festas, na sua casa.

Hoje... Apenas a máquina e a melancolia.

A experiência de ir reencontrá-lo nos livros é de uma dor pungente. Ele mesmo nos contou o que sentiu quando foi ler os livros de João Alphonsus, depois da morte do nosso genial contista. Só encontrava o morto, a alusão à morte. Era preciso deixar passar mais tempo para esta experiência. É o mesmo que se dá com os livros dele. É impressionante a presença da morte, de referências à morte, da espera da morte. "Oh sono vem... que eu quero amar a morte, com o mesmo engano com que ame a vida." O improviso para o rapaz morto. O pai do conto "Peru de Natal". Maculnina resolvendo ir brilhar o brilho inútil das estrelas.

Mário se foi docemente. De repente, se bem que desconfiasse que não viveria muito mais. Fez e desfez vários testamentos: as cartas ficariam para a Academia Paulista, os livros para a Biblioteca de Araraquara, o resto para uma fundação a ser doada ao Estado. Disse-nos, numa manhã de janeiro, que depois de ter chegado onde chegara só lhe faltava

morrer. Morreu. Sua figura se irá lentamente amarelecendo, como estas velhas fotografias, das quais porém sempre brotará o imortal soluço da vida (Drummond). Sua presença não há quem a possa amarelecer em nós. Ele a distribuiu, no seu testamento da *Lira Paulistana*, em um poema sem título:

Quando eu morrer quero ficar,
Não contem aos meus inimigos,
Sepultado em minha cidade,
Saúde.

Meus pés enterrem na rua Aurora,
No Passandu deixem meu sexo,
Na Lopes Chaves a cabeça,
Esqueçam.

No Pátio do Colégio afundem
O meu coração paulistano:
Um coração vivo e um defunto
Bem juntos.

Escandam no Correio o ouvido
Direito, o esquerdo nos telégrafos,
Quero saber da vida alheia,
Será.

O nariz guardem nos rosais,
A língua no alto do Ipiranga
Para cantar a liberdade.
Saúde...

Os olhos lá no Jaraguá
Assistindo ao que há de vir,
O Joelho na Universidade,
Saúde...

As mãos atirem por aí
Que desauçam como viveram,
As tripas atirem pro Diabo,
Que o espírito será de Deus.
Adus.

NOTAS

(1) — Quinzenário de letras e artes, que se publicava em Belo Horizonte, sob a direção de Guilhermino César, grêmio de Vicente Guimarães, tendo o autor deste artigo como secretário. Durou dois anos, sendo hoje raridade bibliográfica. Grandes nomes das letras brasileiras colaboraram nele conosco, sem receber nada.

(2) — Revista mensal, da qual saíram oito números, de abril a novembro de 1939, dirigida pelos irmãos sergipanos Hélio e Euler Ribeiro. Mantive sempre um alto nível, graças aos grandes nomes que nela colaboraram. Também hoje raridade bibliográfica.

(3) — Já em 1939, apresentavam-se os primeiros sinais da renovação litúrgica que se verificava na Igreja Católica, inovações estas que seriam tomadas definitivamente no Concílio Vaticano II, quase três décadas depois.

(4) — Nunca conseguimos verificar se o registro da revista anunciado por Mário de Andrade saiu realmente em sua coluna literária. Fica aqui um apelo, aos que porventura a tenham localizado, para que nos comuniquem.

(5) — Esta carta está publicada em *Mário Escrive e Alceu, Mayer e Outros*, coligadas e anotadas por Lygia Fernandes, Editora do Autor, 1968 (págs. 145-168). Há, neste livro, cartas a mim, exceto a que publiquei acima, que se extraviou, sendo ela, assim, inédita em livro.

(6) — Toda a correspondência de Mário tem confirmado o profundo sentimento católico de sua vida, e Tristão de Athayde o percebeu também na sua obra literária.

(7) — A crônica de Joel Silveira era realmente de total incompreensão, por parte do grande cronista, em relação às posturas de Mário de Andrade. Minha intervenção provocou um certo mal-estar entre Joel Silveira e eu, felizmente desfeito no Rio, de 1946 a 1952. Somos hoje amigos e eu um de seus maiores admiradores.

(8) — Ao contar o episódio do poeta que lhe lera seus versos, Mário de Andrade citava, entre os que presenciaram a cena, o meu caríssimo amigo Almeida Salles. Muitos anos mais tarde, este confirmou o fato e identificou o poeta que, por sinal, acabou por rasgar todos os poemas, emurendando-se por um caminho que o tornaria um dos maiores artistas da palavra brasileira: Dantas Moia, mineiro de Aluruoca.

(9) — Este bar, tradicional na capital paulista (existirá ainda hoje?), era um dos pontos prediletos de Mário de Andrade. Ali, a sós, ou em grupos, servíamos muitos choques, em meio a conversações excelentes, infelizmente não registradas, por motivos óbvios...

João Etienne Filho é professor, jornalista e neurólogo em Belo Horizonte

Cândido Procópio e a Sociologia da Religião

Este artigo, além de historiar e analisar a obra de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, traz importantes informações sobre as atividades acadêmicas, no campo da Sociologia, realizadas recentemente em São Paulo.

Oracy Nogueira

Ilustração de Orlando de Jesus

No dia 23 de janeiro último, à noite, pela "Folha de S. Paulo", fiquei sabendo do falecimento de Cândido Procópio Ferreira de Camargo.

Eu acabava de chegar de uma antiga fazenda de Campinas, sua terra natal, onde, na véspera, ao folhear um livro de Celso Pupo sobre a história do município, me deparei com referências a um seu provável ancestral e homônimo, o que, inevitavelmente, tinha de me fazer lembrar de sua pessoa, no meu caso, um amigo de mais de 30 anos.

A última vez que o vi foi há meses, e lamento, agora mais que nunca, que não nos tenhamos podido falar. Foi na sessão de desagravo a José Carlos Dias, por ocasião de sua saída da Secretaria da Justiça. O recinto apertado da sala do Palácio 9 de Julho em que se deu a manifestação, e que parece ter sido reservado para lhe reduzir o impacto, estava repleto de pessoas sentadas e em pé. Procópio, como representante de uma das comissões patrocinadoras do evento, estava num lugar bem à frente, o que nos permitiu apenas uma troca de acenos, aliás suficiente para me dar a convicção de que sua satisfação por me ver equivalia à que senti, tal era nossa ligação afetiva.

Nossas relações tiveram início em 1948 ou 1949, quando, recém-chegado de meu estágio de pós-graduação em Chicago, assumi o encargo de um programa de pesquisa de corrente de convênio entre a Escola de Sociologia e Política, de cujo corpo docente fazia parte, e o Sesi, onde Procópio era-assessor de um dos diretores. Ele vinha como inspetor de minha atividade e eu, que aceitara aquele encargo com muita restrição mental, por me estar envolvendo com uma instituição patronal, não poderia deixar de acolhê-lo com uma prudente, se não desconfiada, discrição.

Sua decisão de comparecer às minhas aulas como se fosse um aluno comum assustou-me e me pareceu uma razão a mais para desconfiar de sua missão. Logo, porém, as demonstrações de seu genuíno interesse nos temas que eu apresentava em classe, aliadas à sua afabilidade e às provas reiteradas de sua robusta formação intelectual e de seu espírito arguto e ativo, fizeram com que minha reticência cedesse lugar à admiração e à simpatia.

Logo ao início de nosso relacionamento, Procópio demonstrou possuir a rara aptidão de rir de si mesmo, ao revelar que, quando cursava si-

multaneamente Filosofia, na Faculdade de São Bento, e Direito, na do Largo de São Francisco, sobressaía-se, em cada uma, pelo que aprendia na outra... Na verdade, era, também, uma manifestação de modéstia de sua parte, pois que logo se veria que a ambos os cursos ele devia, substancialmente, o aguçamento do espírito.

Nessa fase, minha visão era profundamente marcada pelo que se veio a caracterizar mais tarde (por Antônio Cândido e outros) como versão positivista do marxismo e pelo pragmatismo de Pierce, James e Dewey, enquanto a dele se inspirava, basicamente, no tomismo, estando Alexandre Correia e Van Acker entre os mestres que ele mais invocava. Éramos, porém, suficientemente flexíveis para apreciar o diálogo e nele nos envolver, o que nos levou a criar um seminário informal, com sessões semanais, que durou no mínimo dois anos, ao qual aderiu Fernando Altenfelder Silva.

Nesse seminário, Altenfelder e eu procurávamos dar preeminência ao Procópio, fazendo com que fosse o que mais falasse, pois tínhamos uma aguda consciência de nossa carência de formação filosófica e estávamos ávidos em ouvi-lo. Propúnhamos os temas ou questões, ele discorria e, depois, debatíamos. De minha parte, foi uma das mais fecundas e estimulantes experiências de intercâmbio intelectual e teve, como um dos resultados, que na condição de membro do Conselho Técnico e Administrativo da Escola de Sociologia e Política, eu conseguisse a criação, no bacharelado, da disciplina "Fundamentos Filosóficos das Ciências Sociais", que Procópio veio a ministrar durante vários anos e na qual foi sucedido por Luís Washington Vita.

Com o tempo, nossa amizade se estreitou, vim a frequentar seu apartamento da Rua Frei Caneca, assim como ele minha casa, ensinando-me e a meus familiares situações de convivência que jamais serão esquecidas.

Em sua casa, a hospitalidade culminava com o esmero que punha na exteriorização de seus dotes culinários, em honra dos convidados.

Ao me referir a seus convites para refeições, vem-me à mente uma divertida distração que cometeu, certa vez, em relação a Esdras Borges Costa, nosso amigo comum, e a mim: comparecemos a sua casa, para um almoço, ele nos ofereceu vinhos, que supusemos fossem

o aperitivo, conversamos longamente. Esdras e eu confirmamos um ao outro, num momento em que ele se afastou, que tínhamos mesmo sido convidados e, quando nos encontramos de seu esquecimento, despedimo-nos e fomos almoçar noutro lugar...

Ao longo dos anos, além dos encontros informais em nossas casas e nas de amigos comuns, nossa convivência se deu como colegas na atividade docente, em diferentes estabelecimentos, como a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, como integrantes de comissões julgadoras de concursos acadêmicos, nessas instituições e na Universidade de São Paulo, como participantes em congressos e reuniões culturais, colaboradores em projetos de pesquisa, interlocutores em relação a projetos de cada um e como companheiros de viagem.

Quero referir-me com algum pormenor à atuação de Procópio em várias das circunstâncias mencionadas.

Paulo Sérgio Pinheiro comentou a atuação de nosso amigo como examinador em concursos acadêmicos, salientando a graça, acuidade e interesse com que examinava as teses, sem consideração ou paternalismo em relação aos candidatos (Folha de S. Paulo, 28-1-1987), do que também dou testemunho.

Quanto à participação em reuniões culturais, em geral, aprez-me lembrar sua atuação no seminário que tivemos, em Louvain (Bélgica), em 1967, para a apresentação e discussão dos trabalhos resultantes do projeto ISS-FERES (Instituto de Sciences Sociales, de Haia, e Fédération Internationale des Instituts de Recherches Sociales et Socio-religieuses, de Louvain), de cuja parte brasileira ele foi o coordenador. Tratava-se de um projeto de âmbito internacional, de pesquisa sobre o papel das religiões católica e protestante no desenvolvimento socioeconômico, em contextos contemporâneos devidamente especificados, com a realização simultânea de investigações em países africanos, latino-americanos e na Indonésia. Os coordenadores do projeto e que vieram a dirigir o seminário foram o Cônego François Houtart, belga, por parte dos patrocinadores católicos, e o Professor Egbert De Vries, holandês, pela dos protestantes. O supervisor para a América Latina foi o Professor Orlando Fals Borda, colombiano.

O seminário durou vários dias, em tempo integral, e era de orgulhar qualquer brasileiro ver o respeito que Procópio impunha aos demais participantes, não apenas por sua exposição, mas principalmente por suas freqüentes, oportunas e brilhantes intervenções, em que seu espírito ágil lhe permitia passar do francês para o inglês ou vice-versa, para facilitar a compreensão dos diferentes interlocutores.

Em 1965, quando estávamos no auge da perplexidade com o golpe de 1964 e as violências subsequentes, fui procurado por Procópio e convidado para participar, com ele e Esdras Borges Costa, da coordenação e execução da parte brasileira do projeto referido. Esclareceu-me ele que havia sido convidado para coordenador do subprojeto nacional pelo Cônego François Houtart que, na época, vinha sendo hostilizado, através da imprensa, por Gustavo Corção, que o tachava de subversivo e preconizava fosse proibida sua presença no Brasil.

Procópio propunha que o trabalho de campo fosse realizado no Nordeste e, mais especificamente, no Rio Grande do Norte, que eu me incumbisse de dar uma visão do contexto socioeconômico, ele, da atuação da Igreja Católica, e Esdras, das denominações protestantes, ao mesmo tempo em que seria dele a coordenação geral.

Tanto Esdras como eu aceitamos o convite, o que implicou uma primeira reunião, com Orlando Fals Borda, em Natal, no mesmo ano, e na realização do trabalho de campo no ano seguinte.

O programa foi financiado pela Fundação Ford, através das instituições patrocinadoras européias, que puseram 50 mil dólares à disposição do subprojeto brasileiro.

A essa época, Procópio trabalhava na Willis Overland, uma das empresas pioneiras da indústria automobilística no País, onde desenvolvia um programa de "relações humanas" com uma ousada experiência de encorajamento de críticas, queixas e sugestões, por parte dos empregados, com o que esperava contribuir, ao mesmo tempo, para o aperfeiçoamento da organização administrativa e para uma política trabalhista mais inteligente e isenta de paternalismo, por parte da empresa.

A experiência por ele acumulada através da atuação em empresas industriais e que culminou com o seu período de trabalho na Willis, a meu ver,

explica a desenvoltura e o equilíbrio com que administrou o projeto ISS-FERES, no qual, além dos coordenadores, se empenharam um chefe de campo (Sedi Hirano) e vários assistentes, contratados em São Paulo, entre jovens formados em ciências sociais, e um número mais ou menos equivalente de auxiliares, recrutados em Natal.

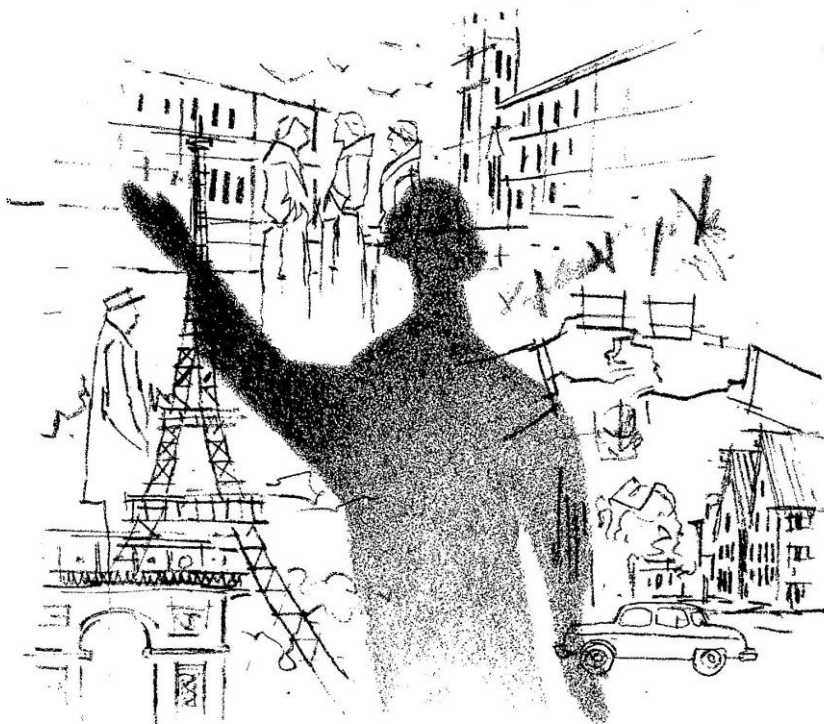
Embora outros estejam mais autorizados a falar, acredito, igualmente, que o tirocínio adquirido no trabalho em empresas industriais explica, em grande parte, o estilo de organização e administração que ele imprimiu ao CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — como um de seus fundadores, e que foi um dos fatores decisivos para seu sucesso. Era um estilo de organização e administração voltado para a eficiência e a automatenção, no que a nova instituição foi pioneira entre suas congêneres, no Brasil.

Creio que a nova instituição deveu a ele, em grande parte, tanto a iniciativa de sua fundação como o espírito com que apareceu, o que me leva a dizer alguma coisa sobre a personalidade de Procópio. Já me referi a sua inteligência e afabilidade e quero dizer, também, alguma coisa sobre sua tendência à tolerância sem transigência com o espírito crítico e com seu apego a valores como a lealdade, a justiça e o desejo de uma vida melhor para a humanidade, em geral. Se tivesse que situá-lo ao longo do espectro político-ideológico, diria que era um homem de centro-esquerda, fundamentalmente liberal e avesso a qualquer manifestação de maniqueísmo.

Por onde quer que andasse, fazia amigos e os tinha a cobrir quase todo o referido espectro. Foi isso, em grande parte, que permitiu sua atuação no CEBRAP, a dar cobertura a intelectuais cassados ou malvistas pelos que detinham o poder e a autoridade, naquela conjuntura e, ao mesmo tempo, conseguir convênios e contratos de trabalho para uma instituição que surgia com o espírito de resistência ao regime autoritário.

Procópio falou-me sobre sua experiência de recolhimento ao convento dos dominicanos, porém, foi somente pelo artigo que lhe dedico Severo Gomes, nos dias que se seguiram a sua morte ("Folha de S. Paulo", "Procópio Ferreira de Camargo, uma inteligência aguda e pouco comum", 26/1/1987), que fiquei sabendo de que chegara a se integrar entre os frades dessa ordem, como Frei Clemente, nome que lhe era bem posto. Diz Severo Gomes que Procópio, "mesmo disfarçando a vida inteira, nunca saiu da mão de Deus". Eu diria dele o que Anísio Teixeira dizia de si mesmo: perdeu (se é que perdeu) a religião sem perder a religiosidade; nunca perdeu certos escrúpulos e nunca foi indiferente em relação à sorte de seus semelhantes.

Procópio foi numerosas vezes meu companheiro de viagem. Quanto lecionei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, em 1964, viajamos tantas vezes indo de São Paulo ou vindo dessa cidade, ora de trem ora em seu car-



ro ou no de algum colega, o que nos ensinava longas conversas que levavam ao aprofundamento do conhecimento recíproco. Foi nessa cidade que recebemos a notícia do golpe de 1964, sob uma forma confusa, quando vimos um homem a andar pela praça principal, a resmungar: -- "Agora o Lacerda vai acabar com esses comunistas!"

Em 1965 e 1966, fizemos várias viagens ao Rio Grande do Norte e percorremos praticamente todo esse Estado, além de visitarmos Recife, em preparação e, em seguida, execução da parte brasileira do projeto ISS-FERES.

Em todas essas viagens, era sempre um companheiro solitário e divertido, como grande "causeur" pleno de assuntos e de "verve". No Rio Grande do Norte onde, não poucas vezes, viajamos em equipe, ele gostava de fazer um teste de identificação de fisionomias, dizendo a pessoas com quem nos encontramos que entre nós havia um padre e pedindo que apontassem qual de nós era o sacerdote, e ria prazerosamente por ser eu, na maioria das vezes, o indicado...

Foi na volta da última viagem de campo que fizemos ao Rio Grande do Norte que ele se deparou com o velório do pai de quem tanto nos falava.

Mas a grande viagem que haveríamos de fazer juntos seria à Europa, em 1967, quando me convidou para participar do seminário de Louvain, já referido, tendo ele, para isso, reservado parte da verba posta à disposição de nosso subprojeto. Com ele, estive, então, em Paris, antes de seguirmos para Louvain. Na Bélgica, hospedamo-nos num hotel indicado pelo Cônego Houtart, em Trevira, cidade em conurbação com Louvain. Daí nos locomovíamos até a sede do seminário, num Gordini posto

à nossa disposição e que ele guiava à vontade e com segurança como se fosse um morador da região. Aproveitamos os dias não ocupados pelo seminário para viajar, percorrendo várias cidades belgas e dormindo uma noite em Bruges. Passando por Lille, entramos na Alemanha, indo até Bonn, passando uma noite em Mainz e, depois de percorrermos várias cidades alemãs, entre as quais Frankfurt e Colônia, ingressamos na França, fazendo um pernoite em Strasburgo. Daí, passamos por várias cidades do norte da França, entre as quais Metz, atravessamos Luxemburgo e voltamos para a Bélgica. Neste circuito, tivemos a companhia da bibliotecária e professora da Universidade de São Paulo, Sara Correia, filha do Professor Alexandre Correia, e amiga de infância de Procópio, e que se vinha dedicando à reorganização da Biblioteca do Colégio Pro América Latina, em Louvain. Por todo o percurso, Procópio foi um motorista paciente e bem humorado e um guia de eficiência insuperável pelo conhecimento que tinha dos lugares com suas instituições e pontos de maior interesse.

Dadas suas outras atividades — assessoramento em empresas, criação e administração de instituições culturais, participação em colegiados, pesquisa e docência — dificilmente Procópio poderia ter sido um autor fecundo, tomando-se por critério o número de publicações. Foi, porém, versátil e original naquilo que publicou.

Um dos primeiros, senão o primeiro trabalho que publicou, foi um artigo sobre direito costumeiro e direito positivo, numa das comunidades do Vale do São Francisco em que atuou como colaborador de pesquisa realizada por Fernando Altenfelder Silva, no programa de pesquisas formulado e executado por Donald Pier-

son, sob o patrocínio da Superintendência do Vale do São Francisco. Esse artigo ("Alguns problemas jurídicos em Xique-Xique", "Sociologia", vol. XIV, 4, 293-309, 1952) é produto de sua primeira aventura sociológica e reflete sua precedente formação jurídica.

Mas o domínio que ele realmente marcaria com obras de fôlego e inovadoras e em relação ao qual a história da Sociologia, no Brasil, há de lhe reservar um lugar de relevo, é o da Sociologia da Religião.

Sua primeira obra de importância, nesse domínio, é *Kardecismo e Umbanda* (São Paulo: Pioneira, 1961), cuja elaboração como pesquisa e como texto teve a satisfação de acompanhar, como seu interlocutor.

Essa obra é marcante pela originalidade, a começar pelo respeito com o que Procópio trata as religiões mediúnicas, seguindo-se a idéia de um *continuum* ou espectro de religiões com essa crença, que viria a ser explorada também por Emilio Willems na tentativa de explicar a facilidade de propagação de certas denominações protestantes, pelas camadas populares, no Brasil e em outras sociedades latino-americanas; a atribuição de "internalização" a tais religiões, em São Paulo, em contraste com o seu caráter de tradicionalidade, em outras regiões do País, e sua visão como resposta opcional à solidão e necessidade de ressocialização do migrante rural, na cidade.

Para a pesquisa que resultou nesse livro, Procópio contou com o estímulo intelectual de Jean Labens e do Cônego François Houtart e, graças a este, com o apoio financeiro da Fédération Internationale des Instituts de Recherches Sociales, de Friburgo, Suíça, o que abria caminho para o convite que receberia, poucos anos

mais tarde, para participar do projeto ISS-FERES.

O primeiro produto de sua participação nesse projeto seria uma tentativa de tipologia do catolicismo brasileiro, "Essai de typologie du catholicisme brésilien" ("Social Compass", revista da Fédération Internationale des Instituts de Recherches Sociales e Socio-religieuses, XIV, 5/6, 1967), na qual distingue e caracteriza os tipos tradicional rural, tradicional urbano e internalizado.

Ainda como produto de sua participação no projeto ISS-FERES, surgiria o livro em que aprofunda sua reflexão sobre o catolicismo no Brasil, *Igreja e Desenvolvimento* (São Paulo: CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências, 1971), em que representa sua tipologia, sugere o reconhecimento de novas funções que não as conservadoras e reacionárias, no catolicismo atual, e procede a uma análise minuciosa, como estudo de caso, do Movimento de Natal, ou seja, da "ação desenvolvida pela Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, a partir da década de 50". Em sua análise, a distinção entre religião tradicional e religião internalizada se mostra fundamental.

Finalmente, em matéria de publicações, quero mencionar a obra *São Paulo 1975 — Crescimento e Pobreza* (Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; apresentação de D. Paulo Evaristo Arns, São Paulo: Edições Loyola, 1976). Trata-se de trabalho coletivo em que não é apenas pela ordem alfabética que Cândido Procópio Ferreira de Camargo aparece em primeiro lugar na relação dos colaboradores, entre os quais estão Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Lucio Kowarick, Maria Hermínia Tavares de Al-

meida, Paul Israel Singer e Vinícius Caldeira Brant. Essa obra, realizada em pleno regime autoritário, nela se percebendo o dedo de Procópio, no plano, inspiração e execução, inclui capítulos com títulos bem expressivos: 1. São Paulo na economia brasileira; 2. A lógica da desordem; 3. Acumulação e distribuição; 4. A trajetória da classe trabalhadora; 5. Trabalhadores, cidadãos e cidadãos; e 6. Autoritarismo e democratização: o contexto da sociedade civil.

No magistério, Procópio realizou uma carreira nada convencional, com uma mobilidade interinstitucional nada usual entre nós: lecionou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, no Centro de Dinâmica Populacional da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em todas as instituições mencionadas, sempre combinou ensino e pesquisa, não compreendendo o primeiro, especialmente em nível universitário, sem esta.

Se no ensino começou preocupado em estabelecer uma ponte entre a Filosofia e as Ciências Sociais, se se interessou, em dado período de sua vida, de modo particular, pela Demografia, foi a Sociologia da Religião a disciplina que mais o motivou e à qual consagrou a maior parte de sua atividade docente.

Mencionei atrás que, por onde passava, Procópio deixava amigos, com posições político-ideológicas as mais diversas. Quero lembrar aqui que foi na Faculdade de Higiene e Saúde Pública que ele conheceu e estabeleceu amizade com o professor e ex-governador Lucas Nogueira Garcez, amizade que viria a acionar quando empenhado em conseguir convênios para o CEBRAP que permitissem à nova instituição a contratação de serviços de intelectuais com direitos cassados ou politicamente marginalizados. Cabe lembrar aqui, igualmente, sua amizade com o ex-ministro dos governos Castelo Branco e Geisel e atual senador Severo Gomes que, no artigo em que o homenageou, na "Folha de S. Paulo", deu seu depoimento sobre a interferência de Procópio em favor de intelectuais vítimas da repressão: "No começo do governo Geisel, quando a extrema-direita desafiava o poder, com o recrudescimento das torturas e assassinatos, Procópio se comunicava quase diariamente comigo, informando sobre as prisões e violências. Foi a sua ariscada missão que me permitiu informar e pedir providências ao presidente da República para os que estavam caindo nas garras do DOI-CODI, como Francisco de Oliveira, Paul Singer, Frederico Mazzuchelli e tantos outros..."

Senti não ter podido comparecer às cerimônias fúnebres por Procópio. Por uma amiga comum soube da comovente sessão que, em sua memória, se realizou na Igreja dos Dominicanos, no Bairro de Perdizes, em São Paulo. Com este artigo, procuro render-lhe meu preito amizade e saudade.

"Exílio e Morte do Imperador"

Danilo Gomes

A personalidade de D. Pedro II tem interessado e mesmo fascinado a vários historiadores e estudiosos, desde o século passado, reinando ele ainda.

Imperador democrata, amigo de repúblicanos ilustres, filósofo e poeta, D. Pedro foi, com justiça, denominado o Magnânimo. Tolerante, modesto, inimigo de pompas e protocolos da realeza, sentia-se bem na companhia de homens como Victor Hugo, Renan, Thomas Edison, Longfellow, Graham Bell, Pasteur, Alexandre Herculano, Manzoni, nossos poetas Gonçalves de Magalhães e Francisco Octaviano, nosso compositor Carlos Gomes, nosso pintor Pedro Américo e tantos outros intelectuais a quem ajudava e protegia. Por outro lado, a custo escondia seu mal-estar e constrangimento diante do luxo, das galas e da grandiosidade pomposa e ofuscante que pompeavam nas Cortes da Rússia, da Grécia, da Áustria, da Alemanha e outros países que ele visitou, em caráter particular, dispensando honrarias, salameleques e mordomias.

Era demasiado simples, com sua sósida sobrecasaca preta de professor e seu ar discreto de burguês educado, para compactuar com tanto fausto.

Deixou-se também seduzir pela singular personalidade do nosso segundo e último Imperador a historiadora Lídia Besouchet, biógrafa do Barão de Mauá, do Visconde do Rio Branco e de Oliveira Lima, pesquisadora ilustre que tem percorrido arquivos e bibliotecas do Brasil e outras nações, como a Argentina (onde morou por 10 anos, exilada, após o golpe getulista de 1937), Bélgica, México, Argélia, França, Uruguai, Inglaterra e recentemente Espanha.

A pesquisadora, gaúcha de Porto Alegre, criada na miniera São João del Rei, casada com o diplomata capixaba Newton Freitas, hoje novamente residindo no Rio, apresenta também em sua folha de serviços culturais à nossa terra a correspondência inédita trocada entre J. J. Urquiza, o Barão de Mauá e o Visconde do Rio Branco, coligida no Palácio San José, de Entre Rios, e publicada na coleção Brasileira.

Da sua tese sobre D. Pedro II, datada de 1971 e apresentada no colóquio internacional da Université de Hute Bretagne, nasceu o volume de 465 páginas, intitulado "Exílio e Morte do Imperador", publicado pela Editora Nova Fronteira.

Não se limita o livro, todavia, aos últimos anos de vida do monarca nascido na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, em 1825. Mais que isso, é uma alientada biografia daquela cuja faceta mais notável e fulgurante "só se revelava fora do Brasil, quando abandonava a servidão dos atos oficiais".

Todo alicerçado em fontes profusamente mencionadas em notas capitulares e na extensa bibliografia final, o livro de Lídia Besouchet credencia-se como indispensável aos estudos da vida do imperante e do desenrolar do Segundo Reinado. É evidente a interação profunda entre o monarca e o Império que ele comandou praticamente durante meio século, de 1840 a 1889, quando foi apeado do poder e expulso, já velho e doente, com a família, às 3 horas da madrugada de 17 de novembro (veja-se a patética página antológica de Raul Pompéia, acerca daquele doloroso momento).

Educado para reinar, mediante uma disciplina quase monástica, moldada por homens sósidos como Frei Pedro de Santa Mariana e o Visconde de Itanhaém, D. Pedro II era um tímido, mas de vontade inquebrantável; um tolerante, mas, quando preciso, renitente, intransigente em seus propósitos.

Toda a sua vida está nesse livro de Lídia Besouchet, que assim se coloca ao lado de Heitor Lyra, Pedro Calmon, Tobias Monteiro, Argeu Guimarães, Visconde de Taunay, Hélio Vianna e outros — que abordaram trechos de sua biografia —, como o Conde de Afonso Celso, J. Mattoso Maia Forte, Rocha Martins, Lourenço Luís Lacombe, Fernando Cruz Gouveia.

Admiráveis suas análises não só da personalidade de D. Pedro II como da do culto mais antipático (porque racista) Conde de Góbiereu. Um estudo psicológico em profundidade.

...

Em D. Pedro II coexistiram como que duas personalidades. Uma, era a do primeiro cidadão do Império, funcionário público exemplar que madrugava no cumprimento do dever. Chefe de Estado que desempenhava suas funções com uma tolerância que não raro se mesclava com uma severidade de juiz, tudo fiscalizando, tudo questionando, en-

carando aquela excessiva centralização combatida por Tavares Bastos e duramente estigmatizada por Nelson Werneck Sodré, no seu "Panorama do Segundo Império" (que a autora considerou por bem não mencionar). Por outro lado, palpitava em D. Pedro II o homem de letras, o poeta, o cidadão cosmopolita que amava profundamente as viagens com uma ânsia de saber digna de um humanista da Renascença, e ainda o romântico que tinha de controlar seus ímpetos amorosos entre belas damas daquém e dalém-mar...

Observa a historiadora, com argúcia, que ele adotava uma atitude inconformada para consigo mesmo, "pois procurava ignorar a presença do outro 'eu', chegando a tornar-se estrangeiro dentro de sua própria vida. Sua marginalidade interior, a partir da segunda viagem ao estrangeiro, é completa".

Aqui, é o governante que "como espectador, assiste ao processo evolutivo das energias nacionais, tanto dos indivíduos como dos grupos partidários. Comporta-se como um jogador de xadrez que movimentasse simultaneamente as pedras brancas e as pretas, a favor ou contra, sem tomar partido". É que pairava — ele, o Poder Moderador estatuído na Constituição de 1824 — acima dos Gabinetes liberais ou conservadores, que se alternavam no comando da máquina centrípetra do Estado.

Suas poucas viagens ao Exterior — sempre a expensas próprias e como simples particular — eram como uma fuga aos pesados encargos de rei, que herdara de seu pai português e sua mãe austríaca.

Figura singular! Lembra Lídia Besouchet que José Veríssimo, que não o idolatrava, anotara que ele, na Europa, "escandalizara as Cortes, os conservadores e a gente bem pensante, visitando rabinos, os livres-pensadores, os repúblicanos e os ímpios, como Renan, como Victor Hugo e como Littré".

Estabeleceu-se uma antipatia natural entre ele e o Papa Pio IX, um conservador radical e intolerante. Suas entrevistas com o Pontífice, em Roma, foram constrangedoras, consequência da posição do Imperador na "Questão Religiosa".

Registra a historiadora que, "de uma maneira ou de outra, Pedro II manteve contato com as mais importantes figuras do século XIX. A convivência de um rei, preferiu sempre a de um artista, de um sábio; correspondeu-se até o fim da vida com cientistas, pintores, músicos, antropólogos, linguistas".

Casado com D. Teresa Cristina Maria, a princesa napolitana que, embora virtuosa e modelo de bondade, não encarnava seu tipo de mulher ideal, D. Pedro II concentrou sua atenção paralela na amiga de muitos anos, a Condessa de Barral e Pedra Branca, educada à francesa, mulher culta, a quem escrevia com espantosa frequência. Sem dúvida que a amou (infere-se isto da correspondência trocada entre eles). Mas outras mulheres ocuparam o coração desse discreto governante, que jamais fez desses afeitos, ao contrário de seu estouvado pai, motivos de escândalo. Por seu coração passaram Eponina Octaviana, Madame de La Tour, a Condessa de Villeneuve. Aquele sósido rei de barbas bran-

cas foi um romântico típico do seu século, que desabafava seus tempestuosos sentimentos nas cartas e no seu discreto diário íntimo.

Esse aspecto é bem frisado pela argúcia da historiadora, que assegura:

"O Imperador foi vítima do mal do século. Deleitava-se, como Góbiereu, em possuir uma Dama Ausente, uma Amiga Constante, uma Alma Ímã. A crise moral, o alargamento da cultura, a instigação do belo, a aspiração à fidelidade, todos esses sentimentos confusos, imprudentes e devoradores da sensibilidade encontravam desafio e desabafo nas cartas e nos diários íntimos."

...

A autora traça-nos um fiel retrato psicológico do Imperador-patriarca, que nem por essa postura deixou de padecer do "sonho fáustico da eterna juventude", consubstanciado no retrato, na fotografia, que, após a miniatura e o daguerreótipo, simbolizava, para os homens do romantismo, o ideal de permanência e de perenidade. Completa a autora que "o retrato, para ele, é um dos símbolos amorosos mais potentes".

E por isso era um fútil! Não, pelo contrário, era um homem sério, sósido e discreto; apenas, como se notou, um homem de seu século, que se sentia mais à vontade nas ruínas gregas e egípcias e nas instituições da Europa, de que era membro, que no Trono em que se sentara oficialmente desde os 14 anos de idade. E a proposta da vida romântica do nosso último Imperador, remetemos o leitor ao livro de Mozart Monteiro, "A Vida Amorosa de D. Pedro II".

Os meses de exílio, após o banimento, foram melancólicos. Em Portugal, morrera a Imperatriz, que ele, afinal, não deixara de amar como a companheira virtuosa e mãe de seus filhos. O Conde de Afonso Celso narra os fatos também em "O Imperador no Exílio". Foi visto chorando, sozinho, vívido, em seu modesto quarto do Hotel Bedford. Ao Visconde de Taunay confessara, em carta, que seu consolo eram os livros e os estudos.

Morrera também a velha amiga e confidente, por quem, afinal, se apaixonara — a Condessa de Barral. Além do consolo dos livros e de alguns fiéis amigos brasileiros que o acompanharam nos 750 dias de exílio, dava-lhe também alento, por certo, a popularidade de que gozava em toda a Europa, especialmente na França, sua segunda pátria, e que aumentara após a sua expulsão do Brasil pela crueldade dos vitoriosos de 15 de novembro.

A 5 de dezembro de 1891, num quarto simples do Hotel Bedford, em Paris, morria, aos 66 anos, o Imperador desterado. Morria — aponta a excelente historiadora — como um estudante, o estudante brasileiro e servidor público compulsoriamente aposentado Pedro de Alcântara, "pois na noite que precedeu à agonia, pediu ao doutor Seybold — seu professor de línguas mortas — que lhe lesse algumas páginas em sânscrito e as notícias de alguns jornais".

Mereceu do Governo francês exéquias de Chefe de Estado, com a bandeira da abolida Monarquia desfilando solene pelas ruas da sempre Cidade-Luz, "malgrado todas as proviências diplomáticas, malgrado a enorme pressão oficial realizada pelo Brasil". O jacobinismo republicano brasileiro certamente queria fosse o liberal monarca destronado, enterrado na vala comum, às escondidas, de madrugada, nos mesmos moldes com que fora expulso na dramática madrugada registrada por Raul Pompéia.

Mas assim não foi. O correspondente do *Daily Telegraph* noticiou que havia "tanta gente no enterro do Imperador quanto no de Victor Hugo". Era a consagração que o Brasil lhe negara e só seria reparada na década de 20, quando, por ato do nosso Governo, seus restos mortais foram para cá trasladados.

Dentre os estudos sobre a vida de D. Pedro II e seu longo reinado — a Democracia Coroada, título, aliás, do clássico estudo de João Camillo de Oliveira Torres, o saudoso historiador mineiro — o livro de Lídia Besouchet ocupa um lugar de proeminência, pela documentação apresentada, pela excelência da técnica narrativa, pelo exato perfil histórico e psicológico da personalidade do dinasta mais culto e liberal de seu tempo. Não sou monarquista. Sou apenas um devoto de D. Pedro II. E, como tal, li esse livro com absoluto encantamento.

Danilo Gomes reside em Brasília, onde é jornalista.

Dicionário de Escritoras Brasileiras

Está prevista para 1988 a publicação de um **Dicionário de Escritoras Brasileiras**, projeto e coordenação de Nelly Novas Coelho, que será o mais abrangente possível, no registro de mulheres com livros publicados até 31-12-87, nas áreas de Poesia, Ficção e Teatro (neste último caso, os *drámatúrgos* deverão ter, pelo menos, uma peça representada e não, obrigatoriamente, publicada). As *de linha alternativa* devem ter, no mínimo, publicação de opúsculo de uma dezena de páginas. São exigidos dados pessoais, formação escolar e profissão, cronologia das publicações (com a citação bibliográfica de local e editora, se possível), caracterização dos gêneros, registro sintético de críticas, prêmios, distinções etc. As interessadas em figurar na obra podem entrar em contato com a professora Nelly Novas Coelho: Rua dos Franceses, 498 — ap. 81 — Ed. Ravel — CEP 01329 — São Paulo — SP.

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Editora Civilização Brasileira. Av. Vieira de Carvalho, 40 - 01210 - São Paulo - SP.
A Menina de Quarta-Feira, Joyce Carol Oates.
Amor e Morte, Joyce Carol Oates.
Editora Moderna. Rua Afonso Belf, 431 - 04511 - São Paulo - SP.
Violência Política, Ciro Marcondes Filho.
Gandhi, Marcos Gomes.
A Terceira Guerra Mundial, Antônio Cabral.
O Capitalismo (Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica), Paul Singer.
Editora Marco Zero. Rua Infância da Rocha, 273 - 05432 - São Paulo - SP.
Adem, Arslán, Paul Nizan; tradução de Bernardette Lyra.
A Terceira Expedição, Daniel Frenet.
Editora Record. Rua Argentina, 171 - 20921 - Rio de Janeiro - RJ.
A Cidade da Alegria, Dominique Lapierre; tradução de Sieni Maria Campos.
O Preço da Honra, Morris West; tradução de A. B. Pinheiro de Lemos.
Edições Paulinas. Rua Dr. Pinto Ferraz, 183 - 04117 - São Paulo - SP.
Vida e Reflexão (Contribuição da Teologia da Libertação ao Pensamento Teológico), G. Baum (et al.); tradução J. F. L. F.
Que Hora, Tatiana Belinky.
Editora Nova Fronteira. Rua Bambino, 25 - 22251 - Rio de Janeiro - RJ.
O Álbum Branco, Joan Didion; tradução de Walter Wehr e Lúcia C. L. Alves.
As Cabeças Trocadas, Thomas Mann; tradução de Herbert Caro.
Nelson Pereira dos Santos (O sonho possível do cinema brasileiro), Helena Sálem.
Se a Memória Não Me Falha, Sylvia Orthof.
O Sarau Astronauta, Arnaldo Niskier.
O Rei Davi, Guy Rachet; tradução de Pina Bastos.
A Vida de Rui Barbosa, Luís Viana Filho.
José Olympio Editora. Rua Marquês de Olinda, 12 - 22252 - Rio de Janeiro - RJ.
Educação e Liberalismo, Marco Marcel.
A Costa do Mosquito, Paul Theroux; tradução de Wilma Ronald de Carvalho.
Outono Estação de Amor, Manoel Caetano Bandeira de Melo. Em convênio com a Secretaria da Cultura do Maranhão.

A Lei, Frédéric Bastiat; tradução de Ronaldo da Silva Legey. Em convênio com o Instituto Liberal.

Editora Nobel. Rua da Bahia, 559 - 02910 - São Paulo - SP.
Andanças, Oroncio Vaz de Arruda Filho.

Editora Cêdrea. Rua Senador Dantas, 20 - 20031 - Rio de Janeiro - RJ.

A Sintaxe do Espanto, Patrícia Blower.

Editora Rio Gráfica. Rua Inácio, 1.209 - 20251 - Rio de Janeiro - RJ.

Faca uma Careta, Allan Ahlberg, Colin McNaughton; tradução de Gora Rónai.

A Ávia de Balé, Helen Oxenbury; tradução de Gora Rónai.

Editora Nórdica. Rua Otto de Dezembro, 353 - 20550 - Rio de Janeiro - RJ.

Confidências de um Espermató-

zide Careca, Carlos Eduardo No-

vares.

Atual Editora. Rua José Antonio

Coelho, 785 - 04011 - São Paulo - SP.

Tchei! Editora. Av. Capivari,

1141 - 06560 - Puro Alegre - RS.

Ensinho de Matemática (No primeiro grau), Antonio Miguel e Maria

Angela Morin.

Ensinho de Estudos Sociais (No primeiro grau), Dulce Maria P. Ca-

margo Leme, Eloisa de Mattos Hil-

ling, Erneste Zamboni e Newton

Cesar Balzan.

Ensinho da Língua Portuguesa,

Lilian Lopes Martin da Silva, Santa

Maria Afonso Moysés, Raquel So-

lei Fied e João Wanderley Geraldi.

O Ensino de Ciências, Heliene

Francelina, Ivani Amoroso do

Amaral e Marley Sanches Flória

Gouveia.

Veritas - Revista trimestral da

PUC do Rio Grande do Sul - Porto

Alegre, v. 32, n.º 125, pp. 1 a 150,

março 1987.

Tchei! Editora. Av. Capivari,

1141 - 06560 - Puro Alegre - RS.

Ensinho de Matemática (No primeiro grau), Antonio Miguel e Maria

Angela Morin.

Ensinho de Estudos Sociais (No primeiro grau), Dulce Maria P. Ca-

margo Leme, Eloisa de Mattos Hil-

ling, Erneste Zamboni e Newton

Cesar Balzan.

Ensinho da Língua Portuguesa,

Lilian Lopes Martin da Silva, Santa

Maria Afonso Moysés, Raquel So-

lei Fied e João Wanderley Geraldi.

O Ensino de Ciências, Heliene

Francelina, Ivani Amoroso do

Amaral e Marley Sanches Flória

Gouveia.

Veritas - Revista trimestral da

PUC do Rio Grande do Sul - Porto

Alegre, v. 32, n.º 125, pp. 1 a 150,

março 1987.



EUGENE C. HARTER

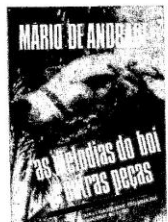
A Colônia Perdida da Confederação. de Eugene C. Harter. Ataque à ideia de uma colônia americana no Brasil, o livro conta a história pouco conhecida entre americanos e brasileiros, retratando o êxodo dos emigrantes, suas tentativas de adaptação, seu apego ao antigo modo de vida, a luta pela sobrevivência e a vida atual dos descendentes (um dos quais o próprio autor do livro, diplomata norte-americano), uma geração que mantém fortes laços com seu país de origem e com o Brasil moderno. Tradução de Wilmir Rold de Carvalho. (Editora Nova). Rua Otton de December, 353 20550 - Rio de Janeiro - RJ.



Multinacionais, Desenvolvimento ou Exploração? de Paulo Martins, sociólogo pela USP, com 20 anos de trabalho em organizações multinacionais, mostra como o Brasil, embora ampliado como oitava potência do mundo capitalista, não pode usufruir, em benefício do seu povo, os frutos desse trabalho por que os capitais financeiros mundiais cobram sacrifícios cada vez mais elevados à nossa população para produzir riquezas, exportar bens de consumo e pagar os lucros dos investidores estrangeiros, dentro de um quadro de sólida dominação. (Editora Moderna). Rua Afonso Brás, 431 - 04511 - São Paulo - SP.



O Capitalismo, Sua Evolução, Sua Lógica e Sua Dinâmica. de Paul Singer, economista e doutor em sociologia pela USP, procura mostrar como o ideal do capitalismo - uma sociedade em que cada membro seja um consumidor livre e soberano, gozando de plena liberdade em sua livre escolha - encobre, na verdade, um regime organizado para assegurar o privilégio de alguns. "É difícil", diz o autor, "imaginar uma instituição mais autoritária do que a empresa capitalista. Ela é propriedade privada, mesmo quando o titular é uma entidade pública como, por exemplo, um governo nacional, estadual ou municipal." (Editora Moderna). Rua Afonso Brás, 431 - 04511 - São Paulo - SP.



As Melodias do Bol e Outras Peças. Reunidas por Oneyda Alvarenga, autora e colaboradora de Mário de Andrade desde a adolescência até a morte, este volume dá continuidade à publicação da linguagem de campo sobre a música popular brasileira, com a devida transcrição em partituras. Modinhas, toadas, cantigas, modas capangas, cantigas de roda e muitos outros gêneros aparecem no livro, alguns inéditos e outros já publicados em edições posteriores. Introdução e notas de Oneyda Alvarenga que esclarece: "Com este livro convido a organização dos documentos folclóricos que Mário de Andrade me legou, para que estudantes e publicistas apliquem a sua morte." (INL, Pró-Memória / Livraria Duas Cidades, Rua Bento Freitas, 158 - 01220 - São Paulo - SP).



1964: A Revolução dos Ricos. de Tarciso Tupinambá, é um depoimento do autor, que em linguagem simples narra, observa e analisa os fatos que marcaram sua vida e a do país durante o momento histórico em que se sucedeu o golpe de 64. A obra está descrita em forma de romance, sem grandes pretensões literárias. Assembléia-se a um desabafo de quem presenciou aquelas instantes desoladas, de muitas transformações, que lhe acarretaram diversas dores e muita humilhação. Tarciso Tupinambá exercia na época a função de inspetor federal de ensino, em Campos, Rio de Janeiro. (Livraria Editora Códex Ltda, Rua Senador Dantas, 20 - Rio de Janeiro - RJ).



A Saúde do Brasileiro. de Sueli Ganssoli Daltari, professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, mostra que os problemas de saúde do brasileiro não são considerados prioritários por nossos governantes. Analisando a situação das grandes cidades da Região Sudeste (São Paulo, Rio, Belo Horizonte etc.), a autora observa que a poluição ambiental atinge ricos e pobres, o centro e a periferia, a cidade e a favela, as pessoas, os animais e até mesmo as coisas, caracterizando-se como permanente atentado à saúde e à vida. (Editora Moderna). Rua Afonso Brás, 431 - 04511 - São Paulo - SP.



A Herança de Strossner. Brasil-Paraguai, 1955-1980, originária de uma tese de mestrado do filósofo-doutor e professor Alfredo da Mota Meneses, adaptada a um público mais amplo, vem estimular a reflexão crítica sobre a realidade latino-americana, focalizada especialmente nas relações Brasil-Paraguai no período 1955-1980. A obra, fruto de extensiva pesquisa fundamentada em documentos históricos, pesquisas em jornais e entrevistas feitas pelo autor, traz em linguagem acessível uma visão histórica, econômica e geopolítica, além de questionamentos quanto à aproximação do Brasil desde nosso vizinho e o jogo de interesses de ambos. Também faz considerações sobre o aspecto cultural da presença crescente dos brasileiros interferindo com seus costumes na vida paraguaia. (Papius Livraria Editora, Rua Sacramento, 202 - 13100 - Campinas - SP).



Ensaio de Filosofia Ilustrada. de Rubens Rodrigues Torres Filho, professor e estudioso de História da Filosofia Moderna na Universidade de São Paulo, é uma obra que reúne ensaios de diferente origem e variada oportunidade, focalizando todos eles alguns poucos pontos, bem definidos, de História da Filosofia Moderna, do iluminismo ao período pós-kantiano, através da análise de textos, poucos e bem delimitados, que os documentos e ilustrações que os fundamentam e a Ilustração é o tema do ensaio "A Sombra do Iluminismo" que é agora um triplicado, formado por um estudo inédito ("Tolerar e Vigiar") e dos outros já publicados em separado ("Cinismo Ilustrado" em Almanaque, n. 4 e "Que é a Ilustração?", em Discurso, n. 74). (Editora Brasiliense, Rua General Jardim, 160 01223 - São Paulo - SP).



Plantas Eróticas. de Sangarid J. Jr., oferece dados completos sobre plantas tidas como afrodisíacas, usadas pelo povo contra a frigidez e a impotência sexual, além de estudar também as plantas anafrodisíacas e as que apresentam efeitos anticoncepcionais. São abordadas ainda as crenças e superstições, como as plantas mágicas e benéficas miraculosas, em que o homem acredita desde a mais remota antiguidade até hoje. (Editora Médica, Rua Otton de December, 353 - 20550 - Rio de Janeiro - RJ).



Breve História da Escravidão. de Mário Maestri, licenciado e doutor em História pela Universidade Católica de Louvain - Bélgica, é um dos poucos historiadores brasileiros dedicados ao tema, é um ensaio fundamentado em vasta bibliografia. Apresenta ao público brasileiro os principais traços do escravismo na Grécia, em Roma, na Idade Média e nas Américas e termina com uma rápida análise da influência do tráfico de escravos sobre o Continente Negro e do escravismo africano. O autor parte do pressuposto de que a escravidão deu origem a diferentes sociedades escravistas, a partir dos diferentes modos de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (Editora Mercado Aberto, Rua Santo Antônio, 282 - 90220 - Porto Alegre - RS).



Do Jornalismo Político à Indústria Cultural. de Berta G. Ribeiro, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, levanta muitas questões importantes: o índio brasileiro legou contribuições efetivas à cultura nacional? o habitante nativo tem filhos e herança? ou hoje? sua integração na sociedade brasileira é fatal e inevitável? Mais que resgatar a memória do passado, o livro propõe-se a reavaliar a contribuição que o índio pode dar ainda à cultura brasileira e, inversamente, o muito que tem a aprender com a civilização. (Unirated-Unesco, Rua Peixoto Leme, 35 - 20030 - Rio de Janeiro - RJ).



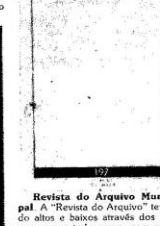
Como Administrar Melhor Seu Dinheiro. de Peno An Juchow, economista gaúcho com pós-graduação na Alemanha, é o resultado da vitiosa experiência pessoal do autor, completada com pesquisas feitas através da convivência prolongada com alguns dos povos mais ricos do mundo e que sabem, melhor do que ninguém, administrar, economizar, gastar e investir eficientemente o próprio dinheiro. O objetivo do livro é auxiliar o leitor a resolver o grande problema de como administrar as finanças pessoais. (Editora Record, Rua Argentina, 171 - 20921 - Rio de Janeiro - RJ).



Idéias Encenadas: O Teatro de Alencar. de Myrta Appel, é um criterioso estudo dos textos dramáticos de José de Alencar. Previamente ao rigor da análise de Myrta Appel para examinar o teatro de Alencar, pois poucas são as obras significativas sobre seus textos teatrais. Myrta Appel mostra que o criador do romance nacional se preocupava com a realidade, com os personagens, com a linguagem e com os efeitos cênicos, muito ao contrário do que se tem pensado dos românticos, apenas inspirados e intuitivos. A autora quis-se mais pelo agrupamento temático das peças do que pela ordem cronológica. O ensaio histórico e sociológico está entrelaçado na análise do texto dramático com o literário. (Editora Movimento, Rua República, 130 90220 - Porto Alegre - RS).



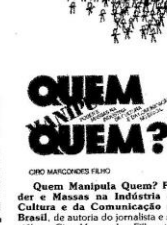
O Índio na Cultura Brasileira. de Berta G. Ribeiro, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, levanta muitas questões importantes: o índio brasileiro legou contribuições efetivas à cultura nacional? o habitante nativo tem filhos e herança? ou hoje? sua integração na sociedade brasileira é fatal e inevitável? Mais que resgatar a memória do passado, o livro propõe-se a reavaliar a contribuição que o índio pode dar ainda à cultura brasileira e, inversamente, o muito que tem a aprender com a civilização. (Unirated-Unesco, Rua Peixoto Leme, 35 - 20030 - Rio de Janeiro - RJ).



Revista do Arquivo Municipal. A "Revista do Arquivo" tem 10 anos e baixos através dos tempos, reunindo agora, com o número 197 referente aos 12 meses de 1986. Fundada em 1934, teve como objetivo principal divulgar estudos e documentos sobre a história de São Paulo, sendo fonte bibliográfica às vezes insubstituível para pesquisas e temas paulistas e brasileiros em geral. Com temática mais abrangente, pois não se situa exclusivamente no campo da História, e sob a direção de Cesar de Arruda Castanho, que implanta esta nova fase, a revista reaparece bastante enriquecida, e é de esperar que a Prefeitura de São Paulo não negue mais recursos para sua continuidade. (Edição do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, Rua da Figueira, 77 - 03003 - São Paulo - SP).



Lobby - Os Grupos de Pressão. de João Bosco Lodi, explica que o lobby praticado no Brasil é quase exclusivamente o dos grupos econômicos, por estarem mais organizados e profissionalizados, entre outros motivos porque a alta concentração do poder no Estado, esse predomínio sobre a economia, tornaram necessário esse tipo de pressão exercida pelas empresas. O lobby não-econômico (movimentos feministas, ecológicos, grupos culturais etc.) é "incipiente, ingênuo e amadorístico", o que tem levado a um mal-entendido a respeito da prática dessa atividade, associada indevidamente ao abuso do poder econômico. (Livraria Pioneira Editora, Praça Duque de Lima, 313 - 02515 - São Paulo - SP).



Quem Manipula Quem? Poder e Massas na Indústria da Cultura e da Comunicação no Brasil. de Ciro Marcondes Filho, sociólogo Ciro Marcondes Filho, traz em seus dois livros uma reflexão sobre diferentes temas que vão desde a ideologia do consumismo, colocada pelo autor como modo de pensar capitalista que funciona como modelo gerencial para todas as relações na sociedade, até um estudo teórico abrangente sobre a censura à imprensa ocorrida no País entre 1969 e 1978, que transcendia a pura mente factual. O livro tenta estabelecer a questão do Imperialismo Cultural na comunicação, a atitude das massas em relação ao controle ideológico, desafiando a mística de que a massa se coloca de forma passiva diante das programações de televisão, da publicidade das revistas, da música e do cinema. Além disso faz uma investigação sobre o crescimento na comunicação. (Editora Vozes Ltda, Rua Frei Luís, 100 - 25689 - Petrópolis - RJ).



Fascismo Italiano. de Angelo Trento, analisa o fascismo na Itália desde suas origens e ascensão ao poder até o colapso provocado pelos acontecimentos militares e políticos decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial. Merecem destaque dois temas abordados pelo livro: 1.º - a conquista do consenso do fascismo no seio do povo italiano, não obstante as oposições de praxe; 2.º - as relações entre o fascismo italiano e a Ação Integralista Brasileira. (Editora Atica, Rua Barão de Iguape, 110 - 01507 - São Paulo - SP).

Composição e impressão

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

DIRETORIA

Artes Gráficas: Carlos Eduardo Leite Peronne

Jornal: Luiz Carlos dos Santos

Comercial: Mauro Daher

Administrativa e Financeira: José Engelberto de Oliveira

DIRETOR-SUPERINTENDENTE

ANTÔNIO ARNOSTI

SEDE e ADMINISTRAÇÃO - Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103 - São Paulo

Telefones 29-3344 (PABX) 93-0118 - Telex (011) 34557

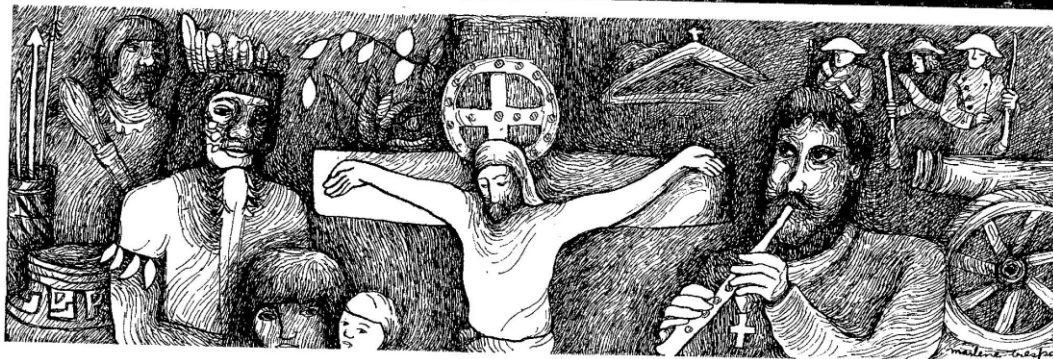
D.O. Leitura

Editor Wladimir Araújo

Editor de Arte Ionaldo Cavalcanti

COLABORAÇÕES - As colaborações para a D.O. Leitura são solicitadas pela Redação. As colaborações enviadas espontaneamente também são objeto de apreciação, mas pedimos compreensão para a impossibilidade de troca de correspondência ou devolução de originais.

Para obter uma assinatura gratuita, escreva para D.O. Leitura, Rua da Mooca, 1.921 - 03103 - São Paulo - SP



"A Missão": uma historieta cristã

Tau Golín

Ilustração de Marlene Crespo

O filme *A Missão*, com direção do competente Roland Joffé, tem a virtude de tocar na subjetividade dos rio-grandenses. Por isso, não é de estranhar o interesse que vem despertando. Afinal, o Rio Grande sempre viveu com o espectro e o enigma das Missões. Esse mistério, apesar de sua história abarcar aproximadamente dois séculos — o que vale dizer, um período equiparado ao tempo de estabelecimento do conquistador luso-brasileiro — faz com que as Missões em geral, e os Sete Povos em particular, mereçam constante preocupação dos historiadores, poetas, músicos e, mais recentemente, cineastas. Além do substancial número de polêmicos trabalhos publicados, os Simpósios de Estudos Missionários de Santa Rosa — RS, têm-se detido em torno dos principais temas.

A arte é esse curioso fazer humano cuja beleza e grandiosidade também se presta à alienação. *A Missão* é um filme sujeito a dezenas de correções. Entretanto, é na condição de obra de arte que procura universalizar um mundo particular (as Missões) que suscita seu maior questionamento. O filme é uma posição sobre a história. Como totalidade, não resiste à cultura, à geografia, à indumentária, à economia, à agricultura etc. ... Senão, vejamos. Qual o "enredo"? O filme trata de três movimentos históricos, na procura de uma síntese que enfeixe dezenas de anos: a) a chegada do jesuíta, b) a construção da sociedade das missões, e c) o conflito entre esse mundo cristão-indígena com o luso-espanhol (rio-platense-brasileiro). Como resultado, obtém a deturpação de todas as fases.

O pobre guarani foi transformado numa besta humana. Sem cultura, como se vivesse a esmo, sem uma organização social mínima. O conflito entre o seu mundo e o do conquistador, representado pelo padre nesse primeiro momento, não é sequer indicado. Ao contrário, sua cultura e sua resistência, largamente comprovadas pela história, foram submetidas aos encantos de uma flautinha tocada pelo jesuíta evangelizador, como se os índios fossem as cobras adestradas dos hindus. Significa dizer que o filme os transformou no elemento passivo da história, os pobrezinhos, as almas desgarradas, cuja inocência teria de ser salva para os céus. Nesse particular, o filme é um desrespeito à cultura autóctone. O indígena era apenas corpo. Prescava duma alma. Obviamente... cristã.

O ponto de partida dessa realidade histórica (e que o filme sequer intui) é que os índios eram participantes da ação, compunham a parte conquistada, integravam as disputas ibéricas, que cobravam suas terras e aprisionavam sua força de trabalho. Nessa realidade, extremamente complexa, os jesuítas constituíam opções concretas, através das quais, realisticamente, podiam resguardar seus interesses de povo. É evidente que a percepção deste fato não ocorreu de forma maquiavélica, mas compôs um mundo de relações, onde pesou decisivamente a própria cosmologia indígena, que deu lugar, aos poucos, a uma nova explicação do mundo, recorrendo a categorias tão místicas quanto as usadas por eles. Todavia, se por um lado índios e religiosos tinham conflitos, de outro, os jesuítas podiam mediar suas vidas com o conquistador. Assim, juravam obediência ao rei espanhol, pagavam impos-

tos, tudo sob a intermediação dos padres. Seguiam vivendo sem o contato direto com a sociedade usurpadora que os cercava aos poucos, "reduzidos" numa nova organização (a redução ou missão) que mesclava aparelhos administrativos europeus e religiosos com o guarani — persistia o direito hierárquico e hereditário do caciquismo, cuja "casta" controlava os cargos.

No território rio-grandense não foram poucos os conflitos entre padres e índios. Antônio Ruiz de Montoya escreveu um livro clássico sobre o assunto — *Conquista espiritual* ("feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape"). Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., publicou *Os heróis do Caaró e Pirapó*, uma apologia ao trabalho missionário que, ao evocar os sacrifícios e dificuldades enfrentados pelos primeiros mártires, acaba demonstrando o lado oposto, o mundo que deveria ser conquistado para a Companhia, Deus e El-Rey. São obras claras sobre mundos antinômicos, impossíveis de ser revelados por uma harmoniosa flautinha sacra.

Outro problema sério do filme é a caracterização dos índios missioneiros. São exatamente iguais ao período pré-colombiano. Passaram-se dois séculos em que se construiu uma nova sociedade, e, veja-se, eles continuaram imaculados, como antes não marcados pela história.

Ora, o índio "tribal" não existia nas Missões. É por essa razão que o filme realiza uma inversão. O espectador é "convencido" de que os padres são "auxiliares" da "sociedade indígena", pois, conforme a obra, seus indivíduos permaneceram imodificáveis, como se a missão fosse tão somente o desenvolvimento de uma melhoria material com nova religião, a cristã. Ora, em realidade, tínhamos homens resultantes duma estrutura cristã, cujas gerações se sucediam e onde as transformações iam além das vestes, das relações pessoais e culturais, alojando-se em suas mentes. Culturalmente, a cosmologia era dada pela Bíblia.

Nessa caracterização, o problema mais sério transparece quando o filme se detém nos Sete Povos, localizados no atual Rio Grande do Sul. É um corte abstrato, inventivo e sem conexão histórica. É impossível encontrar o elo entre o guarani e o povo rio-grandense. Não há herança nem ponto de ligação também com o uruguaio, o argentino e o paraguaio. Esse parece um dado menor. Mas visto com a lente das conexões sociais, conforme o filme, nada temos a ver com aqueles índios canoeiros de *A Missão*, porque os guaranis, da tragédia missionária, cultivavam erva-mate (e não banana), criavam gado e domavam cavalos. A eles devemos inúmeras técnicas de pastoreio, hábitos e costumes, que formam o conhecimento do nosso povo.

Mas isso ainda é pouco. A distorção histórica maior surge no conflito final, quando os padres tomam a iniciativa de comandar os índios contra as tropas luso-espanholas. Todos têm conhecimento de que a Guerra Guaranítica ocorreu predominantemente no Rio Grande do Sul, especificamente nos anos de 1754 e 1756. Sobre isso, que tratamento observamos no filme? Que Portugal e Espanha fizeram o Tratado

de Madri (1750), a Companhia de Jesus mandou um comissário para ouvir as partes e, posteriormente, com base nessa inquirição, decidir sobre a saída dos Sete Povos do território, passando para o outro lado do rio Uruguai, hoje Argentina. Esse padre percorre as Missões, deslumbando-se com o que vê. Martiriza-se com o conflito de ter de decidir sobre a mudança. Pura ficção!

O Tratado de Madri foi escondido dos índios durante três anos, enquanto a Companhia de Jesus, sigilosamente, tentava executar as ordens do rei castelhano. Aquele bondoso comissário, recebido com festas pelos missioneiros, na realidade, teve de correr, assim que tentou penetrar nos Povos para não ser morto por alguns caciques rebeldes. Este flagelante jesuíta do filme, em vida chamado Altamirano, investido de poder absoluto pela sua ordem, determinou que os padres inutilizassem a pólvora, proibissem o fabrico de armas e que os corregedores dos outros povos "fossem aos Sete e deles tirassem os chefes da revolução". Esse expediente também foi usado pelo Superior das Missões. Como consequência, ocorreu a divisão missioneira, estabelecendo-se a sua divisão entre caciques fiéis aos padres e os revoltosos. Na época, o jesuíta Juan de Escandón escreveu em sua *História da Transmigração dos Sete Povos Orientais* que essa divetiz da Companhia poderia "suscitar uma guerra civil entre uns e outros povos". O primeiro combate desfavorável dos índios rebeldes foi efetuado pela própria Companhia de Jesus. Primeiro, utilizou os conselhos divinos. Os índios responderam que a terra lhes fora dada por Deus e seus santos padroeiros. Depois, recorreu a métodos pouco cristãos, fazendo os chefes guaranis aprisionarem-se uns aos outros. E, por último, lavaram as mãos, passando escritura pública em que transferiram os poderes sobre os Sete Povos para o governador e bispo de Buenos Aires. Quando os exércitos chegaram, a "cizânia", como observou o padre Tadeu Henis em seu diário, já havia tomado conta dos guaranis. Diga-se, ainda, que esse jesuíta foi acusado de ter comandado a resistência.

A destruição das Missões está circunscrita nas ricas relações da história, onde o estabelecimento de seu rumo encontrava o desafio de múltiplas possibilidades. Aquele período privilegiava a geopolítica ibérica, o expansionismo estancieiro (que inclusive patrocinou contingentes militares), o interesse jesuítico na América e Europa e, obviamente, a encruzilhada imposta aos índios. A força real expressivamente complexa dos elementos em jogo no mundo em que o filme tentou penetrar faz de *A Missão* uma obra extremamente pobre, mesmo que recorra a profissionais capacitados, como fica demonstrado pela fotografia, música e direção. O resultado final é a confecção dum expressionismo sacro, uma historieta cristã envolta na simplória de do bem e do mal. Para indignação de muitos — que vêm em *A Missão* um clássico —, o tema ainda espera por um cineasta. A Guerra Guaranítica é a síntese dos fenômenos contraditórios dos mundos conflitivos daquele momento. Os indicativos para um roteiro digno de sua altura podem ser observados no *Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade*.

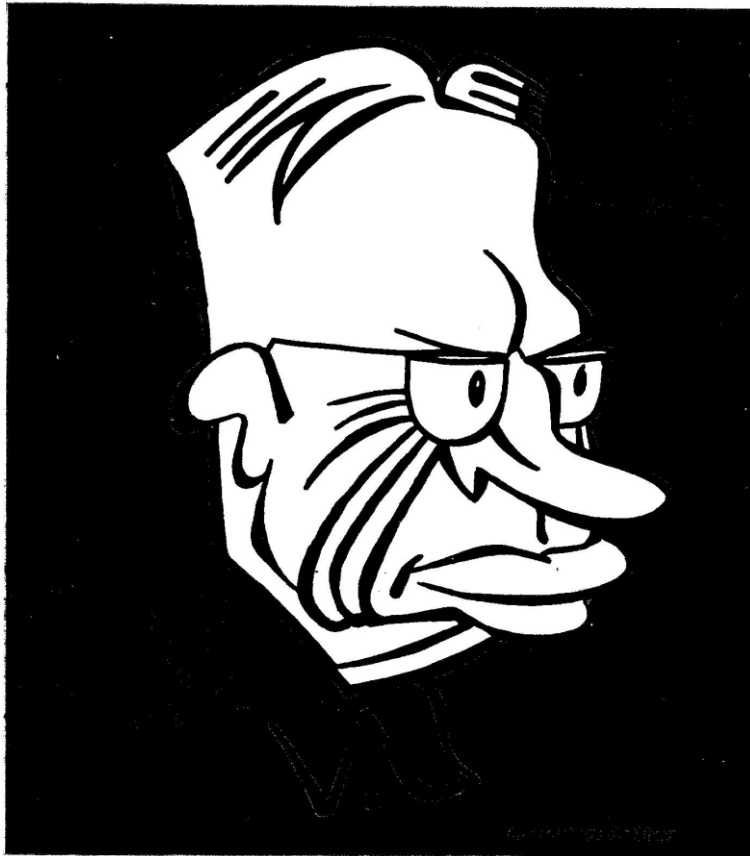
Tau Golín, jornalista e escritor, é autor de *Sépt Tiaraja*, um livro sobre o tema.

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
UNIDADE: Coleção de São Paulo
ISR - 40 - 301/81

D.O. Leitura, São Paulo 6(71) abril de 1988

Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado

Cz\$ 10,00



Menotti à beira do século

A primeira médica brasileira

Literatura infantil em discussão

Migrações: a procissão dos pobres

A "farra do boi" e o Direito



Menotti à beira do século

Chamando a atenção para a necessidade de se promover a redescoberta da vasta e importante obra literária de Menotti Del Picchia, o autor traça o perfil do criador de Juca Mulato, que acaba de completar 96 anos, sendo o último sobrevivente dos artistas que promoveram a Semana de Arte Moderna de 1922.

Israel Dias Novaes



A partir da esquerda: Guilherme de Almeida, Paulo Bonfim, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. A foto é de 8 de abril de 1969, tirada durante a inauguração do Museu de Arte de São Paulo (Masp).

N o mês de março, precisamente a 20, galgou Menotti Del Picchia mais um degrau das vésperas do seu século de vida. Cumprindo noventa e seis anos, ele o faz sozinho na sua geração, que de há muito partiu. Dessa geração ele era dos mais velhos. Nasceu em São Paulo, em 1892, e num lugar de predestinação: uma residência na esquina da ladeira de São João com a Rua de São Bento, canto da Praça Antonio Prado. Hoje no local se ergue o Banco do Brasil, como defronte se edificou o edifício Martelli.

Deveria chamar-se Menotti, mesmo, em reverência a um filho do casal Garibaldi Anita, guerrilheiro como eles, não fosse o zelo do padre da Igreja da Sé, que lhe impôs o cristianíssimo prenome de Paulo. Para todos os efeitos particulares, contudo, o Paulo sumiu e só nos documentos públicos sobrevive. Menotti, caçula de Luiz e Corina Del Picchia, deixaria São Paulo logo na tenra infância, no rumo de Itapira, carregado pelo pai, homem de muitas competências e só incapaz de ganhar dinheiro.

Nesses primeiros anos, Itapira muito significou para a família Del Picchia. Menotti teve infância movimentada: primário no Grupo Escolar Júlio de Mesquita, secundário de início no reputado Culto à Ciência, de Campinas, depois no São José, de Pouso Alegre, a dois passos da fronteira de Minas. Não era rapaz comum: testemunhos do tempo referem-se a alguém de singular capacidade criativa e realizadora. Menino prodígio típico, e, como tal, reconhecido. Seus precoces dotes artísticos já exibiam surpreendente versatilidade. Escultor aos dez anos, elaborou, a pedido do Colégio São José, um busto do cardeal Arcoverde, de total agrado do modelo. Nessa idade fez-se igualmente poeta e jornalista: fundou "O Mandu", jornalzinho desprezível, mas que trouxe problemas ao diretor ante o desabuso tom com que era redigido.

Vem a seguir a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a única do gênero, ao tempo, no Estado, e das raras no país. Salientou-se como estudante, não apenas no Direito, mas na literatura: aluno do 5.º ano, publicou em 1913 o volume inaugural da sua longa e acidentada carreira: *Poemas do Vício e da Virtude*.

Volta a Itapira, onde advoga (poucas causas, o Fórum local era lido e vasqueiro em demandas), jornalista, político, fazendeiro. Dirige "A Cidade de Itapira" e funda "O Grito", órgão independente, orientado pela dissidência do PRP (Partido Republicano Paulista) municipal.

Mas é na poesia que essa estada itapirense se assinala em especial. Ali, nos vagares das variadas profissões, elabora o poema "Moisés", de generosa substância bíblica mas nem por isso de favorável acolhida. Apenas Amadeu Amaral o registra por meio de um soneto "inspirado pela leitura de 'Moisés'".

Possivelmente disposto a uma revanche, passa Menotti Del Picchia à redação de novo

poema, agora desapegado dos grandes temas religiosos ou sociais: um livro da terra e do amor, brotado de sua vivência na lavoura com seus marcados personagens, o principal dos quais, *Juca Mulato*, dá nome à obra. Pela denominação, revela o poema caráter original e inovador. A nenhum outro poeta do tempo tal título atrairia. O poema é brasileiro, regional, diferente no teor mas acomodado na forma: redigido no auge do parnasianismo, *Juca Mulato* tem seu drama relatado nos termos dessa escola, em ricos versos alexandrinos bem escandidos.

Juca Mulato, impresso na gráfica de "O Grito" — papel pobre, composição humilde, quinhentos exemplares fora do comércio —, conquistou rápida

e larga repercussão. Estava-se em 1917. Conseguindo renome estadual, Menotti, já colaborador do "Correio Paulistano", órgão capitaneado, poderoso, incontestado PRP, deste recebe aceno para lhe gerir o noticiário político.

Viaja para a Capital, onde não vá confirmado o convite, ante fatores supervenientes. Segue para Santos, que viria a figurar com realce na sua escalada. Af incumbe-se da chefia de redação de "A Tribuna" e ingressa na roda literária constituída entre outros por Martins Fontes, Ibrahim Nobre, Ribeiro Couto, Valdomiro Silveira.

Certa noite de carnaval firma com Fontes o compromisso de um poema alusivo aos festejos carnavalescos. Fontes logo publicaria *Arlequinal*. Menotti,

do seu lado, mentaliza o seu, que redige já em São Paulo, para onde se transferira. Nasceu *Máscaras*, de forma também parnasiana, belo mas pouco inovador.

Curioso lembrar o segundo propósito que animou Menotti na leitura das *Máscaras*. Deuse que, tendo Júlio Dantas publicado entusiástico artigo sobre *Juca Mulato* no "1.º de Janeiro", do Porto, o poeta retribuiu o gesto, com a elaboração de um poema no critério e processo de Júlio Dantas. Algo quase como "à la manière de". Júlio Dantas, então no auge da popularidade graças a obras como a *Ceia dos Cardeais*, hoje esquecida, louvava-se por sua vez na obra de Rostand, mormente no *Cyrano de Bergerac*. As *Máscaras*, têm assim

A noite das vaias

Menotti Del Picchia

"Vou, sem consultar apontamentos, fixar o pitoresco dessa inesquecível batalha tal qual ainda a tenho na memória. Sua história, com dados autênticos colhidos na imprensa da época e depois fixados em compêndios, já é conhecida dos estudiosos e em alguns deles desfigurada. Guardo na retina a movimentação cênica dessas noites."

O Teatro Municipal, apinhado dos corredores às galerias, comprimiu uma nervosa massa fremente e muda reprimindo uma maligna impaciência. Nela, pequenos grupos estrategicamente colocados se incumbiram de acirrar e projetar da via dirigida.

Nós sabíamos disso. Era importante uma reação violenta do público convocado para assistir o parturimento espetacular da "Nova Era". Contávamos com a reação e, por isso, foi para nós decepcionante a primeira noite. Dela se incumbira Graça Aranha, que abriu a "Semana" com uma conferência sobre "A Emoção Estética na Arte Moderna". Documento inteligente e brilhante, que figura hoje na história literária, na ocasião, não acirrou e não provocou o desencadeamento da cólera do ofegante monstro que fixava, com mil olhos, o pacífico conferencista.

Não houve estouro nessa noite, naturalmente devido ao prestígio do grande escritor, cuja consagração nas letras e cujo passado na diplomacia brasileira o cercavam de um halo de admiração e de glória. Demais, seu notável ensaio pela sua transcendência era, como peça oratória, uma exposição filosófica e doutrinária monótona, despidida de qualquer agressividade. A massa esperava o chupo de uma provocação. Ela viera para reagir e vaiar e não para ouvir e se convencer.

Lembro-me da figura do mestre de "Pedro Malazarte", da posição displicente que tomara no palco, sentado numa cadeira no canto esquerdo da cena visto da platéia. Palestrava com os presentes sem retórica, natural e didático, expondo uma lição que os ouvintes ali tinham vindo para não entender.

O final foi perplexidade. A platéia comportou-se com respeito desanimado por ver e ouvir o que não esperava, deixando o chefe do movimento intrigado com a passividade do seu auditório. Esse primeiro contato foi como um empate nos árticos "rounds" em que se desdobrava nossa batalha. Zero a zero!

O tumulto deveria explodir na segunda noite. Fora eu o escolhido para dirigir-la.

O programa aticava a curiosidade do público. Eu estava incumbido de apresentar o pugilo rebelde, o qual declamaria seus versos ou leria trechos dos seus escritos, documentando, assim, com textos revolucionários,

rios, a essência da Reforma. Depois haveria um programa mais ameno: Juone Daumery, a mais notável bailarina da geração moça, dançaria. A grande Guiomar Novais — a mais pura expressão romântica e maior glória pianística da América — tocaria uma música, não como prova de adesão ao movimento, mas apenas como homenagem à cultura, da qual considerava a festa como uma demonstração respeitável.

Villa-Lobos, pela primeira vez diante do público de São Paulo, regeria a execução de várias peças suas. O maior compositor de todos os tempos da América e o que viria a ser um dos maiores, senão o maior, do mundo contemporâneo, integrava-se, desde o primeiro instante, na Revolução Modernista. A seu lado figuravam os mestros Frutuoso Viana e Ernani Braga. Todos esses artistas estavam em plena juventude.

Lembro-me como se fosse hoje da desabusada alegria do nosso grupo diante daquela massa que sabíamos hostil, mas que queríamos conquistar. Alegria do toureiro que vai lidar com um touro que sabe que é bravo. Lá estavam, sentados em cadeiras enfileiradas, no fundo e ao longo do palco, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, Renato de Almeida, Plínio Salgado, Agenor Barbosa... São essas as figuras de que agora lembro. Talvez houvesse outros companheiros.

Gaubei-me iniciar a noite. A platéia não me recebeu com

hostilidade. Eu já havia publicado o "Juca Mulato" e, mais recentemente, "As Máscaras", o que funcionava como um passaporte de tolerância para com um poeta que eles haviam aceito e talvez amado.

O que eu disse — coisas sensatas mas revolucionárias para a época, pois era, numa síntese, a programática da Revolução por mim e por Oswald proclamada no "Manifesto do Tránsito" — alertou a atenção da assistência. Disse que apresentaria, a seguir, uma documentação autêntica do que anunciava através da leitura que fariam os incondientes dos seus versos e da sua prosa ali mesmo, naquele instante, dando assim por oficialmente iniciado o movimento de renovação.

Chamei Oswald de Andrade.

Foi então que, sob o comando dos piquetes de vaia, rompeu no Teatro Municipal a maior assuada que me foi dado ouvir na vida. Uivos, gritos, patoadas no assaolho, risadas, diálogos chistosos ou impertinentes. Um caos!

Oswald não se perturbou. Marchou, impávido, para a frente da ribalta. Tomou entre as mãos gordas mas firmes, as tiras datilografadas de um capítulo de "Os Condenados" e pôs-se a ler fundindo-se sua voz na gritaria. Em vão tentei restabelecer silêncio e ordem.

Escutem e julguem antes de vaiar! — gritava eu inutilmente. Ninguém obedecia — Atenção! Silêncio!

Como um herói numa trincheira visada por todos os la-

pal, avô e bisavô. Não obstante, desfruta de procedente prestígio. Para não poucos firma-se como a principal realização do poeta.

Na Capital, enceta Menotti Del Picchia a sua longa, produtiva e acidentada jornada. Exercita o seu exemplar talento jornalístico, sobretudo no "Correio Paulistano", depois na "Gazeta". Acamarada-se com os escritores de nomeada, fixa as bases de óbvia militância político-partidária; sobretudo, lança a idéia de um movimento radicalmente renovador das artes no Brasil. Fê-lo durante conversa a dois com Oswald de Andrade. Isso, em 1921. A seguinte, posta em terreno mais do que fértil, vingou: Oswald de pronto se pôs ao serviço da causa. Curiosamente, nenhum dos inconfidentes era modernista. Oswald, informa Menotti, formava na roda parnasiano-pilherica de Emílio de Menezes, enquanto ele mesmo a ninguém chocava ou surpreendia com o seu lirismo bem comportado.

Ora, todas essas informações estão contidas nos dois volumes de memórias (*A Longa Viagem*) publicados por Menotti há cerca de quinze anos. Dividem-se em duas etapas: descreve a primeira a infância do autor e chega a *Juca Mulato*; a segunda ocupa-se dos dez anos seguintes, de 1920 a 1930. Tanto a *Semana de Arte Moderna* contém-se nesta segunda etapa.

Cumprir ressaltar a importância dessas memórias prematuramente interrompidas. Nessas se pormenorizam vida e atuação até os 38 anos de idade, o que o deixa em débito

com os leitores por mais de meio século. Assim, uma atormentada e tormentosa jornada quebra-se em plena ascensão, delegando a sequência a pacientes e argutos pesquisadores.

O que ficou escrito tem valor inestimável. Contrariamente ao suposto, aliás, não se detém Menotti, nestes alinhavos, apenas no seu labor literário. De certa forma, este aspecto da vida de um exemplar homem de ação não o obceca; ao contrário, a fremente atividade política consome-lhe de preferência as lembranças. Com isso, ganha-se valiosos depoimentos sobre os costumes partidários de todo um discutido período da vida política brasileira. Menotti, porta-voz categorizado das altas esferas do Partido Republicano Paulista, confidante fidelíssimo dos homens que delineavam e decidiam dos destinos do Brasil, revolve as entranhas do PRP e as exibe num precioso testemunho presencial e participante.

Por que razão Menotti parou aí? Por muitas.

Dentre elas figuram motivos personalíssimos. Assegura-se que o escritor, enviuvando da pianista Antonieta Rudge, seu segundo casamento, de tal maneira com o fato se traumatizou que nada mais deu à estampa. Redigira cerca de cem páginas de reminiscências quando se deu o infausto acontecimento. Antonieta morreu há quatorze anos, aos oitenta e cinco. Tivera com Menotti vida em comum por 46 anos.

Sendo conhecida da generalidade a celebração da *Semana*, cumpre apenas ressaltar, como o faz, o memorialista, a

circunstância da sua longa preparação. De certa forma, traduziu-se naquele fim de fevereiro de 1922 a culminação de uma jornada encetada em janeiro do ano anterior. Trata-se do banquete com que amigos e companheiros assinalavam a publicação das *Máscaras*, de Menotti. O discurso de saudação, proferido por Oswald de Andrade, ao lado da resposta do homenageado, passaram a formar o "Manifesto do Trionfo", expressão do, passou a formar o "Manifesto de 1922".

Vista hoje, a obra geral de Menotti, consistente de romances, poesias, ensaios, e crônicas, define um artista extraordinariamente versátil. Quando da *Semana*, já desfrutava de excepcional popularidade. *Juca Mulato*, em especial, respondia em grande parte por essa notoriedade. Daí a colocação, que lhe cabe, de principal responsável pelo êxito da *Semana*. Era um nome. A segunda circunstância que assegura essa responsabilidade histórica a Menotti refere-se à sua dominadora presença no grande jornal político da época, o "Correio Paulistano". O poeta, redator-político, acumulava igualmente as funções de cronista social, o "Helios". Seu relacionamento com o presidente Washington Luís significou a mais ampla franquia para fazer do jornal o porta-voz do movimento modernista. Sob o pseudônimo de "Helios", Menotti estampou no "Correio Paulistano" precisamente 884 crônicas, parte das quais alusivas à *Semana* e muito aliciadoras. O registro das sessões noturnas do Municipal, doutro la-

do, assegurava-lhe a indispensável ressonância. Pela ação de Menotti, afinal, ganhou o Modernismo direitos de cidade, pois o principal jornal político do tempo, em todo país, franqueou-lhe amplamente as páginas. Estranha hoje que um mensageiro de grêmio político reacionário se prestasse assim tão abertamente a patrocinar empreendimento nitidamente progressista, como a *Semana*. No fundo, os apuradores do Municipal constituíam os leitores e assinantes do "Correio Paulistano", informante de cabecera. Torcicolos gerais.

Episódio forcoso na movimentada trajetória de Menotti Del Picchia situa-se na Revolução Constitucionalista de 1932. Ainda fiel aos homens e ao espírito dominante em São Paulo no anti-30, empenhou-se o escritor de corpo e alma no levante cívico e democrático de São Paulo. Deu-lhe todas as horas. Durante os cem dias de rebelião, desdobrou-se no centro de acontecimentos, o Palácio dos Campos Elíseos, como secretário particular e assessor do Governador Pedro de Toledo. Essa conduta, evidentemente reatada em *A Revolução Paulista*, valeu-lhe atribulações. Após semanas de asilo na Chácara do Marchand Florestano Felice, reapareceu e foi preso.

É pena que Menotti não tenha encontrado tempo e disposição para dar prosseguimento às reminiscências. A alguém que possa dar por encerrados os procedimentos gerais de Menotti em 1930, basta mostrar o que ele foi e fez nos trinta anos seguintes. Na política, presidiu o PTB, que o elegeu e

reelegueu deputado federal, missão que ele desempenhou com zelo e proficiência, chegando a presidir órgãos técnicos como a Comissão de Relações Exteriores; ganhou cartório, na Capital, com isso tranquilizando-se no terreno financeiro; presidiu o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, órgão típico do regime ditatorial do tempo, ambos de triste lembrança. Sua versatilidade encaminhou-o para a indústria e o comércio afinados com as artes; foi editor, empresário de cinema...

Literariamente esse pós-1930 muito representou no roteiro de Menotti. Sua obra de maturidade pesa na evolução do pensamento brasileiro. Na poesia, fez editar *Amores de Dulcinea*, 1931; *Jesus*, tragédia sacra levada à cena no Teatro Municipal (1933) tida como das principais do autor; *Poemas de Amor*, *O Deus sem Rosto*. No ensaio, figuram *Soluções Nacionais*, *Pelo Divórcio*, *Arte Moderna*, *O Despertar de São Paulo*, *Ensaio da Exposição do Pensamento Bandeirante*, *O Drama do Calvário*. Romancista e contista, alinhava-se na sua bibliografia, entre outros, *Kusnunkú*, *Salomé*, *Toda Nua*, *O Crime Daquela Noite*.

Paralelamente, estampou peças de teatro e histórias infantis.

Agora enfermo, em casa — na casa adquirida há mais de quarenta anos numa esquina da avenida Brasil —, Menotti Del Picchia teve agravado seu quadro geral por uma queda, há poucos meses, de que resultou fratura do fêmur. Sua enteada Helena, muito apegada a ele, cuida do escritor com desvelo exemplar. Os amigos que o visitam testemunham sua plena lucidez.

Surpreendem-se alguns, aqui e ali, com a presença dominadora de *Juca Mulato* na atenção geral. Já houve quem propusesse a focalização da imagem do criador, antepondo-a à da criatura. O *Juca* superou o Menotti!

Em São Paulo, mesmo, já se abriu há anos a praça *Juca Mulato*; com isso, contorna-se a lei, proibitiva de reverências a pessoas vivas, e se faz hora para a necessária substituição do invento pelo inventor.

Mas o criador persiste, estendendo a sua *Longa Viagem* pessoal por decênios e decênios jamais atingidos por quem quer que seja nas artes brasileiras. Pergunta-se, a propósito: Menotti Del Picchia, encomprando desse modo a jornada, teria sobrevivido à sua própria obra? Não é de crer, embora a vida seja longuíssima. Se o *Juca* avança no tempo, este mesmo, o tempo, haverá de promover a redescoberta de uma obra efetivamente sobranceira, na qual avultam romances, como *Salomé*, e poemas dramáticos da grandeza de *Jesus* tão estimados por quantos os conhecem. Igualmente se haverá de completar o itinerário do inafatigável homem de ação, a quem se devem marcantes impulsos na modernização do pensamento e das artes no Brasil. Vários dos seus livros ficam; Menotti também há de permanecer na lembrança da sua extensa e intensa pregação.

Israel Dias Novais, jornalista e escritor, é membro da Academia Paulista de Letras.

dos pela fuzilaria inimiga e evitando com o esvaziar a carga da única arma, Oswald calmo, com o sorriso mordaz com que fazia suas travessuras literárias, continuava a ler a história de Alma, das criaturas fatalizadas e torturadas que animavam seu romance "Os Condenados". Ao terminar, o estrondoso de vozes aumentou.

Foi minha vez de tentar serenar o tumulto. Agora ninguém me obedecia. A sessão, porém, não podia parar. Então chamei Mário de Andrade.

A vista de Mário — do grande Mário — a platéia pareceu ficar alucinada: o clamor atroou com a violência com que os escribas, os fariseus e a patrulha judaica gritavam "crucifige" no átrio de Pilatos quando o covarde legado de César entregou à turba a figura sanguinolenta do Cristo após a flagelação. Era contra Mário de Andrade que a revolta da assistência explodia com maior veemência.

Como no Horto o Filho do Senhor, Mário de Andrade pela primeira vez fraquejou. Adivinhei no seu olhar a súplia que o Cordeiro dirigiu ao Pai celeste na hora suprema de sua agonia: "Afasta de mim esse cálice..." Não havia ceder. Compreendi a angústia do mártir — pois Mário tornou-se o Tiradentes da nossa Inconfidência — e vendo que ele recusava ao impacto estertóreo da platéia, segurei-o pelo paletó e disse:

— Mário! Que é isso? O grande artista — glória da geração — reagiu já sereno e heróico. Vi-o uçar-se para a

platéia, fronte larga como uma praça coruscante de sol rebrilhando à luz dos refletores, mão nervosa premendo o original amassado, voz que procurava, tornar dominadora e declamar:

"São Paulo! comoção da minha vida..."

Declamou até o fim o seu canto arlequinal, póstico desse desafio genial do Verbo Novo que é A Paulicéia Desvairada. Essa bravura tocou a platéia mas a tempestade não amainou. Foi a vez de Guilherme de Almeida, de Plínio Salgado, de Renato de Almeida... A multidão não dava trégua. Por fim surgiu Ronald de Carvalho.

O então jovem poeta dos "Epigramas Sentimentais" era uma figura aristocrática e bela. Vestido com apuro britânico, cabelo repartido por um risco nítido em duas massas luzidas e negras impressionou a assistência, notadamente a feminina a qual não era pequena.

Nessa hora, porém, das galeiras onde se haviam enrincheirado os estudantes, um deles latiu como cachorro: "Baul Baul Baul". Foi o bastante para desviar a atenção da massa e fazer-se um curto silêncio. Dele se aproveitou atrevido e sorriente o saudoso Ronald:

Senhoras e Senhores! Todos são testemunhas de que há um cachorro nesta sala e todos verificaram que ele não está aqui no palco mas no lado de lá... — e apontou as galeiras.

A gargalhada desfez a atmosfera de prevenção da platéia. A presença de espírito do

autor de "Toda a América" amainou a tempestade. Ouviram no com atenção e interesse recitar as estrofes por onde passa o mesmo generoso sopro de fraternidade humana que também sacode as "Folhas" do poema de Walt Whitman. Ronald operou o milagre de dominar o monstro vivante. Já se estabelecia uma certa simpatia entre a assistência e o heróico grupo modernista que superava tão esportivamente os achincalhados e as assaduras.

A seguir, no "hall" do Municipal, no qual se inaugurava a primeira Exposição de Arte Moderna no Brasil, Mário de Andrade, cercado e defendido por uma guarda amiga composta por nós, seus companheiros, pronunciou conferência sobre artes plásticas modernistas. Os presentes receberam com calma e silêncio essa lição magistral de quem já era uma das supremas autoridades da nova crítica brasileira. Assim terminou essa segunda noite da "Semana". Essa marcou realmente uma nova fase para a cultura nacional, um audacioso realismo crítico através de um iluminado espírito renovador.

Coube-me naquela noite, no "hall" do Teatro onde o povo se estarcia diante das estátuas e dos quadros "modernos", por solicitação de senhoras e personalidades representativas da sociedade paulistana, servir de cicerone explicando o que fosse o cubismo ou aquela perspectiva sentimental que invertia muitos valores. Queriam saber o porquê das audácias expressionistas e sur-

realistas que reformavam os cânones clássicos. O choque era ainda grande dada a brusca passagem da dogura acadêmica para as violências expressionistas ou para as sínteses cubistas. Minha amiga D. Renata Crespi, senhora do ex-Prefeito Fábio Prado, parou perplexa diante de um retrato pintado por Anita Malfatti no qual o modelo sofria várias deformações anatômicas. Poucos dias antes um pequeno terremoto abalara São Paulo. O quadro espantou a ilustre dama.

— Que é isto? — perguntou — Um retrato?

— É o célebre retrato de Oswald de Andrade pintado pela nossa grande artista Anita Malfatti...

— Oswald? interrogou D. Renata — Assim, com o nariz de um lado, os olhos de outro, o braço fora do ombro?

— Não se espante, D. Renata, esse é um retrato dinâmico — psíquico — ultra-realista. O modelo foi surpreendido em movimentação sísmica, pois a obra foi pintada pela grande Anita no dia do terremoto...

O restante do programa da *Semana* — concerto de Villalobos, palestra de Ronald de Carvalho e recitativo de Guilherme de Almeida, visita à exposição de pintura, escultura, arquitetura revolucionária — processou-se sem reações violentas. Restava o registro da imprensa que, tirante o "Correio Paulistano", condenou com exasperação ou com piadas as já históricas noites das

De "A Longa Viagem", Memórias, 2ª etapa. Editora Martins. São Paulo, 1972.

A primeira médica brasileira

Passando por cima de preconceitos contra a mulher, não de todo superados até hoje, D. Pedro II fez aprovar uma lei que abria as portas dos cursos superiores "aos indivíduos do sexo feminino". E aqui vai contada a história de Rita Lobato Velho Lopes, a primeira médica formada no Brasil, na Faculdade de Medicina da Bahia, em dezembro de 1887.

Maria Regina Simões de Paula

Hoje em dia, o maior impacto das listas classificatórias de vestibulandos às Faculdades é o nome de parentes, de amigos, de conhecidos. Sejam eles ou elas. Indistintamente. Nem sempre foi assim. Os cursos superiores, as profissões liberais eram vetados às mulheres. Tanto no Exterior como no Brasil, a conquista de um espaço cultural e profissional, ainda não foi terminada. Preconceitos persistem sutil e ostensivamente. Na abrangência do que já foi conseguido entre nós, o fato de que foi preciso a força de um decreto-lei para abrir as portas do ensino superior "aos indivíduos do sexo feminino". Obviamente fechadas, até a data do "alvará libertário" — 19 de abril de 1879 (1). Das mulheres talentosas que, de imediato, se inscreveram nas duas Faculdades de Medicina do Império, o pioneirismo da conclusão do curso, lado a lado com os colegas masculinos, pertence à doutora Rita Lobato Velho Lopes. Inquestionavelmente (2). Quanto ao credenciamento profissional conferido pelo Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia em 10 de dezembro de 1887, há um século, mais do que o símbolo de um status, ora louvado, ora criticado naquela sociedade ainda mais preconceituosa do passado, aconteceu mesmo para valer. Pois essa primeira médica diplomada é mesmo singular. Conseguiu clicar mais de quarenta anos, no interior do Rio Grande do Sul, em Rio Pardo (3). Com o advento de uma outra abertura, a do voto feminino às mulheres em 1934 (4), ela passou a ser, como militante política, vereadora da Câmara Municipal de Rio Pardo.

Um outro pioneirismo? Não sei nem mesmo me interessa rastrear excentricidades, efemérides, biografias laudatórias. Ao contrário, o meu desafio está no tempo presente. Dentre outros, na problemática já levantada aqui em São Paulo, acerca dos jovens, meninos e meninas talentosos. Que estariam à espera de ser detectados, amparados e encaminhados. Amorosa e cientificamente.

O caso da dra. Rita Lobato é exemplo. De uma menina gaúcha de 14 anos, saudável, linda, talentosa e muito corajosa. Que teve o privilégio de ser ajudada e muito. Indiretamente

te pelo Decreto-lei n.º 7.247 que, reformulando o ensino superior no Brasil, abriu oportunidades às mulheres também. Pelo inusitado apoio do pai e noivo: Francisco Lobato, estancieiro gaúcho, decidiu transferir seus negócios aos outros filhos, para acompanhar a futura doutoranda, nas idas e vindas da Faculdade diariamente, primeiro ano no Rio de Janeiro, os cinco outros na Bahia. Do companheiro de infância e primeiro namorado, Antônio Maria Amaro de Freitas, negociante em Rio Pardo, que a soube compreender e esperar enquanto durou o curso médico. Depois de casados, na plenitude invejável da palavra, ele passou a compartilhar dos desafios profissionais, na tradicional cidade gaúcha e arredores, onde a primeira médica brasileira clinicou 41 anos.

Na hipótese de ter falhado uma das bases de apoio, Rita Lobato, com toda a sua potencialidade, teria desabrochado, magnífica e pioneiramente, como médica, profissional e militante política?

Um diploma centenário

Antes, uma palavrinha de esclarecimento acerca da opção temática. Na linguagem dos comunicólogos, o "gancho" foi um diploma. Retificando. O fac-símile de um diploma centenário, inserto no *Memorial da Medicina*, precioso documentário iconográfico da Universidade Federal da Bahia, editado em 1983. Que se irá transcrever.

"Em nome de sua Magestade O Senhor D. Pedro Segundo Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil Faculdade de Medicina da Cidade da Bahia

Eu, Ramiro Affonso Monteiro, doutor em Medicina, Lente da 1.ª cadeira de Clínica Médica e Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia,

Tendo presente o Termo de aptidão ao grau de Doutor, que obteve a Sra. D. Rita Lobato Velho Lopes, natural do Rio Grande do Sul, filha de Francisco Lobato Lopes, nascida aos 9 de Junho de 1867, e o de colação de grau que recebeu em 10 de Dezembro de 1887, depois de ter sido aprovada com distinção em defeza de These e, uzando da autoridade que me conferem os Estatutos d'esta Faculdade, man-

dei passar à dita Sra. D. Rita Lobato Velho Lopes a presente carta de Doutora em Medicina para que possa exercer a respectiva profissão com todas as prerrogativas concedidas pelas leis do Império.

Bahia, 21 de de 1887.

Seguem-se três assinaturas, ilegíveis. No canto, à esquerda, o retrato 3/4 da diplomada, do qual se fez a reprodução acima. E ao pé da página, a legenda: "Diploma da Dra. Rita Lobato Velho Lopes, primeira mulher diplomada em medicina no Brasil".

Da leitura do texto brotam impactos desafiantes: quem foi a mulher diplomada e, mais ainda, detectar a gênese das "prerrogativas concedidas pelas leis do Império, ao ingresso das mulheres nas Faculdades".

A biografia da primeira mulher diplomada em medicina no Brasil, escrita pelo médico baiano Alberto Silva, respondeu a minha curiosidade inicial. Enquanto a pesquisa nas coleções das Leis do Império foi mais instigante, levou tempo, até chegar à leitura do parágrafo 20, do artigo 24, inserto no Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, que legisla: "Parágr. 2 — É facultada a inscrição de que tratam os parágrafos 16, 17, 18 aos indivíduos do sexo feminino, para os quaes haverá nas aulas logares separados".

Esta primeira conquista das mulheres talentosas e, até então, repressadas em preconceitos consuetudinários, ao ingresso nas Faculdades de Medicina, estendeu-se, por equivalência, aos cursos vigentes e posteriores. Localizada a fonte já legalizadora, brotaram outras curiosidades que se irão retomar oportunamente.

Por ora, da leitura do Decreto n.º 7.247 podem-se focar os seguintes vetores: 1.º) a data, Paço da Cidade do Rio de Janeiro, 19 de abril de 1879; 2.º) o proponente, Conselheiro Carlos Leônico de Carvalho, Ministro da Pasta do Império (1878-1879); 3.º) a rubrica de S. Magestade, D. Pedro II. Em considerando as normas editoriais, enfocar-se-á apenas o último dos vetores.

A rubrica de S. Magestade

Ao longo do seu reinado de 58 anos (1831-1889), truncado por um golpe militar, D. Pedro II teria sancionado cen-

tenas de decretos. Em alguns a "rubrica majestática" teria duplo sentido: oficial e oficioso. No caso da reforma do processo educacional no fim do Império, a vontade do Imperador, se velada em alguns decretos, está transparente no parágrafo 20. Detectada a autoria, resta curiosidade maior para as causas que o teriam motivado. Considerando que este D. Pedro era discreto no relacionamento feminino, a gente fica conjecturando. E eu tenho uma hipótese plausível: a dra. Maria Augusta Generoso Estrela, brasileira, nascida no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1861, fez estudos secundários em Portugal, e, em regressando ao Brasil em 1876, com o firme propósito de estudar medicina, somente foi compreendida e apoiada, substancialmente, por D. Pedro II. Que do próprio bolso (que funcionaria como o CNPq, Capes, Fapesp, de hoje) lhe concedeu uma bolsa de estudos para o New York Medical College nos Estados Unidos. A precocidade da jovem superintendente suplantou a exigência dos 18 anos para a matrícula, manteve-se singular durante todo o curso e foi aplaudida, de pé, na solenidade de formatura realizada no Hall Association, de New York, em 29 de março de 1878, com 17 anos! Em regressando ao Brasil, ela vivenciou preconceitos e desilusões, mais ainda acentuados porque havia "uma pedra no caminho...", inarredável: a equivalência do diploma e consequente impossibilidade de trabalhar.

Das informações rastreadas (5), nada mais encontrei sobre esta outra pioneiríssima médica brasileira. Apenas a imaginação deduz: a dra. Maria Augusta teria procurado, no Exterior, as poucas colegas atuantes, ou se teria acomodado ao dia-dia de uma mulher frustrada, incompreendida e muito infeliz.

Todavia, o fracasso profissional da dra. Maria Augusta Generoso Estrela foi a mola propulsora da vitória das mulheres, das futuras médicas brasileiras. Na dicotomia fracasso-vitória, a sensibilidade de Pedro II. Consentido, solidário e apesar de todo o poder pessoal, não pôde solucionar, de imediato o problema de sua protegida. Havia uma pedra no caminho e, tendo presentes os sonhos de outras jovens talentosas, ele decidiu afastar a pe-

dra, preconceituosa, fazendo incluir na reforma estatutária a cláusula libertária: "... é facultada a inscrição dos indivíduos do sexo feminino...". O decreto passou a vigorar pouco mais de um ano depois do dramático reencontro da jovem recém-diplomada nos Estados Unidos com o venerando Imperador do Brasil, nos idos de 1878.

Na pré-história da abertura dos cursos superiores às mulheres, no Brasil, os nomes da dra. Maria Augusta Generoso Estrela e de D. Pedro II precisam ser lembrados.

Ao passo que a primeira mulher beneficiada pela cláusula libertária do decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, foi a primeira resposta, positiva, ao fracasso, aparente, de uma outra mulher talentosa, diplomada nos Estados Unidos, em 1878.

Maria Augusta Generoso Estrela e Rita Lobato Velho Lopes estão hoje, lado a lado, no *podium* das mulheres pioneiras.

umas poucas considerações, pois a história desta nota informativa, já alongada, começou há cem anos, com a diplomação, pela Faculdade de Medicina da Bahia, da doutora Rita Lobato Velho Lopes, em 18 de dezembro de 1887.

Do sentido do pioneirismo da dra. Rita Lobato ontem, na última década do Império, hoje, em face da problemática dos superdotados, dos jovens talentosos, já se fez um "relevar" no início desta nota coloquial. Retomá-lo poderia ser cansativo ou, eventualmente, abrir pistas às pesquisas complementares que eu própria não irei trilhar. Alternativa solucionada pela curiosidade de uma jovem amiga, que chegou a telefonar à Prefeitura de Rio Pardo, obtendo a informação do falecimento da dra. Rita Lobato, aos 93 anos (1960), em Porto Alegre.

Oxalá outras pessoas possam estar interessadas em ocupar espaços, preenchendo e criticando proposições já levantadas.

A dra. Rita Lobato Velho Lopes, depois de casada, dra. Rita Lobato de Freitas, nasceu em São Pedro do Rio Grande, Província do Rio Grande do Sul, em 7 de junho de 1866 ou 1867. Divergência de data que os livros paroquiais de assentamentos de batismo da Igreja Nossa Senhora do Carmo de São Pedro do Rio Grande, on-



Dra. Rita Lobato Velho Lopes (1867-1960)

março de 1950, lúcida e charmosa, ao lado de filhos e netos (7).

E, nas asas da imaginação, a gente tenta captar o dia-a-dia do então jovem casal. Felizes enquanto viveram juntos. A vida compartilhada permitiu que a primeira médica brasileira se realizasse plenamente, como mulher amorosa também.

Provas?

Não sei de diários, registros, correspondências e depoimentos outros, que seriam documentos imprescindíveis no rastreamento do cotidiano de Rita Lobato de Freitas. Que estou torcendo para que apareça algum jovem pesquisador, ou planejamento de instituições científicas, disposto a envolver na trilha aberta e recomendada pelos maiores historiadores contemporâneos (8).

Retomando a problemática dos superdotados, dos jovens talentosos de hoje, fica a esperança de que a mensagem implícita da vida da dra. Rita Lobato, marcada por uma singular potencialidade compartilhada, seja um alerta. Forte, fortíssimo, para ser ouvido por pessoas em postos-chave a nível institucional, empresarial e, mais incisivamente, pelos autênticos educadores, capazes de propor soluções práticas, exequíveis e imediatas.

Recentemente os meios de comunicação divulgaram que Fernando da Silva Ramos, 19

anos, famoso como *Pixote*, de um filme do mesmo nome, premiado no Brasil e no Exterior, foi assassinado como marginal, por uma polícia, bem caracterizada, da Grande São Paulo. De imediato a gente se lembra do menino de 12 anos, talentoso, pois foi escolhido dentre outros 1.300 jovens, para centralizar o personagem do filme de Hector Babenco, que teria dado certo!

O *Pixote* jovem talentoso de ontem, "marginal" de hoje, está morto. Por quê?

A clarividência de um poeta, Drummond de Andrade, o maior de todos os nossos poetas, já teria respondido:

"...Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos mas nutrem grande esperança. Entre eles considero a enorme realidade. O presente é tão grande, mas não nos afastemos. Não nos afastemos muito. Vamos de mãos dadas" (9).

Notas

1 — Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879. In 1879 — *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, Parte II, Tomo XXVI, pp. 196-215, 1879.

2 — Fac-símile da Carta que lhe foi conferida pela Faculdade de Medicina da Cidade da Bahia, em 10 de dezembro de 1887, com a seguinte legenda: "Diploma da dra. Rita Lobato Velho Lopes, primeira mulher diplomada em Medicina no Brasil". Documento inserido no precioso *Memorial de Medicina*, editado pela Universidade Fede-

ral da Bahia, sob o patrocínio cultural da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, em 1983.

3 — Alberto Silva, *A primeira médica do Brasil*. Rio de Janeiro, Pongetti Editora, p. 238, 1954.

4 — Cf. *Constituição de 1934*: item "Declaração de Direitos Públicos". Art. 108. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistaram na forma da lei. (Adriano Campanhole, *Constituição do Brasil*. São Paulo, Editora Atlas S.A., 6.ª edição, 1983, p. 535.)

5 — Cf. Diva Machado Pereira Kastrup, *A Mulher na Medicina*. Porto Alegre, Martins, 1983. (Ora reSENHADA por Lúcyro Santos Filho, in "Notícia Bibliográfica e Histórica", da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.)

6 — Flamarion Pinto de Campos, *As Professorinhas do Interior*. Rio de Janeiro, 1979. (Edição do autor.)

7 — Alberto Silva, op. cit., p. 67, nota n.º 40. Por volta de 7 de março de 1950, a dra. Rita Lobato de Freitas residia em Porto Alegre, na rua Moreira de Mattos, 84 — bairro Menino Deus, com a filha Isis, casada com Mario Amaro da Silveira. (Era a última pista, conhecida, da primeira médica brasileira a quem, dias atrás, contaram-me que ela teria falecido com 93 anos.)

8 — Vide a metodologia preconizada por Braudel em *Entrevista com Fernand Braudel, o historiador do cotidiano*. In *Revista de História*, vol. XLVI (93), 1973, pp. 231-239.

9 — Carlos Drummond de Andrade: *Mãos dadas* (Sentimento do mundo). In *Reunião, 10 livros de Carlos Drummond de Andrade*. Introdução de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. Apresentação 5.ª ed., 1977, p. 55.

Maria Regina Simões de Paula é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

de Rita foi batizada pelo vigário, padre Ribeiro Costa, poderiam esclarecer.

Uma dos nove filhos do casal de estancieiros, Francisco e Rita Carolina Lobato Velho Lopes, fez o curso primário em Pelotas e Areal. De seus primeiros professores mencionou-se o nome de d. Rosina Pinto. Que eu imagino tenha tido um papel marcante nos anos formativos da aluna, à semelhança de algumas outras abnegadas professoras de longínquos rincões do Brasil, já perenizadas por meu conterrâneo Flamarion Pinto de Campos (6).

Sabe-se que na última década do século XIX os cursos preparatórios a uma formação profissional direcionavam as mulheres apenas ao magistério, onde os homens também eram privilegiados com as melhores escolas, os cargos de direção. Enquanto ao ensino superior, às faculdades, só eles tinham direito assegurado na força do preconceito. Era a ordem natural das coisas, ninguém contestava, nem ousaria mudar.

Assim ia acontecendo com Rita Lobato em Porto Alegre, preparatórios, exames e matrícula na escola de Instrução Pública que ela, a primeira classificada, não chegou a cursar. Agravado o estado de saúde da mãe, levaram-na de volta à cidadezinha do interior. Foi no dia-a-dia, os últimos, de um colóquio renovado, que a filha lhe teria confidenciado o sonho de ser médica. E aquela outra mulher forte, na fraqueza consumida, abençoando-a, ainda encontrou forças para advertir-las das lutas, preconceituosas, que teria de enfrentar. Na premonição do sonho realizado, sussurrou-lhe a esperança de

que, depois de formada em medicina, ela estaria sempre alerta, humana e profissional, ininterruptamente, no atendimento dos pobres, dos marginalizados, dos doentes terminais. Mais do que uma missão, um programa, uma orientação à menina de 14 anos, pioneira de área minada de preconceitos, estaria recebendo a força de uma investitura, que a marcou, carismáticamente. Conjecturas que cheguei a intuir da dedicatória à "sagrada memória" da mãe-confidente, na apresentação de sua tese doutoral sobre: "Paralelo entre os métodos preconizados nas operações cesarianas", que talvez ainda possa ser recuperada e analisada, a nível comparativo, pelos especialistas de hoje.

Depois que d. Rita Carolina partiu para a viagem sem regresso, o pai foi tocado pelo ideal da filha talentosa. Além do indispensável financiamento, privilegiou-a com a segurança de sua presença, durante todo o curso médico, no Rio e na Bahia. Segurança que ele próprio transferiu ao noivo no momento de um belíssimo ritual costumeiro muito conhecido, pouco compreendido. A cerimônia do casamento da dra. Rita Lobato com o comerciante Antônio Maria Amaro de Freitas aconteceu em 18 de julho de 1889, na Estância de Santa Vitória, às margens do rio Jacuí, nos arredores de Rio Pardo, onde o casal, uma semana após a lua-de-mel em Jaguarão, passou a residir. Um dos seus biógrafos faz referências ao exercício da medicina, em casa e no hospital, e à militância política como vereadora da Câmara Municipal de Rio Pardo. Encerra o livro, editado em 1954, relatando que a conheceu em Porto Alegre, em

Assine o

D.O. Leitura

Envie seu pedido, juntamente com um cheque nominal no valor de **Cz\$ 120,00** (por uma assinatura anual), à **Imprensa Oficial do Estado S.A.**, e receba mensalmente o suplemento cultural **D.O. Leitura**.



Menotti à beira do século

A primeira médica brasileira

Literatura infantil em discussão

Migrações: a precização dos pobres

A "ferra do boi" e o Direito

Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP
Setor de Assinaturas

Rua da Mooca, 1.921 — 03103 — São Paulo/SP
Informações: fone: (011) 291-3344 — Ramais 221 - 239

Arte: especificidade e compromisso

João Batista B. de Brito
ilustração de Persival Tirapelli

Em debate com alunos e professores da Universidade Federal da Paraíba, há alguns anos, o historiador e pensador social Nelson Werneck Sodré criticava, em *Grande Sertão: Veredas*, o fato de que Guimarães Rosa nunca descia ao terreno da realidade social para denunciar a quem, politicamente falando, estavam ligados os bandos de jagunços que percorrem a narração do romance de ponta a ponta. A seu ver, esse era um defeito grave que diminuía a dimensão histórica da obra e comprometia o seu valor: Guimarães deveria ter sido menos fabulista e, na sua opinião, partido para dar nome aos seus bois.

Com essa afirmação tocava Nelson Werneck Sodré numa questão de teoria da estética literária que é, no mínimo, polêmica. Coerente com sua posição de crítico estudioso da sociedade brasileira, ele cobrava do escritor mineiro um tratamento temático para o assunto, que lhe parecia mais do que cabível dentro dos critérios científicos que tornam um texto historiograficamente relevante: queria as coordenadas ideológicas que subjazem aos acontecimentos narrados, sem os quais os fatos humanos e sociais viram marionetes sem fios.

Acontece, porém, que para a ciência da literatura o problema não é assim tão simples. Duas interrogações se apresentam a princípio: (1) do ponto de vista especificamente literário, *Grande Sertão: Veredas* necessita realmente dessa referência explicatória? e (2) o que aconteceria à obra, supondo-se que essa referência pudesse ser adicionada? Acreditamos que no entender de qualquer profissional da literatura, primordialmente preocupado com a questão da qualidade, a resposta à primeira pergunta é, indubitavelmente, negativa; e quanto à segunda, o que pode sensatamente ser dito é que o romance em questão, com as tais coordenadas políticas acrescidas, teria se transmutado, quer num ensaio sociológico fantasioso, quer numa outra obra literária, que não a *Grande Sertão: Veredas* que conhecemos e que o consenso crítico reconhece como obra maior.

Não que a explicitação da estrutura ideológica seja necessariamente proibida em arte, por antiestética ou coisa que o valha. Na verdade, inúmeras instâncias podem ser citadas de obras em que a ostentação dos dados ideológicos entra no funcionamento da textualidade sem prejudicar a qualidade do fazer artístico. Veja-se o caso, por exemplo, dos filmes de Glauber Rocha, ou, na literatura, de *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos. Apenas,

neste caso particular de *Grande Sertão: Veredas*, não coube o tratamento dessas questões: considerada a idiosincrasia do efeito que o autor teve em mente, o leitor desse romance pode efetivamente sentir que, nele, o desvelamento da conjuntura ideológica que determina as ações consistiu num apêndice desnecessário e prejudicial à sugestividade da fabulação.

O que há de errado na cobrança de N. W. Sodré com relação ao romance em questão é exatamente o que há de errado com todos os enfoques que deixam de levar em conta um fato muito simples: a especificidade do discurso literário, e por extensão, do discurso artístico em geral. Esses enfoques "positivistas", por mais esclarecedores que sejam no que tange à discussão de certos planos da textualidade (o social, o político, o econômico etc.), normalmente privilegiam de tal forma o plano enfocado, ao ponto de perder a perspectiva do conjunto dos planos que, no fundo, é estética. Ou deveria ser. Afinal de contas, quer ler *Grande Sertão: Veredas*, ou qualquer outro texto literário ou artístico, como documento social, é tão redutor quanto, por exemplo, tentar ler a Carta Magna da nação como obra de arte. Em ambos os casos, a metodologia aplicada é insuficiente para dar conta das significações e implicações específicas de cada um dos textos lidos. Em outras palavras, nem a Ciência da História dispõe do instrumental teórico da Literatura, nem vice-versa. Conforme afirma o senso comum: cada macaco em seu galho.

Esse instrutivo incidente com N. W. Sodré nada aciden-

talmente nos remete a outras plagas artísticas. Explicando a sua concepção de cinema, em *Hitchcock/Truffaut: Entrevistas* (Editora Brasiliense, 1986), o velho mestre do suspense anglo-americano coloca um conceito de sua autoria extremamente curioso, que é o conceito de *MacGuffin*. O que vem a ser o *MacGuffin*? Ora, vejamos. Esse conceito define aquilo que está por trás da trama do filme, sem nunca ser explicitado: só que com Hitchcock esse "algo" que teria movido a primeira pedra do domínio narrativo não precisa sequer existir: pode muito bem ser igual a zero.

O termo é tirado de uma anedota escocesa surrealista, mas a melhor maneira de entender o conceito é talvez com exemplos concretos: quem se lembra de *Intriga Internacional* (North by Northwest, 1959), não deverá ter dificuldade em compreendê-lo: como nos típicos filmes hitchcockianos, um cidadão comum é confundido com outro, e por essa razão passa o resto do filme sendo perseguido, vítima das mais violentas tentativas de assassinato por parte de... quem exatamente não o sabemos. Quando, no final, o equívoco é desfeito e os perseguidores desmascarados, ficamos conhecendo as pessoas físicas dos envolvidos na trama (James Mason e o seu grupo), mas não as suas ligações políticas, econômicas ou ideológicas.

Nem sequer ao cidadão involuntariamente implicado (o personagem feito por Cary Grant) é dado o direito de saber o que está por trás da quadrilha que o marcara para morrer. Por que isso? Simplesmente porque — explica Hitchcock

— não há mesmo nada por trás dessa quadrilha, ou seja, há... *MacGuffin*, esse artifício dramático que inventa as ações sem ter sido inventado ele mesmo. Nos últimos instantes do filme, Cary Grant ainda pergunta ao detetive, que lhe ajudará a localizar o grupo clandestino, com que tipo de negócio o grupo estava metido, e ouve uma resposta absolutamente vaga: "digamos que com exportação-importação de papéis". Com esta resposta o diretor britânico espera que o espectador se satisfaça, e tranquilamente desconsidere os hipotéticos cordões de marionete que ligariam os malfeitores à política internacional: comunistas, capitalistas, terroristas, que importa? Importa, isto sim, o jogo de imagens e emoções que prendeu o espectador na cadeira da primeira à última cena. Dito de outra forma, importa a arte cinematográfica... o resto é *MacGuffin*.

Pois bem, retornando à querela de N. W. Sodré com o falecido escritor mineiro, por que inventar carne e osso para o *MacGuffin* de *Grande Sertão: Veredas*? Ao invés da nomeação, a sugestão não é muito mais esteticamente efetiva? Como nos filmes de Hitchcock, a não nomeação tem aí uma função de estilo.

A propósito desse compromisso panfletário que, para alguns, a arte deveria ter com a conjuntura ideológica do mundo, ocorre-nos um outro fato que julgamos digno de menção, e que diz respeito a nossa experiência pessoal diante de um certo quadro famoso. Corroborando o fato de que não defendemos aqui uma concepção alienada da arte, o nosso próximo exemplo consiste numa obra com um *MacGuffin*

suficientemente explicitado, isto é, feito de carne e osso.

Há meio século, em 28 de abril de 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, a pequena cidade basca de Guernica foi bombardeada e destruída por aviões alemães, possivelmente num conluio camuflado entre nazismo e forças franquistas. Recontado pelos ensaios historiográficos, esse fato está longe de ter, sobre a sensibilidade moderna, o efeito de sentido que têm os monocromáticos 28 metros quadrados da tela homônima, pintada por Pablo Picasso naquele mesmo ano, atualmente exposta à visitação pública no Museu do Prado, em Madrid.

Mais do que o gigantismo do conjunto, na *Guernica* de Picasso estorce a violência das formas: pessoalmente, deixamos o salão individual onde se venera esse monumento da arte moderna com a impressão de que essa violência remetia tanto à fisicalidade do massacre quanto, metapictoricamente, à agressão em que se constitui o ato mesmo de se produzir arte em cima do horror. Mas, impressões à parte, a verdade é que qualquer tentativa de interpretação positivista dessa tela, que privilegie o conteúdo referencial e sua cópia, necessariamente embarca-se para "explicar", por exemplo, o sentido de se representar a guerra através do tema da tourada, como se sabe, o mais popular e festivo dos esportes na Espanha.

Contrariamente ao que esperaríamos talvez os "conteudistas" da arte, a tragicidade do assunto não impediu Picasso de intencionalmente fugir à *mimesis*, e preferir um tratamento estrutural tão distanciando quanto possível. É claro que os campos semânticos da guerra e da tourada têm em comum o tema da violência, mas mesmo esse fato não justifica facilmente a intrigante interseção de isotopias temicamente tão afastadas.

Quem sobreviveu ao massacre de Guernica talvez — quem sabe? — até julgue a *Guernica* de Picasso irrelevante e ineficaz enquanto denúncia, e este deve ser o caso, por exemplo, dos humildes habitantes do vilarejo basco, na ocasião subindo artesanalmente da pesca nos mares do norte. Com toda certeza, não é à ingenuidade cultural de uma platéia primitiva que se dirige a sofisticação formal da tela, com o seu geometrismo deformador que caracteriza o fazer pictórico do autor. *Guernica*, a vila e seus moradores dizimados pela guerra, é o motivo diegético, mas o esperado receptor da mensagem é decididamente outrem.

Ocorre que, além da indignação que o horror descrito provoca, entram no processo da recepção da tela elementos que de muito transcendem a referencialidade do fato. Um professor de História Espanhola, um expert em artes plásticas, e um espectador comum, certamente lêem essa tela em perspectivas diferentes; há, porém, na composição pictórica, fatos materiais, inescapáveis e confluentes, que condicionem o seu efeito estético sobre a sensibilidade de todo e qualquer apreciador, sejam quais forem as suas inclinações pessoais e ideológicas.

Um exemplo contundente é a comunhão isotópica de



guerra e tourada, já referida. Essa comunhão pode suscitar saídas interpretativas do tipo: "a tela trata da vocação trágica do povo espanhol", mas, concretamente falando, ela consiste num efeito estético de estranhamento que não se resolve em códigos ideológicos; um estranhamento, aliás, que, segundo consta, o próprio Picasso recusou-se a ver explicado.

Completamente fora de propósito seria perguntar o que pesa mais na apreensão, se o conteúdo humano da denúncia que a tela encarna, ou a beleza da elaboração plástica-visual. A intenção minuciosa de classificar a natureza dos componentes da recepção a partir do maniqueísmo fundo/forma é outro caso de perversão estética absolutamente equivocada. Interesse mais colocar aqui que, em si mesma, nenhuma Guernica, como nenhuma Hiroshima, ou Vietnã, ou Araguaia, possui a propriedade imane de, sendo tomada como motivo artístico, produzir uma obra de arte.

É preciso, antes, a ação transfiguradora do criador, esse singular e infinitamente complexo "como" que extrai informação estética tanto de um holocausto quanto de uma banalidade. Na verdade, a lição que nos ensina essa tela é a de toda obra-prima: existe entre o real e a arte um imenso vácuo que o mero gesto imitativo não preenche. Nesse vácuo é que se perfaz todo um fazer artístico o qual, tomando o referente do real como ponto de partida, dele se afasta centrifugamente na direção da elaboração e da perfeição estética.

Concluamos com a retomada do conceito hitchcockiano de MacGuffin, aqui particularmente conveniente. Se os textos artísticos referidos neste artigo porventura pudessem nos servir de modelo para uma tipologia do MacGuffin, como seria o seu esquema? Supomos que assim: (1) o MacGuffin propriamente dito: caso das obras que se recusam a estabelecer laços imediatos com a conjuntura histórica do mundo, e preferem se elaborar formalmente a partir de um jogo de relações com os receptores (os filmes de Hitchcock); (2) o pseudo-MacGuffin: caso das obras que subentendem esses laços, mas não os explicitam, e dessa não explicitação fazem um recurso de estilo (*Grande Sertão: Veredas*); (3) o anti-MacGuffin: caso das obras que estabelecem esses laços, porém o fazem de uma forma absolutamente oblíqua, e nessa obliquidade impõem o seu modelo formal (*a Guernica*). Se quiséssemos ser sistemáticos, poderíamos acrescentar um quarto tipo, variação do terceiro, em que o estabelecimento dos laços com a realidade histórica se daria sem qualquer obliquidade: este, porém, seria o caso do mero documentário científico, sem interesse para a arte.

Finalizando, anotemos que, sem importar o grau de aproximação/afastamento da realidade histórica, cada um dos tipos de texto artístico aqui divididos dispõe de um modus especificamente artístico de operar, sem o qual estaria comprometido o seu estatuto de obra de arte.

João Batista B. de Brito é professor de Teoria da Literatura na Universidade Federal do Paraná.

Literatura infantil em discussão

A história literária mostra que obras escritas para adultos conquistaram o gosto infantil e infanto-juvenil, assim como o mais exigente adulto não pode deixar de sensibilizar-se com a leitura de muitos textos destinados especificamente à criança. Mas persiste até hoje o equívoco originário da literatura infantil, que produz livros mais pedagógicos e "educativos" do que propriamente literários, lúdicos, criativos e humanos.

Hildeberto Barbosa Filho

Ilustração Sumiko Arimori



Existe, na verdade, uma literatura infantil propriamente dita? Com essa pergunta, Jesualdo Sosa inicia o seu livro, já clássico, *A Literatura Infantil: ensaio sobre a ética, a estética e a psicopedagogia da literatura infantil*, traduzido por James Amado e publicado pela Cultrix e Universidade de São Paulo, em 1978.

A indagação, situada no campo teórico, não pertence exclusivamente ao interesse do estudioso uruguaio. De certa maneira, todos que se debruçaram sobre o tema não deixaram de perceber, quer neste ou naquele capítulo, o germe polêmico a fertilizar e estimular as preocupações reflexivas.

O problema deve ser encaminhado em função de dois aspectos centrais: de um lado, a relação da chamada literatura infantil com a literatura em geral; seus vínculos, tensões, diferenças etc.; de outro, a compreensão da literatura infantil em decorrência dos fatores históricos e culturais que a originaram, ou seja, do seu profundo entranhamento nas necessidades pedagógicas da sociedade moderna.

No primeiro aspecto, é preciso verificar em que sentido se podem delimitar distinções esclarecedoras entre a literatura em geral e a literatura infantil. Será no campo da autoria? Na essência mesma do fenômeno literário? Ou na natureza peculiar do destinatário? Em que pesem algumas experiências circunscritas ao universo escolar e às intenções pedagógicas no que tange à produção de textos por crianças e pré-adolescentes, é, na verdade, o adulto quem escreve. É ao adulto que se reserva a condição social de autor. A nível de produção, portanto, a literatura dita infantil resulta da atividade do escritor adulto. Neste caso, não reside aqui uma possível diferença. Ora, considerando a essência da literatura como uma organização especial da linguagem com vistas

à deflagração de uma experiência estética, de que participam sentimentos, idéias, emoções, quer na criação quer na recepção, não se logra diferença segura entre estas duas modalidades do literário. A natureza artística é imprescindível, pois, à literatura para crianças e pré-adolescentes. Enquanto arte, portanto, não existe uma diferença básica, a não ser na complexidade da concepção, conforme demonstra Maria Antonieta Antunes, em *Literatura Infantil: teoria e prática*: "A obra literária para crianças é essencialmente a mesma obra de arte para o adulto. Difere desta apenas na complexidade de concepção: a obra para crianças será mais simples em seus recursos, mas não menos valiosa". É preciso, contudo, não confundir o simples com o fácil e com o pueril, que se traduz exatamente na facilitação artística, às vezes bem-intencionada, mas falsa e "ingenua". Em face da natureza do destinatário e tomando-se como ponto de partida fundamental o aspecto lúdico e o valor estético que devem presidir o texto literário infantil, também não se justifica qualquer diferença. Tanto a narrativa como a poesia e o teatro para crianças, em sendo de boa qualidade artística, tendem perfeitamente a agradar a expectativa do leitor adulto, não havendo, por conseguinte, uma nuance específica que determine um gosto peculiar desta ou daquela categoria de leitores. A história literária mostra que obras escritas para adultos, devido a certas características estéticas, conquistaram, em definitivo, o gosto infantil e o infanto-juvenil, como é o caso de: *As Aventuras de Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, e *Viagens de Gulliver*, de Swift, entre outras. Da mesma forma, o mais exigente leitor adulto não pode deixar de se sensibilizar, através da experiência estética, no contato com obras infantis ou infanto-juvenis escri-

tas, por exemplo, por Lygia Bojunga Nunes (*Corda Bamba*, *A Bolsa Amarela* etc.); Ana Maria Machado (*Bisa Bia Bisa Bel*, *Do Outro Lado tem Segredos*, *O Menino que Espiava pra Dentro* etc.); Joel Rufino dos Santos (*O Curumim que Virou Gigante*, *O Soldado que não era etc.*), Ziraldo (*O Menino Maluquinho*, *Um Sorriso Chamado Luiz*, *Flicts* etc.); João Carlos Marinho (*O Gênio do Crime*, *Sangue Fresco*, *O Livro da Berenice*, *O Caneco de Prata* etc.); Ruth Rocha (*Marcelo, Marmelo, Marmelo*, *Reizinho Mandão* etc.), entre tantos outros autores que trabalham em prol da renovação da literatura infantil brasileira. Isto sem falar no genial precursor de todos eles — Monteiro Lobato. O que ocorre, evidentemente, é o fato de que, escritas ou não para crianças e jovens, certas obras literárias tendem a preencher as expectativas recepcionais desse público leitor, uma vez que reúnem, na sua estrutura, elementos estéticos que se sintonizam perfeitamente com a sensibilidade infantil e infanto-juvenil. Elementos tais como: a imaginação, a fantasia poética, o dinamismo, a simplicidade, o dramatismo, a desvelatura técnica, a criatividade, ou seja, tudo que leve a apagar o sentimento negativo do moralismo e da puerilidade, já criticado por Anatole France, mas tão presente na larga tradição do texto literário infantil!

No tocante ao segundo aspecto, isto é, a compreensão da literatura infantil em decorrência dos fatores históricos e culturais que a originaram, não se pode omitir o papel condicionador da (ou das) pedagogia moderna. Observa Philippe Ariès, na sua *História Social da Criança e da Família*, que a origem de uma produção literária destinada especialmente a um público infantil se prende, entre outros fatores, ao nascimento de uma nova categoria no mundo das relações sociais: a noção de infância. Antes, por-

tanto, da Idade Moderna inexistia uma preocupação que viesse demarcar as peculiaridades da infância em face do mundo dos adultos. Pequenos e grandes conviviam no mesmo espaço e compartilhavam os mesmos fatos e acontecimentos, mas, como ressalta Regina Zilberman, em *A Literatura Infantil na Escola*, sem que nenhum laço amoroso os aproximasse. O nascimento da noção de infância, aliado à formação de uma nova família — a família patriarcal-burguesa, ou seja, a família moderna —, centrado no interesse de "proteção", por um lado, e de controle, por outro, marcou profundamente a atitude da escola para com a criança e determinou uma criação literária de fundo pedagógico e de utilização exclusivamente utilitária. Ao texto literário não interessava o nível de elaboração estética nem a marca do lúdico; contava, sim, o universo de valores que ele podia veicular. Daí os muitos livros escritos especialmente para crianças a partir do século XVII, livros mais pedagógicos e "educativos" do que propriamente literários. E esse costume, que resulta de um equívoco originário, permanece até hoje, em que pese o louvável esforço de todos aqueles que procuraram e procuram evitar o utilitarismo, mesmo o "utilitarismo às avessas", de que fala Denise Escarpit, em favor de uma literatura antes de tudo literária, lúdica, criativa, humana. Literatura que não se esgote no mero bojeio de uma pedagogia estereotipada, responsável por uma visão da infância totalmente vesga e autoritária, nem num conceito de literatura que se restrinja à sabedoria de cartilha, ao "habitat" da antologia escolar. Porque, de resto, isto nem chega a ser pedagogia nem literatura.

Hildeberto Barbosa Filho é poeta e crítico literário paranaense, autor, entre outros, de *A Condição Crítica* (ensaios) e de *A Geometria do Pálio* (poemas).

Entre a comédia das flores e a festa dos Palmares

Em rigorosa análise, o autor interpreta a conotação ideológica do dia 13 de maio, data comemorada "em função da crença que exprime", isto é, a da Abolição "sem uma gota de sangue", que procura apagar da História três séculos e meio manchados pelo sangue dos quilombolas.

**ABOLIÇÃO
ANO
100**

Márcio Barbosa ilustração de Marlene Crespo

Domingo de 1988. Faz muito sol. A princesa Isabel acaba de sancionar a lei que extingue a escravidão no Brasil. Nas ruas, o povo comemora. É uma imensa festa. Provavelmente, uma festa como o Império jamais conheceu.

Os testemunhos nos dão a sensação de algo espetacular. Nas páginas do "Diário Popular" de 14 de maio, Horácio de Carvalho descrevia assim a festa carioca: "ruas atapetadas de folhas, festões por toda a parte, flores a granel, enfeites por janelas e portas, colunas de folhagem, vivas, gritos, discursos, sociedades em marcha, saudações... um delírio, um delírio colossais". Machado de Assis tem idêntica opinião: "verdadeiramente, foi o único delírio público que me lembra ter visto", afirma o negro mestre da Academia (conforme Silva Costa, 1981).

Toda a nação submerge no êxtase das comemorações. A festa era algo a que nenhum cidadão poderia se furtar. De fato, há um leque de opções, conforme nos mostra o relato de Robert Conrad: "a imprensa do Rio decidiu patrocinar as festas que durariam de 17 a 20 de maio. As festas do primeiro dia incluíam uma missa solene a que compareceram a Princesa Regente, seu marido o Conde d'Eu, os membros do gabinete e uma verdadeira multidão. No segundo dia, houve corridas no Derby Club e passeios de graça na Estrada de Ferro D. Pedro II e, de noite, os teatros foram abertos a todos os que desejassem assistir seus espetáculos. Os acontecimentos de 19 de maio incluíam procissões com estandartes e música e, de tarde, uma regata na Baía de Botafogo. No último dia, foi realizado um grande desfile em que estavam representados o exército, a marinha, a imprensa e as sociedades de todos os tipos, sendo impossível calcular que comprimento esse desfile teve" (Conrad, 1978). A força do espetáculo deixaria suas marcas no tempo. Doravante, recordar o fim da escravidão equivaleria a reavivar essas manifestações na lembrança. Ato jurídico formal, a assinatura da lei passa a incorporar o delírio coletivo.

Qual o significado dessa festa? Sabe-se que o fim da escravidão correspondia a uma mudança de atores no cenário político nacional. Os grandes senhores de terras do Nordeste cediam lugar aos fazendeiros

do Oeste paulista (conforme Alencar, 1980). De uma forma geral, a ascensão do café na região Centro-Sul e a urbanização crescente colocavam a economia ante a exigência de formas de produção mais modernas. O trabalho assalariado adquire cada vez mais importância, ante o deslocamento dos centros de decisão das fazendas para os aglomerados urbanos e do Nordeste para o Centro-Sul do país.

Os senhores de escravos, entretanto, mesmo vendo seu império escorregar na marcha cada vez mais rápida dos acontecimentos, recusavam-se a abrir mão do seu poder. A transformação dos modos de produção significaria a ascensão da nova classe e, portanto, o desaparecimento desses antigos senhores. Assim é que a mudança na economia estava estreitamente relacionada com o fim do velho sistema de governo.

A propaganda abolicionista evoluiu lado a lado com a propaganda republicana. Pedia-se, nos manifestos liberais, a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado, da Guarda Nacional e da escravidão (conforme Forman, 1979). Além disso, a expansão do mercado internacional trazia mais exigências: os bens de consumo deveriam levar a todos o milagre capitalista. O mesmo mercado colocava à disposição bens e mão-de-obra. Desse modo, era intolerável que se fizesse a república numa terra de escravos.

A festa! Sim, o fim da escravidão merecia ser amplamente festejado! Era um golpe decisivo no antigo estado de coisas. A crescente população urbana e os ricos fazendeiros paulistas viam cair os últimos obstáculos que os separavam dos centros de decisão. Aquele era, de fato, um período de transição. "Com efeito — diz Jean Duvergier — a consciência coletiva que a festa realiza constitui, a um só tempo, a existência de uma sociedade e um 'meio efervescente' onde tem nascimento novas formas de vida." Era evidente que a escravidão se tornara arcaica. Prova disso o número de cativos existentes em 1887: 723.419, para uma população de 14 milhões de pessoas (Fonseca, 1973). E, embora a escravidão predominasse nos meios rurais, as comemorações foram um fenômeno essencialmente urbano. De fato, no interior de São

Paulo, havia ex-escravizados que se conservavam atrelados ao café e sob a influência do feitor (conforme Veritas, 1888). O impacto da abolição nestas regiões foi mais tardio e duradouro. São muitos os clubes negros que tentaram, através de índices significativos, manter viva a recordação daquele momento histórico: Abolição, José do Patrocínio, Flor de Maio são alguns nomes de clubes freqüentemente encontrados pelo interior.

Aquele data, contudo, seria realçada de outra forma pelo Poder Executivo. Em 1890, o Governo Provisório da República decretava feriado o dia 13 de maio. Isso significava que, no futuro, aquele dia deveria ser consagrado à lembrança, isto é, à repetição simbólica do ato original. Ora, o ato privilegiado repetido só pode inscrever-se na consciência social como história. Aqui, a atitude sacralizante, à qual a festa conduz, talvez permita afirmar algo a respeito do caráter ritualístico expresso no delírio das comemorações. Platão afirmava que o culto e as festas nos foram dados pelos deuses. Entretanto, se para o culto convergem as ocupações de paz e de guerra, nas festas (momentos em que inexiste o peso das necessidades quotidianas) temos a companhia dos deuses (conforme Goldschmidt, 1970).

O significado simbólico das intensas comemorações da abolição parece evidenciar-se aos poucos. O que procura tradução, nessas festas, não é simplesmente a satisfação sentida por causa da extinção da escravidão. A satisfação ante a destruição daquele sistema era, aliás, demonstrada de outras formas: o ato rebelde das fugas, o assassinato dos feitores, a destruição das fazendas; quanto não havia de prazer nesse tipo de subversão? Por outro lado, o movimento abolicionista assumia uma postura pacifista. Com exceção de Luís Gama e Silva Jardim, os abolicionistas acreditavam numa solução jurídica para o problema da mão-de-obra escrava. Afastavam-se pouco da perspectiva do Governo Imperial, cuja intenção era "promover a emancipação dos escravos de maneira lenta e gradual" (Alencar, 1980). Neste sentido, pode-se afirmar que o tipo de luta representado pela organização dos quilombos abalou muito mais profundamente o

sistema escravista, já que se atingia diretamente a estrutura econômica. Portanto, a vitória delirantemente comemorada, a dos abolicionistas, foi a vitória representada pela solução jurídica, que, no entanto, apenas vinha reconhecer legalmente uma situação de fato: a falência do sistema escravista. "Nem uma gota de sangue", diz Horácio de Carvalho, em artigo do dia 14/05/1888. Certamente não pensava nos três séculos e meio manchados pelo sangue dos quilombolas. Na festa da abolição, tal lembrança não encontraria lugar (embora desde o séc. XVIII) a destruição de Palmares e a figura de Zumbi tenham passado a integrar o inconsciente coletivo). Assim, não é de se admirar que, no mesmo dia 14 de maio, outro artigo do "Diário Popular" afirmasse: "o período africano de nossa civilização fica oficialmente cancelado" (A. Campos, 1888). O que em A. Campos era simples imagem, iria tornar-se ato simbólico para Rui Barbosa. Que mais significava o fogo com que foram queimados os documentos aliandeiros, em 1890? O fogo de 1890, renovação dos fogos de artifício de 1888, reduziria a cinzas o passado africano e iluminaria o futuro, cuja promessa de branquitude estava contida nas crescentes ondas imigratórias. Tais levadas de imigrantes significavam que a economia começaria a funcionar conforme os interesses da classe emergente. O que procura tradução, nas festas de 1888, talvez seja a expectativa ante esse novo tempo. E seriam essas comemorações que deveriam ser conservadas. A festa transformava-se em ideologia.

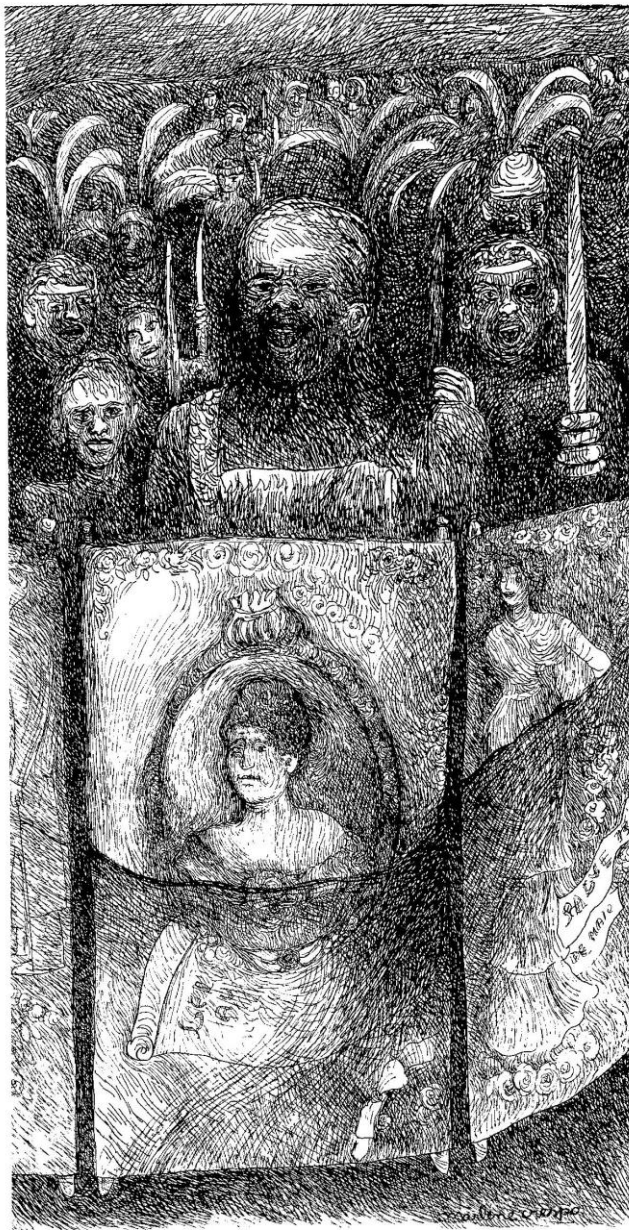
A partir de então, o "delírio público" (o "arrebato coletivo", conforme expressão de Duvergier) cede lugar ao cerimonial. A festa passa a ser sistematicamente organizada em função da crença que exprime. Em maio de 1978, o extenso roteiro de comemorações publicado pela "Folha de S. Paulo" incluía "exposições, filmes, espetáculos de dança e música, debates e muitas solenidades". Degradado em cerimonial, o espírito da festa se impõe a vastas parcelas da população. Em 1926, Carvalho Reis fazia a seguinte afirmação: "a festa da abolição deve ser menos a dos libertadores do que a dos libertados". O que fora uma vitória dos abolicionistas adquire conotação de universalidade. Desta maneira, um número muito grande de entidades afro-brasileiras incorporou o cerimonial às suas tradições. Missas e discursos fazem parte das tradicionais comemorações do Club 220, cujo presidente, nos noventa anos de abolição, dizia que "para o povo, 13 de maio ainda é uma data histórica" (entrevista de Frederico Pentecostes Júnior à "Folha de S. Paulo"). As solenidades realizadas nesta data passaram a ter como característica aquela exigência de contenção que Nietzsche diz ser própria do espírito apolíneo. Para o filósofo alemão, "Apolo, divindade ética, exige dos seus fiéis o respeito pela medida", o "não te excedas" que levaria até o autoconhecimento. Após a abolição, o "não te excedas" é exigido não só tendo-se em conta o delírio inicial: pensa-se também naquelas manifestações que, afinal, extrapolavam qual-

quer demonstração de insatisfação com o sistema vigente: os quilombos (realmente, nas primeiras décadas deste século, realçou-se a imagem do quilombola como protótipo do "negro mau").

Devido às mudanças ocorridas com a abolição e com a proclamação da república, era fundamental que os ânimos fossem controlados. O primeiro Estado republicano foi concebido em moldes que favoreceram a classe proprietária de terras. As oligarquias rurais passaram a contar com um Estado administrativamente descentralizado, que lhes possibilitava a expansão econômica e o clientelismo político. Desse jogo de forças, as camadas mais despossuídas da população viam-se excluídas. As organizações operárias conseguem estruturar-se satisfatoriamente apenas a partir de 1910, mas são em breve silenciadas (conforme Alencar, 1980). Além disso, das manifestações negras exige-se um silêncio absurdo: a religião tradicional, o samba e a capoeira são duramente reprimidos pela polícia. Afinal, a população afro-brasileira "é uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e precário cujo centro de produção já foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado de fora do sistema" (Moura, 1983). A ilusão de liberdade de desfezera rapidamente e o inconformismo gerado só foi contido por um mecanismo de exclusão e repressão apoiado na mística gilberto-freireana da "democracia racial". Num artigo de 1947, publicado no jornal negro "O Novo Horizonte", Aristides Barbosa clamava contra a fúria medonha do preconceito-fantasma, "este que, muito longe de ser mera ficção, tem a sua existência palpável, e não só nos arredores como também devora nos impiedosamente". Vinte anos depois, Solano Trindade, quando canta o treze de maio, o faz em nome da juventude negra que luta "por outra libertação". Nos anos 80, um poema de Esmeralda Ribeiro assim expressa esse fato:

Aboliram a escravidão
não a condição
Pouca coisa muda ao longo do tempo.
Na década de 50, o feriado da abolição é extinto, mas o cerimonial permanece como crença no ideal daquela "outra" liberdade que o povo aguardava. O Estado falhara em seu projeto social. O incentivo à imigração e as estruturas discriminatórias tinham vedado ao negro qualquer participação nos postos de comando e haviam-no relegado, enquanto mão-de-obra, aos mais baixos patamares salariais. A parcela majoritária da população era relegada a uma situação de anomia. A festa abolicionista resultara na repetição de um cerimonial cada vez mais vazio de sentido. Aquele caráter que Nietzsche chama de "dionisíaco" (o acordo último do homem com a natureza) mostrava-se gradativamente distante.

Assim é que, a partir de 1971, o grupo gaúcho Palmares propõe que o ideal de liberdade seja celebrado através da epopéia do Quilombo dos Palmares e da heróica figura de Zumbi. Num artigo de 1972, o grupo diz que o "verdadeiro dia nacional do negro é 20 de



novembro", data que assinala a morte de Zumbi, em 1695. Em outro artigo (20/11/74), a proposta é explicitada da seguinte forma: "Há uma necessidade urgente de desmistificar a luta palmarina e as demais rebeliões negras. É preciso conhecer e permitir que o negro se conheça pelo seu lado digno, que reencontre o que a cultura acadêmica apagou e desvalorizou, estabelecendo a justiça histórica". A lembrança das lutas quilombolas começa a

abandonar as regiões do inconsciente coletivo, às quais fora confinada. Daí em diante, a festa pode revestir-se com as novas possibilidades.

De fato, a 4 de novembro de 1978, o Movimento Negro Unificado publicava um manifesto contundente, no qual fazia-se uma dupla e necessária colocação: negava-se o treze de maio como dia da libertação e afirmava-se o vinte de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra", como da-

ta inequívoca do efetivo aceno da liberdade (conforme Gonzalez, 1982). "Graças ao empenho do MNU — escreve Lélia Gonzalez —, ampliando e aprofundando a proposta do Grupo Palmares, o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa; na verdade, Palmares foi o autên-

tico berço da nacionalidade brasileira." Pode-se dizer, portanto, que o vinte de novembro representa a possibilidade incontestável de realização daqueles ideais usurpados pela festa abolicionista e transformados em ideologia.

Com esse passo, operou-se uma desmistificação que colocou a nu o caráter autoritário dentro do qual o Estado brasileiro foi concebido, e revelou-se o verdadeiro significado da abolição e república, mudanças cujo real resultado foi a perpetuação das elites dominantes no poder. Dessa forma, o povo emerge do silêncio imposto pelo cerimonial. A década de 80 festejava o ressurgimento de Zumbi, embora desvios sutis tenham dado a uma figura individual o lugar que seria devido a uma comunidade. Palmares tem, na experiência coletiva, a beleza do símbolo.

Entretanto, a festa palmarina pôde ser revivida a partir de 1978. Nesse ano, é realizado em Araraquara (SP) o primeiro Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), a partir da iniciativa de diversas entidades afro-brasileiras. Desde então, o Feconezu vem-se repetindo anualmente em cidades diferentes, nos finais de semana próximos ao dia vinte de novembro. Em 1979, um artigo do "Jornegro" assim definia o festival: "É um trabalho comunitário, de caráter coletivo", que visa "divulgar a nossa história, o trabalho, a cultura, bem como incentivar, na comunidade, a solidariedade e maior interesse e disposição para buscarmos juntos soluções para os nossos problemas".

Memória de Palmares que se atualiza, esse festival — realizado como aspiração coletiva — exprime-se com intensa energia. A festa acontece como tradução viva, como forte expressão das mudanças pelas quais o nosso tempo passa. É a geração de jovens negros dos anos 70 e 80 que vai abandonar definitivamente o cerimonial vazio do treze de maio pela festa revitalizadora do vinte de novembro. Acima da formalidade banalizante e conservadora do cerimonial, as comemorações do vinte de novembro em geral (e/o Feconezu em particular) colocam a efervescência e o dinamismo. Af se dá a "transgressão" de que Duvignaud fala: "A festa, assim como o transe, permite às pessoas e coletividades sobrepujarem a 'normalidade' e chegarem ao estado onde tudo se torna possível porque o indivíduo, então, não se inscreve apenas em sua essência humana, porém em uma natureza que ele completa pela sua experiência, formulada ou não."

Em janeiro de 86, o jornal do C.C.N. dizia: "transmitindo vivência da comunidade, manifestada através da dança, música, teatro e atividades esportivas, o VII Festival Comunitário Negro Zumbi, sediado na cidade de Limeira, nos dias 15, 16 e 17 (de novembro), reuniu cerca de mil pessoas de diversas entidades, realizando a grande festa" onde "a alegria esteve presente". Enquanto expressão de não conformismo, o Feconezu permite que a alegria (e também a estética) aconteça como transgressão — da mesma forma como ocorre num baile do Chic Show. Por

isso, talvez seja insuficiente estabelecer aqui uma divisão nietzscheana entre um caráter apolíneo ou dionisíaco da festa. Duvignaud, inclusive, afirma a limitação da divisão estabelecida por Nietzsche e diz que tal dicotomia "não passa de uma modalidade e a mais para contornar o fenômeno, através da sua contenção no 'então filosófico'". O Feconezu é, portanto, um fenômeno de diferente modalidade; e, quanto à forma como traduz e interage no social, poderíamos colocá-lo na categoria do criativo de quem Césaire diz: "da desordem faz ordem, da ordem, desordem" (Una Tempestad, 1971). De fato, Exu é "múltiplo e indômito (...), transforma-se sem parar, e assim faz o mundo funcionar" (Augras, 1983). O Feconezu se caracteriza por esse mesmo dinamismo, pelo caráter "exultante" que expressa.

Há muito o treze de maio deixou de representar uma data significativa. A abolição não trouxe efetiva liberdade para as parcelas negras nem a república mostrou alguma possibilidade de real mudança para o geral da população, no sentido de modificar as relações de exploração do homem pelo homem. A recuperação do vinte de novembro deu lugar a que se repensasse o ideal de liberdade. Com a instituição do mês da consciência negra, as festas reavivaram-se no país. É como diz Martinho da Vila: "para o Movimento Negro, o treze de maio é uma data de reflexão, não de comemoração, de euforia (...). Em novembro, organiza-se uma festa nacional. Zumbi dos Palmares é o símbolo da liberdade" (entrevista para o Boletim do Centenário). Nessa festa de novembro recuperado, há o aceno inequívoco do desejo de emancipação do povo brasileiro, e a confiança de que o trabalho livre ainda poderá proporcionar a construção de uma sociedade humana e justa.

Bibliografia

- Alencar, Francisco — **História da Sociedade Brasileira** — Francisco Alencar, Lúcia Carpi Ramalho e Marcus V. T. Ribeiro, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- Augras, Monique — **O Duplo e a Metamorfose** — Petrópolis: Vozes, 1983.
- Césaire, Aimé — **Una Tempestad** — Barcelona: Barral Editores, 1971.
- Duvignaud, Jean — **Festas e Civilizações** — Fortaleza: Tempo Brasileiro, 1983.
- Fonseca, Célia Freire D. Aquino — **O Brasil Oitocentista e a Abolição** in Trabalho Livre e Trabalho Escravo — São Paulo, 1973.
- Forman, Shepard — **Camponeses: Sua Participação no Brasil** — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Goldschmidt, Victor — **A Religião de Platão** — São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- Gonzalez, Lélia e Carlos Hasenbalg — **Lugar de Negro** — Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- Nietzsche, Friedrich — **Origem da Tragédia** — Lisboa: Guimarães Editores, 1982.
- Moura, Clóvis — **Brasil: As Raízes do Protesto Negro** — São Paulo: Global, 1983.
- Reis, Carvalho — **Os Feriados Brasileiros** — Rio de Janeiro, 1926.
- Ribeiro, Esmeralda — **"Fato" in Cadernos Negros 11** — São Paulo, 1988.
- Silva Costa, Pedro Pereira da — **Machado de Assis** — São Paulo: Editora Três, 1981.
- Trindade, Solano — **Cantares ao meu Povo** — São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Mário Barbosa é graduado em Filosofia pela USP e autor do livro **Palmares Crioulos**. É membro do Quilomboho Literário, grupo de escritores negros paulistas.

Jorge Andrade revisitado

Na história da moderna dramaturgia brasileira, Jorge Andrade ocupa posição privilegiada, consagrada pela crítica e pelo público com *A Moratória*, *Os Ossos do Barão*, *Vereda da Salvação*, *Pedreira das Almas* e outras peças importantes. Neste ensaio, sua obra é analisada em conjunto, a partir de sua visão dramática da iniquidade social.

Marleine Paula

ilustração de Alcino Moreira

13 de maio de 1984: morte, no Instituto do Coração, em São Paulo, vítima de edema pulmonar agudo, Aloísio Jorge Andrade Franco, ou simplesmente Jorge Andrade. Nascido em Barretos, interior paulista, completaria 62 anos em 21 de maio. Em 16 de novembro de 1983 fora submetido a uma cirurgia de implantação de ponte de safena, em decorrência de um infarto. Problemas respiratórios fizeram com que fosse internado novamente.

Jorge Andrade estudou na EAD — Escola de Arte Dramática, onde iniciou a carreira de vinte anos dedicados ao teatro, e, nos últimos tempos, à televisão.

Por ocasião do falecimento diversos amigos se pronunciaram: Gianfrancesco Guarnieri, então secretário municipal de Cultura, comentou: "Jorge teve muitos dissabores na televisão, tanto que seu maior sonho era voltar a Barretos, sua cidade natal, e viver exclusivamente para o teatro."

Consuelo de Castro, amiga e colega de profissão, lembrou que Jorge trabalhava para a televisão com a mesma devoção que dedicava ao teatro, arrebatando: "Isso o desgastou muito. A sua saída da TV Bandeirantes, quando foi obrigado a interromper a novela *Salvor de Mel*, em meados do ano passado, contribuiu muito para que seu estado de saúde piorasse."

O professor e ensaísta Antônio Cândido, amigo e admirador do dramaturgo, comentou: "Para Jorge Andrade o teatro era uma procura da verdade. No seu caso, procura do que significava o mundo onde nasceu, de fazendeiros em crise econômica e social, sofrendo o choque do progresso urbano, sem entenderem bem o que estava acontecendo. Daí ele partiu para descrever as raízes desse mundo e procurar compreender como os seus valores tinham-se formado. Neste percurso, descobriu o ângulo do oprimido, daquele cujo trabalho forma a base das prosperidades alheias. E chegou assim a uma visão dramática da iniquidade social. O seu teatro é uma curiosa mistura de nostalgia e revolta, de senso piedoso do passado e denúncia do presente, de compreensão e condenação. Um teatro de alta qualidade, que exprime com nobreza as suas perplexidades e o seu inconformismo."

Décio de Almeida Prado, historiador e crítico do teatro brasileiro, como pessoa muito ligada ao dramaturgo de Barretos, já que era seu cunhado, disse que quando Jorge entrou na EAD, aos 28 anos, não tinha ainda muitas certezas

quanto à carreira, seguindo, entretanto, os conselhos recebidos de Cacilda Becker, que conhecera no TBC: "Foi assim que deu tudo certo, tanto que em suas primeiras obras fazia dedicatórias à atriz. Nos últimos anos" — completa Décio — "seu sonho era voltar à dedicação integral ao teatro, e retornar à cidade natal."

Outro crítico e ensaísta de teatro, Sábato Magaldi, como não podia deixar de acontecer, prestou depoimento: "Assim como Nelson Rodrigues introduziu na dramaturgia brasileira na década de quarenta os problemas do subconsciente e do inconsciente coletivo, Jorge Andrade inovou o nosso teatro ao iniciar, em 1955, com *A Moratória*, o ciclo do café, equiparável, no palco, ao que José Lins do Rego havia feito no romance com a cana-de-açúcar."

Depoimentos e depoimentos de artistas, historiadores de teatro e da literatura em geral se fizeram na época. Não há necessidade de voltar a todos eles para referendar um pensamento unânime: na história da dramaturgia moderna brasileira, Jorge Andrade ocupa posição privilegiada.

Uma segunda edição, revista e ampliada, saiu no ano passado, de *Marta, a Árvore e o Relógio* pela Editora Perspectiva, resgatando, em parte, a atenção que se deveria dar aos textos deste dramaturgo, ausente dos palcos brasileiros nos últimos anos. Embora haja escrito outras peças e diversas novelas para televisão, o que praticamente de melhor produziu está reunido em *Marta, a Árvore e o Relógio*, não nos esquecendo de edições parciais de peças dessa saga: *A Moratória*, pela Livraria Agir Editora (1965); *Pedreira das Almas* e *O Telescópio*, também pela Agir (1960); *A Escada* e *Os Ossos do Barão*, pela Brasiliense (1964); *Vereda da Salvação*, também pela Brasiliense (1965); *Senhora na Boca do Lixo*, pela Civilização Brasileira (1968).

Jorge Andrade tratou, em diversos textos, de assuntos relacionados com o ciclo do café, em São Paulo. Estudou o tema através do ângulo de visão da velha aristocracia rural decadente. Das peças publicadas, somente *Vereda da Salvação* e *O Incêndio* encaram problemas do ponto de vista do colono, e *Ossos do Barão*, sob a perspectiva do imigrante italiano, assim mesmo em correspondência direta com a aristocracia. Daí decorre que, em quase todas as obras, a realidade subjaz ao drama. O dramaturgo toma um acontecimento, um fato, estuda-o, examina-o minuciosamente, consultando arquivos

e documentos e metamorfoseia-o, pela intermediação da arte.

Quando não, vejamos. No decorrer da Revolução Liberal de 1840, surgiu o problema da migração. Várias famílias abandonavam seus lugares de origem, velhas cidades, em busca de terras novas e férteis. É sabido que na cidade de Paracatu houve uma heroína, velha matriarca, que resistiu, energeticamente, às forças do governo. É também conhecida a cidade de São Tomé das Letras, célebre pelas condições peculiares e extravagantes em que se encontrava: no alto de uma colina, com muita pedra e pouca terra. Sempre que houvesse necessidade de terra para construção ou enterro dos mortos, urgia trazer do vale.

Jorge Andrade relacionou esses dados e outros mais obtidos por meio de leituras e de viagens, criando obra nova, original. Transportou a heroína de Paracatu para Pedreira das Almas, local onde se desenrola o drama que dá nome à peça *Pedreira das Almas*. Ali havia uma gruta com a imagem de São Tomé, ponto estratégico para refúgio de um dos rebeldes, herói da peça. Af está delineado o cenário, em cujo interior se desencadeará o drama, ou tragédia, porque a fábula é um drama pungente e sentido, intimamente relacionado com a tragédia grega e altamente poético.

A meu ver, esta peça é a mais requintada, não só do ponto de vista estrutural e dramático — porque aqui *A Moratória* é modelo —, mas, sobretudo, pela forma de composição. Elementos constitutivos da tragédia, como fatalidade, inexorabilidade, tornam-na ainda mais interessante. Urbana, mulher firme e forte, com pés fincados na terra (embora a terra fosse pouca), por vezes violenta (como a própria avó do teatrólogo), faz manter a autoridade e não capitula jamais. Só a morte poderia vencê-la. Ainda que interiormente quisesse fugir aos acontecimentos, não poderia, porque o inexorável persistia. Já com seus pais se havia dado o mesmo. "Não se pode cortar o passado. Ele nos acompanha para onde vamos." (*Pedreira das Almas*, p. 45.) A tentativa de dissuasão de seus propósitos, respondia com firmeza: "O que não me diz respeito, não me diz respeito!" (*Ibidem*, p. 41.) E a fatalidade chega a tal ponto que a própria filha, Mariana, representante, como o noivo, Gabriel, e o irmão, Martiniano, da reação ao conservadorismo materno, não escapa ao destino. E fala a Gabriel: "Quando menos esperarmos, ficamos presos a compromissos

superiores aos nossos sentimentos." (*Ibidem*, p. 105.) Ela, que antes só pensava em partir para o planalto, não o pode fazer, já que não é senhora de sua vontade. Quando interrogada por Gabriel sobre quais compromissos tinha, responde constritamente: "Tu, com o povo que agora tem o direito de partir. Eu... com os mortos de Pedreira. Eles precisam de mim! Sei que Pedreira não morrerá enquanto eu estiver aqui!" (*Ibidem*, p. 105.)

Outra sugestão recebida da tragédia grega (e, no caso, particularmente *Antígona*) é o problema de dar-se sepultura ao corpo, sem o que a alma fica vagando. *Antígona* replica a Creonte, o tio, que enterre o irmão, Polínez. Também em *Pedreira das Almas* Martiniano está insepulto e os soldados não deixam de ficar atemorizados. Contribuem para o amedrontamento — ou terror, se se preferir — dos soldados, muitos dos quais evadem, as súpticas atordoadas e repetidas de diversos da cidade:

"Graciana — (Num lamento agressivo.) Faça primeiro Martiniano viver, Senhor!"
Vasconcelos — (Volta-se, rápido.) Quem...?
Graciana — Graciana, Senhor.

Vasconcelos — Guardas!
Graciana — O Senhor tem mãe?

Vasconcelos — Tirem essas mulheres daqui! A força, se for necessário.

Graciana — (Adianta-se rápida.) O Senhor tem mulher e filhos?

Clara — (Ao soldado mais próximo.) O Senhor tem noiva ou mulher?

Elisaura — (Mesmo jogo.) O Senhor tem filhos?

Genoveva — E o Senhor? Tem mãe, irmãs e filhas?"

(*Ibidem*, p. 82. Ver também p. 87 e seguintes.)

As interferências das mulheres projetam grande efeito dramático, como na tragédia clássica, onde o coro era portavoza da opinião coletiva. Até o aspecto físico das componentes do coro de Pedreira se aproxima do da tragédia antiga, e o lamento daqui não é menos dolorido que o de outrora.

A *Pedreira das Almas* sucede a *Moratória*, que, se não tem a beleza poética da primeira, se destaca pela esmerada técnica de estruturação.

Pontos básicos de contacto entre as duas peças são o tradicionalismo, saudosismo, conservadorismo — de que Urbana é a encarnação — e a reação dos filhos a esta postura.

Em *A Moratória* o problema se coloca nos mesmos termos: a crise de 1929 acarretou grandes transtornos, tanto de

ordem econômica quanto moral e social.

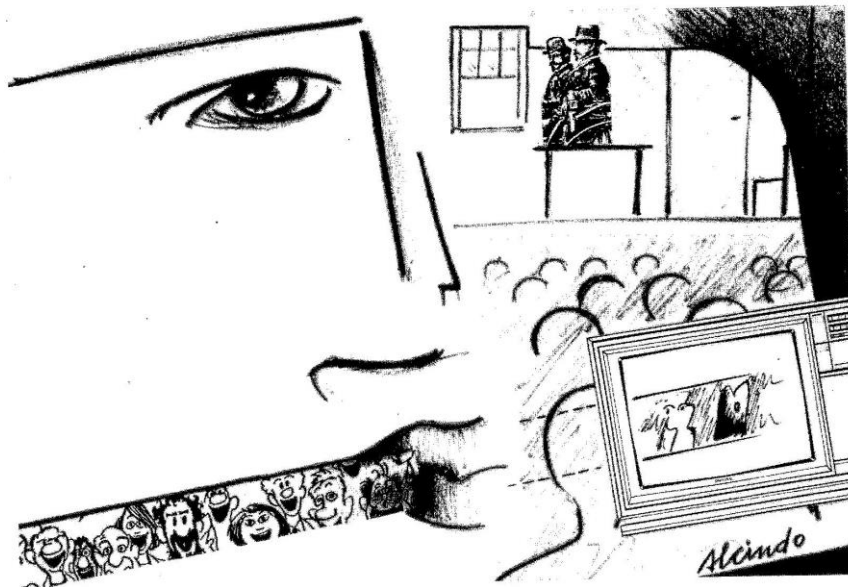
A peça relata a tragédia de uma família que vai perder a fazenda. Quim (Joaquim, protagonista principal) é o retrato do velho aristocrata rural, afastado da realidade presente, inteiramente imerso no passado; não se conforma em perder o que possuía, que era, levando a análise às últimas consequências, a vida. Sendo assim, só, pode continuar vivendo num mundo ilusório. Esposa e filha aceitam o irremediável e compreendem que nunca poderiam salvá-lo com a verdade crua, despidida de artifícios. "Uma pessoa como seu pai não vive sem esperança. E era a única coisa que lhe restava" (*A Moratória*, p. 184), diz Helena, a esposa. E Lucília, a filha, complementa: "Não quero que meu pai fique sem esperança. Não quero." (*A Moratória*, p. 187.)

A mesma temática se coloca em *A Escada*, com a diferença de que, neste texto, já não se vê a família que ainda está caminhando com a crise, mas que sofreu as consequências dela.

A diferença entre *A Moratória* e *A Escada* está no meio em que vivem e não propriamente no estudo do comportamento das personagens ou da classe social a que pertencem. O cenário de *A Moratória* (plano do passado) é predominantemente rural (o plano do presente não é nítido). Na *Escada*, ao contrário, o ambiente já é o da cidade. O motivo do distanciamento está no fato — como se viu — de que na *Escada* os protagonistas são vítimas das terríveis consequências da crise.

E, no fundo, não há mesmo diferença, porque todas as personagens trazem grande carga de tradição que "surge, então, nitidamente como um empecilho, um obstáculo à vida. Os preconceitos agravam-se, assumem formas que seriam odiosas se não fossem grotescas, de alienação não só mental, mas também social. Trata-se, na verdade, de um mundo irremediavelmente caduco. Tudo isto é expresso de modo inequívoco, pela senilidade do protagonista, que vive perdido em outras eras, fechado dentro do seu próprio universo imaginário, sem qualquer comunicação com o presente, despertando nos filhos uma série de reações tumultuosas, a favor ou contra os velhos princípios familiares, afinal vencidos. A tradição, que em *A Moratória*, no seu estado incipiente e primitivo, ainda era um compromisso possível, passa a ser em *A Escada* um peso morto que é preciso saber jogar fora a tempo". (Introdução de Décio de Almeida Prado às peças *A Escada* e *Os Ossos do Barão*.)

Nulifica-se, por conseguinte, a possibilidade de entendimento entre pais e filhos. Os hábitos retrógrados dos primeiros opõem-se à consciência da realidade grante que os rodeia, da necessidade de adaptação às novas condições de vida. E assim está colocada a questão em *Pedreira das Almas* (com restrições), na *Moratória*, na *Escada* e no *Telescópio*. Nesta última, de maneira bastante simbólica: o filho que, no decorrer da ação, é apenas citado aparece, no fim



nal, quando quebra o telescópio, que significava o devaneio, a fuga de Francisco, personagem sonhadora.

Mas Jorge apenas apresenta as situações; "não toma partido, não julga e daí, talvez, a grande força dramática pura das situações humanas de que trata nas suas obras. Aceita a evolução, proclama mesmo a necessidade de atualizarem-se os valores, mas nem por isso despreza a ordem superada, nem por isso ataca os que resistem à mudança inevitável. É o problema humano que lhe interessa mais do que tudo, e não há exprimi-lo plenamente de um prisma setorial, em termos de polêmica. A maior qualidade de dramaturgo de Jorge Andrade está exatamente nisso: na sua capacidade de entender, e respeitar, e amar todas as suas personagens, os filhos progressistas tanto quanto os pais conservadores" (Introdução de Paulo Mendonça às peças *Pedreiro das Almas* e *O Telescópio*).

Vereda da Salvação foge — como antecipamos — à orientação até então adotada, segundo a qual o panorama é visto sob o ângulo da aristocracia. A peça, que enfoca o colono, o oprimido, suscita problemas de natureza psicológica, sociológica e ontológica, na medida em que mostra a terra como absurda, onde o homem é um exilado. Antes de tudo, porém, é altamente reivindicatória.

Jorge Andrade põe a nu a angústia existencial, o drama do homem que não tem lugar no mundo — tema, aliás, sobretudo encontrado no teatro moderno, especialmente em Arthur Miller, que muito o influenciou. A fazenda é o símbolo da força, do governo, oprimindo sempre pobres miseráveis, que, por isso mesmo, tentam libertar-se da sua contingência humana. A peça é, assim, um libelo violento contra a realidade agrária brasileira.

ra: é reivindicatória, como dissemos, sem ser explícita, isto é, sem menções diretas.

Dentro de todo o mundo mais ou menos real, como veremos mais para o final, criou o dramaturgo a figura de Dolor, personagem fortemente carregada de sugestões poéticas. Há, bem claro, identificação de Dolor com a Mãe de Deus também andou alongada nas estradas. Fugiu montada num burro p'ra salvar o filho dela!" (*Vereda*, pág. 46) ou ainda "Dolor é como a Senhora do Céu... foge p'ra salvar seu filho". (*idem*, pág. 57) Joaquim acredita na pureza da mãe, num momento aponta: "E lá está Maria! Maria da pureza! Senhora do céu em andança na Terra!" (*ibidem*, pág. 72) A maternidade gera, na mãe, a idéia de que é responsável pelo fruto que concebeu. Por isso Dolor se sente amargurada por vir perdendo filho de fazenda em fazenda. E intui que lhe será arrebatado o último, Joaquim. Já que não consegue salvá-lo por vias puramente racionais, integra-se ao grupo, mas conscientemente.

Se contasse a Joaquim que tivera pai, que fora concebido humanamente, ele se desmascararia e seria desmascarado publicamente, numa atrocíssima condenação. Deixa-se mistificar, mas com perfeita consciência. Diante do irremediável total, Dolor chega a imaginar e a dizer que nem mesmo teve filho, quer dizer, deseja negar a própria condição — como todo o grupo que abdica de condição humana.

Mas, por que todo o grupo abdica da condição humana? Eis a pergunta a que tentaremos responder, levando em conta diversos fatores.

Carlo Castaldi, Eunice T. Ribeiro e Carolina Martuscelli, no artigo intitulado "O Demônio no Catulé", publicado no *Estudos de Sociologia e História* pela Editora Anhembi Limitada, São Paulo, 1957, apresentam dados importantes

sobre os acontecimentos que se deram em Catulé, na fazenda São João da Mata, pertencente ao município de Malacacheta. Possesiros, membros da Igreja Adventista da Promessa, mataram, no decorrer da semana das penitências, quatro crianças que estavam possuídas pelo demônio, reiventando, assim, a paixão bíblica. A polícia, tomando ciência dos sucessos, por parte do fazendeiro, investiu com todas as armas sobre o bando de místicos. Jornais publicaram o fato com grande sensacionalismo e posteriormente prestou-se a interessantes estudos de natureza psicossociológica.

Jorge Andrade estuda o acontecimento, anota os episódios, seleciona-os suprimindo personagens, criando outras, mudando, muitas vezes, os fatos. E o resultado foi uma obra de ficção, magistralmente composta, calcada na realidade. Assim, por exemplo, na vida real, Artuliana era irmã de Joaquim. Jorge não os ligou pelo laço familiar justamente para dar maior dramaticidade, acentuando o antagonismo entre Joaquim e Manuel. Germana é noiva de Joaquim; Geraldo, genro de Manuel, no relato que fizeram os autores citados. Também o deslocamento que fez o teatrólogo deu maior ênfase à posição das personagens.

Todo o grupo se converte ao Adventismo da Promessa, exceto Ana, filha de Manuel, que se mantém fiel ao catolicismo.

Carlo Castaldi, a respeito, faz a seguinte pergunta: "A conversão criaria ambiente favorável aos acontecimentos de 1955?" E ele mesmo responde, depois de fornecer subsídios para a compreensão do caso: "Embora o Adventismo não tenha sido causa determinante dos fatos, criou condições que favoreceram o desenrolar dos acontecimentos. Essas condições, porém, sem o tipo de in-

divíduos que as viveram, dificilmente teriam evocado a presença do demônio no Catulé." (*Op. cit.*) E ainda no mesmo trabalho: "Os acontecimentos não podem ser explicados nem pela cultura nem pela própria religião, mas sim por fatores econômicos, sociais, históricos."

A conversão é uma tentativa de manter a solidariedade grupal, através de um novo sistema de valores e padrões de comportamento, donde um conflito entre a liderança social e a religiosa."

Manuel é o líder social. Nele se concentram a autoridade, prestígio, de que goza junto ao fazendeiro, virilidade, grande capacidade de trabalho, sem deixar de lado excessiva sentimentalidade.

Joaquim, opostamente, é a encarnação da impotência, do fracasso. Portanto, seria natural que Manuel em tudo sobrepujasse Joaquim.

Chegou um dia, contudo, que, em face das condições de vida totalmente adversas, Manuel, embora possuísse "status" elevado, não conseguira fazer valer seu prestígio. As vias de solução do problema em termos de vida terrena estavam obstruídas, e, quando não são satisfeitas as exigências de ordem material, procura-se uma saída mística, sobrenatural. E todo o povoado, com exceção de Ana e Artuliana, abdica dos valores mundanos e parte à procura da felicidade eterna. Começam pela troca de nomes: nada significam Joaquim, Geraldo, Germana, Durvalina etc., mas Cristo, Daniel, Jeremias, Marta (esta cena se passou em Malacacheta). E, no fundo, a mudança não significa nada mais nada menos que a própria fuga a tudo quanto pertença ao mundo material e o excesso de religiosidade revela falta de perspectiva dentro de um referencial humano.

Manuel já não mais pode guiar o grupo. Ele, que no pri-

meiro ato conserva a liderança, cede lugar a Joaquim, líder religioso. Manuel não conseguiu mesmo que a própria filha se convertesse à nova religião. Incriminavam-no: "Se um homem não tem mando na sua casa, como vai zelar dos irmãos? Foi Deus mesmo que falou, Manuel. Está escrito no livro!" (pág. 13)

E o conflito de liderança chegou ao clímax: as circunstâncias favoreciam a substituição de um pelo outro. Artuliana e Ana, que são realistas, objetivas, não se deixam levar pela onda de misticismo e tentam salvar Manuel. Ana diz ao pai: "Essa gente não quer é trabalhar, pai. Joaquim menos ainda. Fica pensando em voar p'ro céu feito passarinho! Onde já se viu! O senhor trabalha, não precisa disso." (pág. 17) E em outra passagem: "Não quero mesmo saber dessa doidura." (pág. 19)

Artuliana só tem um desejo: casar com Manuel, ou melhor, permanecer sempre a seu lado, não importa se casada ou não. É extremamente sensual, "tentação para um homem". Não pode conceber que Manuel, o líder, capitule diante de Joaquim. Por isso, tenta abri-lhe os olhos; alega que todos estavam caindo naquele delírio por incapacidade de trabalhar.

A partir do ato II, Manuel já não consegue sustentar a liderança. Não sabe o que fazer. Duas saídas somente existem: ou fugir, conforme foi proposto por Ana, cuja religiosidade católica está dentro do campo humano — por isso mesmo vai à fazenda, pretendendo evitar que o grupo chegue a maiores consequências. Mas a situação de Manuel é delicada: embora fracassado, é líder; lutou a vida inteira e, no final, não encontra saída. E já que não encontra saída, a saída é capitular diante de Joaquim, como os outros.

Duas causas concorreram para sua capitulação: já era Adventista da Promessa e porque a melhor solução era partir com o grupo; todos já haviam capitulado diante de Joaquim por falta de outra saída, ele também o faz.

E, indo mais longe, a explicação para a capitulação de Manuel talvez esteja dentro da própria dramaticidade de Jorge Andrade, que acentua, conforme já pudemos observar nas peças anteriores, a derrota masculina como consequência da crise de 29, quando muitos fazendeiros não conseguiram reerguer-se. Manuel se assemelha a estes fazendeiros, embora, do ponto de vista psicológico, seja um tanto difícil aceitar a tese que nós mesmos propusemos.

Concluindo, diremos que a atmosfera carregada da idéia de "demônio", de "bicho caviloso", impregna o final, altamente reivindicatório, da peça. Sugere-se que o demônio não é senão o fazendeiro, o policial, o governo, que não sentem o drama do homem miserável.

Construída debaixo do esquema clássico das três unidades, está imbuída de uma simbologia noturna, altamente poética, pois a ação transcorre num período compreendido entre o crepúsculo de um dia e a aurora do dia seguinte.

Monlene Paula é professora de Filologia e Língua Portuguesa, no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo.

A procissão dos pobres: migração interna no Brasil

Explicando a distribuição espacial da população brasileira no final dos anos 80, este ensaio ressaltava o caráter convergente dos homens onde se concentra o capital, daí resultando o imenso movimento migratório interno no Brasil, que atinge a camada mais pobre da população

Rosa Ester Rossini

Para melhor visualizarmos como está se processando a distribuição espacial da população teremos de tentar fazer um inventário do movimento conjunto da sociedade e do espaço brasileiros.

Consideramos, assim, o espaço geográfico como produto histórico que sofreu e sofre processo de acumulação técnico-cultural, e que, por consequência, apresenta em cada momento as características da sociedade que o produz. O espaço como produto social é processo de produção concreto, nascido do trabalho, que por seu lado nada mais é do que a resposta do homem a uma série de necessidades e que ele deve satisfazer para sobreviver.

Devemos entretanto ressaltar que a realidade é uma totalidade concreta, dialeticamente articulada.

Assim sendo, deve-se ter claro que o espaço não é algo pronto e acabado, está em contínuo movimento, é exclusivamente dinâmico. A população será o sinônimo da sociedade a qual, através de sua história, produz e reproduz este espaço; nela, os elementos participam de maneira diferenciada pelo "lugar que ocupam dentro do sistema de produção historicamente determinado; pelas relações que se encontram frente aos meios de produção, pelo papel que desenvolverão na organização do trabalho e pelo modo e proporção em que recebem parte da riqueza social de que se dispõe" (Lenin, citado por Cueva, A. — "La concepção marxista de las clases sociales", *Debate e Crítica*, n.º 3, Hucitec, São Paulo, 1974, p. 87).

O desenvolvimento capitalista acarreta, no Brasil, como nos demais países, uma concentração do capital na metrópole nacional, que tende a reforçar a concentração espacial do processo de acumulação e concentração de renda. Na medida em que as maiores empresas capitalistas do País estão sediadas em São Paulo e tendem a crescer mais do que as restantes elas trazem maior soma de recursos para acumular em São Paulo.

O fato de São Paulo situar-se como centro hegemônico do processo de acumulação no Brasil acarreta uma pauperização relativa de outras regiões do País. Ao lado da transferência direta de recursos para investimentos, uma outra fonte de concentração é proporcionada pela própria posição privilegiada da economia paulista na divisão regional e nacional do trabalho.

Se por um lado existe um processo de acumulação e investimentos, de outro ocorre processo de concentração po-

pulacional. O primeiro se faz através de transferência do capital e o segundo pela migração. O processo de acumulação implica movimento da população para os centros que a sediam.

Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impeçam determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico — deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos, e assim por diante a atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado (...). Neste exemplo, a primeira onda de imigrantes é constituída por desempregados, a segunda por camponeses proletarizados" (Singer, Paul — *Economia Política da Urbanização*, Ed. Brasiliense, CEBRAP, São Paulo, 1975, p. 51).

A expansão do capitalismo tem seu foco de acumulação espacialmente localizada no Sudeste, onde São Paulo, dentro dessa região, assume o papel de comando na produção do espaço brasileiro. A realização deste processo implica movimento dialético de criação e destruição, que ocorre dentro do processo produtivo global, tanto no que se refere à produção quanto no que se refere ao espaço. Desse modo, começa a se articular uma produção espacial comandada por São Paulo que, por seu papel hegemônico, comanda, estrutura e articula outras regiões dentro do território nacional. Assim sendo, a destruição das economias regionais nada mais é do que a forma de reprodução e desenvolvimento do sistema em escala nacional.

Assim se articula um processo de produção geral do espaço, que se realiza de uma maneira desigual, através do movimento diferencial do processo de acumulação: O espaço se produz e se reproduz submetendo "parcelas diferenciadas do espaço nacional" ao centro dinâmico (político, econômico, social e de gestão) através da submissão ao processo produtivo do capital. Esse subordina parcelas do espaço às leis da reprodução através do controle de desenvolvimento do processo industrial que ora expropria os excedentes do capital para o centro de comando da acumulação, ora impõe sua produção em detrimento da produção local e regional, ora penetra como capital e absorve o investimento. Esse processo implica a captação da extorsão da mais-valia para o centro nervoso do sistema. Exemplificando, o sistema cria mecanismos que permitem

ao capital e ao centro espacial de acumulação principal de explorar a força de trabalho sem se deslocar.

É com este enfoque que vamos analisar a distribuição espacial da população brasileira do ponto de vista das migrações, posto que os outros elementos da dinâmica — natalidade e mortalidade — serão discutidos por outro expositor.

Segundo dados do Censo Demográfico de 1980, foi possível estimar um contingente global de migrantes de 53.893.610 pessoas (45,9%); excluindo-se os dados referentes às migrações intramunicipais o total diminui um pouco — 46.342.494 pessoas (39,3%).

A partir dessas informações é conveniente fazer um rápido apanhado da dinâmica do movimento do início do século, e de forma especial, a partir de 1940, do ponto de vista da composição inter-regional.

É claro que não estamos nos esquecendo dos milhares de índios que foram expulsos e massacrados desde o início da ocupação e que muitos continuam seu peregrinar na esperança da demarcação das terras que hoje ocupam. Também não estamos omitindo que 3,6 milhões de negros foram trazidos da África para ocupação do território através da atividade agrícola, mais tarde mineradora, e em seguida foram levados para o trabalho do café, no Sudeste do país.

Ressaltamos ainda os nordestinos, que empreenderam movimento em direção à Amazônia, no período da exploração da borracha, que levaram ilusão e grande parte deles morreu vítima da malária.

Sumarizando, idéias de Graham e Holanda Filho dessa dinâmica do movimento migratório, temos (Graham, D.H. e Holanda Filho, S.B. — 1980). As Migrações Inter-regionais e Urbanas e o Crescimento do Brasil, in Moura, H. (Organizador), *Migração Interna*, Textos Seleccionados, Vol. 2, Ministério do Interior, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza):

- O Rio de Janeiro, São Paulo e Estados do Sul predominam, nos anos 30, como as principais áreas de imigração. Minas Gerais e Estados do Nordeste (com exceção da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão) apresentam significativa emigração.

- Na década de 40 esta situação continuou, com intensidade, no ritmo de emigração para todo o Nordeste e Minas Gerais em direção especialmente a São Paulo, Rio de Janeiro e Estados do Sul do País. Paraná assumiu a liderança de recebimento de contingentes em função da cultura do café na orientação da migração rural-urbana.

- Nos anos 50, registrou-se o maior incremento de fluxos migratórios já registrados no País. Novamente os Estados do Nordeste e Minas Gerais foram os maiores fornecedores de mão-de-obra para São Paulo e Paraná. Surge um novo ator de recebimento de mão-de-obra — Goiás — dada a expansão da fronteira agrícola e a construção da capital federal.

- A grande inflexão na tendência histórica dos movimentos migratórios ocorre na década de 60, quando o Nordeste passou a contribuir com um número relativamente menor de contingentes de modo especial para o Rio de Janeiro, aumentando, porém, em direção a São Paulo. Os movimentos de saída de Minas e Espírito Santo se intensificaram. A queda do movimento para o Paraná começou a se tornar evidente. Goiás e Mato Grosso, as novas frentes de expansão, passaram a ser o grande alvo migratório.

- A década de 70 denota uma nova orientação na direção das migrações. A Amazônia, no seu conjunto, e de forma especial Rondônia se transformam na área de grande recebimento de pessoas de todo o país e, de forma mais expressiva, daquelas oriundas notadamente dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e até mesmo de Goiás, São Paulo e do Nordeste em geral. Mesmo guardando um forte dinamismo econômico, onde a atividade industrial é hoje bastante relevante na metrópole mineira de Belo Horizonte, o Estado de Minas Gerais continua sendo o maior fornecedor de força de trabalho para todas as áreas onde a reprodução do capital tem sido, naquele momento, significativa. Dada a proximidade com São Paulo, regra geral, os maiores contingentes se encaminham para ele.

O Estado de São Paulo, em todos os momentos, é o grande receptor de mão-de-obra, apesar de toda a crise pela qual passa o país, e, enfrentando, também, a metrópole essas dificuldades. O pólo econômico do país, em função de sua atividade industrial, vê suas cifras referentes ao desemprego assumir altíssimas taxas. O subemprego prolifera, a mendicância e a prostituição aumentam. Proporcionalmente, os assaltos a bancos, a residências, a casas comerciais se intensificam. O termômetro da crise aparece de forma clara quando supermercados são saqueados, principalmente nas áreas metropolitanas do País, e os quebra-quebras em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador se tornam frequentes.

Apesar das dificuldades apresentadas, o Estado de São Paulo continua sendo a área onde a reprodução do capital se faz de forma bastante intensa. Cerca de 2,6 milhões de pessoas, na década de 70/80, oriundas de outros estados, migraram para São Paulo e cerca de 200 mil partiram, na sua maioria, à procura de trabalho nas frentes de expansão ou como elementos altamente especializados para atender às áreas urbanas ou rurais com implantação de tecnologia sofisticada.

As crescentes tensões sociais na Amazônia estão em grande medida relacionadas diretamente com a natureza dos

movimentos populacionais produzidos pela estrutura fundiária brasileira. Assim sendo, percebe-se que a Amazônia — Amazônia Legal — se constitui praticamente a partir de 60 na última fronteira do País. O recente movimento de expansão do capital monopolista ocorrido na região e sob a tutela do Estado e, principalmente, através da valorização da grande propriedade tem contribuído para a transformação da área como reserva de valor. A melhoria da infra-estrutura e o favorecimento às empresas através dos incentivos fiscais permitia, de um lado, a ocupação através do desenvolvimento da pecuária de corte e, de outro lado, propiciaria um maior conhecimento dos recursos naturais.

Progressivamente a Amazônia se transforma, através da intervenção do Estado, em um espaço de grande interesse do capital. Antes da década de 60, no entanto, ela já vinha sendo ocupada por massa populacional que, em face da distorção da estrutura fundiária do País, é constantemente empurrada pelo capital para as áreas de fronteira num sucessivo processo de migrações.

Para os homens sem terra, o Estado anunciava a perspectiva de um "lugar ao sol". O principal eixo de fixação seria ao longo da Rodovia Transamazônica. Havia, porém, uma distância muito grande entre o discurso do Estado e a sua execução concreta. Apenas uma parte das famílias propostas no projeto inicial foi atendida.

Os fluxos migratórios para a Amazônia se intensificaram e, ao invés de diminuir as tensões sociais rurais, acabaram por aguçá-las, pois os grandes projetos agropecuários, baseados na grande propriedade, com tecnologia sofisticada, se avolumaram e os pequenos produtores, posseiros e índios perderam paulatinamente espaço.

O que tem ocorrido na Amazônia é a formação de grandes reservas de mão-de-obra, a subordinação do pequeno produtor aos interesses do grande capital, consequentemente da grande empresa, permitindo a estas a apropriação dos benefícios da produção sem assumir seus riscos.

É importante ressaltar que, se para os primeiros migrantes foi possível adquirir terra com áreas bem maiores àquelas que possuíam ou que poderiam comprar em outras áreas do território, para aqueles que chegam mais tarde isto passa a ser um sonho, pois o trabalho incorporado à terra pelos pioneiros é também fator que determina sua crescente e acelerada valorização (Jatene, H.S., 1983. Reabertura da Fronteira sob Controle: A colonização particular dirigida na Amazônia, 4.ª *Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Universidade de Uberlândia — Uberlândia — MG).

No conjunto, destaca-se a década 70/80 como marcada por uma acentuada tendência concentradora, de um lado, nas áreas mais dinâmicas e coincidentemente as mais densamente povoadas do País e, por outro lado, destaca-se o papel das áreas metropolitanas no conjunto do movimento migratório. Deve-se ter em mente que a Amazônia, no seu conjunto, teve crescimento por-

centual da população bastante grande.

Embora o Estado de São Paulo tenha crescido a uma taxa (3,48% ao ano) pouco superior à média nacional (2,47% ao ano), 28% do aumento total da população se dirigiu para ele e 46% para a região Sudeste, na qual ele se insere.

Apesar de as taxas de crescimento no Nordeste terem sido inferiores à média nacional em oito dos nove Estados, sua contribuição, entretanto, foi de 26% do total do aumento da população. O Maranhão foi o único Estado a apresentar saldo positivo, por se tratar de Estado contíguo à Amazônia e guardar algumas características de área como fronteira agrícola e ter sido também alvo dos especuladores e de projetos governamentais (Rodovia Transamazônica). Os Estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba foram os mais afetados pela imigração. O Nordeste, no seu conjunto, "teria perdido, segundo estimativas, um saldo de 2,2 milhões de migrantes. Apesar de ser uma quantidade evidentemente substantiva, ela representa uma emigração, em termos proporcionais, bastante menor que a sofrida por Minas ou Paraná" (Martine, G., 1981, *Notas sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980*, mimeo).

Os fluxos migratórios dirigidos tanto pelo Estado como por companhias particulares não foram suficientes para diminuir as pressões sociais existentes no país. Embora o número de pessoas que se dirigiu para a Região Norte e Centro-Oeste e, em especial, Rondônia, Pará e Roraima tenha sido significativo tanto numericamente quanto percentualmente, em função da construção de novos eixos de circulação como pela expansão da fronteira agrícola, fica muito aquém do contingente que se encaminhou para o Sudeste, no seu conjunto. É de se ressaltar, entretanto, que Rondônia, na década, teve uma taxa de crescimento médio anual de 15,80%, seguido de Roraima, com 6,81%, igualmente Mato Grosso com 6,62% e o Distrito Federal com 8,13%. De janeiro a dezembro de 1985, Rondônia recebeu 164.917 pessoas. Desse total 24,2% do Paraná, 14,6% de Mato Grosso, 11,5% de Minas Gerais, 11,0% de São Paulo, 8,4% do Espírito Santo, 6,4% do Mato Grosso do Sul e 23,9% de outros Estados.

Goiás, que desde 1940 vinha apresentando as mesmas características apresentadas pelo Paraná quanto ao crescimento, teve perdas líquidas de população, embora tivesse mantido uma taxa de aumento pouco superior à média nacional devido ao forte crescimento vegetativo.

Paraná, o segundo Estado com maior perda líquida, (1.572.662 pessoas) na década, como se sabe, constituía desde 1940 até a década de 60 uma área de atração por excelência, dado o dinamismo ligado à implantação da agricultura cafeeira, e, na última década, conforme já referido, foi o Estado que teve a mais baixa taxa de incremento anual de população do país (0,94% ao ano). O Rio Grande do Sul, devido à concentração de terras, ao desenvolvimento sofisticado na

agricultura e à saturação populacional das pequenas propriedades — colônias —, vem perdendo o ritmo de crescimento, e na última década chegou a ter um saldo negativo de 580 mil pessoas e uma taxa de crescimento médio anual na ordem de 1,55%.

Merece destaque ainda a migração de brasileiros em direção ao Paraguai a partir de 70. Estima-se que cerca de 400.000 brasileiros ultrapassaram essa fronteira (sendo de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — 72,3%; Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro — 22,4%; outros Estados — 5,3%). Hoje estão sendo expulsos sem terem conseguido a terra e perderam dinheiro, colheita etc.

Reforçando o caráter concentrador dos homens onde se encontra o capital, destaca-se que 43,9% do crescimento populacional da década de 70 se deveu a nove áreas metropolitanas mais o Distrito Federal: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, enquanto o Brasil, como um todo, teve uma taxa de crescimento anual de 2,47%. Essas nove áreas metropolitanas e o Distrito Federal tiveram 3,9% ao ano. Recife e Rio de Janeiro tiveram taxa de crescimento inferior. Destaque-se que o aumento absoluto de população foi de quase 2 milhões de pessoas para o Rio de Janeiro. Curitiba, com crescimento um pouco inferior à média das áreas metropolitanas, teve, entretanto, uma taxa de aumento populacional bem superior à média nacional, exatamente por ter atraído, em função dos empreendimentos urbanos e industriais, boa parte da população que saía das áreas principalmente agrícolas do Paraná e mesmo dos pequenos centros urbanos.

O Distrito Federal, em relação às áreas metropolitanas, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento — 8,13% ao ano. As explicações desse incremento residem tanto no fato de que a área continua sendo bastante dinâmica como por sediar a Capital Federal. Surpreendente, em todos os sentidos, foi o crescimento, numérico da área metropolitana de São Paulo, como a própria cidade. Em 1980, das 11,3 milhões de pessoas a mais existentes em relação a 1970, nas áreas metropolitanas mais o Distrito Federal, São Paulo assumiu a responsabilidade de 4,4 milhões de pessoas, cujas causas já foram expressas no decorrer do trabalho, mas com devido muito provavelmente na concentração progressiva de investimentos e atividades econômicas.

Merece referência ainda o caso dos migrantes intra-urbanos, fenômeno que ocorre em praticamente todas as cidades, mas que é mais evidente nos grandes centros e que se tem acelerado nos últimos anos, em função das menores oportunidades de trabalho e do próprio rebaixamento dos salários. As favélas e os cortiços deixaram de ser "privilégio" dos desocupados, dos marginais, para se transformarem em local de residência da população trabalhadora, engaja-

da no mercado formal ou informal. Destaca-se ainda o fato de que ambos não mais ocorrem só nos locais mais centrais ou de fácil acesso, mas estendem-se também por toda a periferia. Nesse caso, em função da renda da terra urbana, toda a população de baixa renda é empurrada cada vez mais para a periferia mais remota, sem as mínimas condições de infraestrutura.

No conjunto do território nacional, apesar de o movimento migratório ter sido intenso, o peso representado pela migração internacional foi inexpressivo. Conclui-se, portanto, que esse aumento populacional, na sua quase totalidade, se deve ao crescimento vegetativo bastante alto de boa parte da população brasileira.

Concluindo, convém ressaltar que com a tendência de fronteira "fechada" os fluxos migratórios perdem a direção e se orientam pelo ritmo das colheitas — cana-de-açúcar, café, laranja, algodão, arroz. O Vale do Jequitinhonha (MG), tem sido, nesta última década, juntamente com as áreas tradicionais, o viveiro de homens sozinhos — 18 a 25 anos — que caminham à procura de trabalho para sobreviver. Esperam poder enviar uma pequena "remessa", quando conseguem, para a família que ficou trabalhando a terra "seca" que deixaram. São os trabalhadores avulsos, clandestinos, bôias-frias, volantes.

A reabertura da fronteira está ocorrendo sob o signo, conforme referido, da colonização privada, comandada por grandes companhias, grandes cooperativas, pelos grandes latifundiários, pelo grande capital etc.

A migração para cidade é feita por famílias que, inicialmente, se "hospedam" na casa de parentes e amigos na periferia dos centros urbanos, quase sempre em favelas, ou por jovens que procuram a construção civil ou serviços domésticos mal remunerados ou trabalhos autônomos.

A Reforma Agrária seria a forma democrática da reabertura da fronteira, garantindo o acesso à terra aos trabalhadores rurais.

A migração de retorno da cidade ou do campo para a cidade tende a aumentar por razões sócio-econômicas. A política econômica deveria ajustar-se às necessidades da população e não esta ajustar-se às necessidades da economia.

No momento em que os peregrinos dessa terra começam a reivindicar seus direitos, tem ocorrido o aumento dos assassinatos no campo e na cidade, e hoje tentam cortar a cabeça dos líderes sindicais, para abortar essa consciência em formação. Espera-se que, nesta Constituinte, os migrantes, os trabalhadores em geral consigam a cidadania, o grande passo para se tornarem dignos, serem reconhecidos nos seus direitos e desta forma passem a ter seu espaço físico, humano e social.

"Mais do que migrantes há um definido universo social da migração. Mais do que o trânsito de um lugar a outro, há trânsito de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir — é viver em es-

paços geográficos diferentes... é ser duas pessoas ao mesmo tempo... é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando; voltar quando está indo... É estar em dois lugares, ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca." (Martins, J.S., 1984 — *O Voo das Andorinhas: Migrações Temporárias no Brasil*. In Seminário Internacional sobre Migrações Temporárias em América Latina — CENEP — PISPAL — Ciudad Quito, Equador.)

Bibliografia

- Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Anais; 1980, 1981, 1982)
- Becker, B.K. — 1983 — *A fronteira em fins do século XX — Proposições para um debate sobre a Amazônia*. 4.º Encontro Nacional de Geografia Agrária — Universidade Federal de Uberlândia — MG
- Becker, O.M.S. — 1983 — *O Significado das Migrações em Sociedades Patrísticas: comentários a partir do caso brasileiro*. (mimeografado) 22 p.
- Brandt, V.C. — 1977 — *Do Colono ao Bôia-Fria*. Estudos CE- BRAP. 19. São Paulo
- Carlos, A.F.A. e Rossini, R.E. — 1982 — *The Structuration of Space. Regional Patterns: Population, Brazilian geographical studies*. (Edited by) Brazil National Commission (for the) International Geographical Union. Contribution to the IGU Latin American Regional Conference. FIBGE. Rio de Janeiro
- Castro, Mary — 1977 — *Tipologia Conjugal do Migrante Recente*. In *O quadro das famílias em domicílios de chefes migrantes e natural: um estudo censitário das diferenças nas regiões metropolitanas brasileiras*. FIBGE — Rio de Janeiro
- Carvalho, J.A.M. — 1984 — *Estimativas Indiretas e Dados sobre Migrações Internas no Brasil: Uma Avaliação Conceitual e Metodológica das Informações Censitárias Recentes*. In 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.
- Centro de Estudos Migratórios — 1980 — *Migrantes: Exodo Forçado*. Edições Paulinas — São Paulo
- Costa, M.A. (Editor) — 1971 — *Migrações Internas no Brasil*. Monografia n.º 5, IPEA — INPES. Rio de Janeiro
- Graham, D.H. e HOLANDA FILHO, S.B. — 1980 — *As Migrações Inter-regionais e Urbanas e o Crescimento do Brasil*. In Moura, H. (Organizador), *Migração Interna*, Textos selecionados, Vol. 2. Ministério do Interior. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza
- FIBGE — Censos Demográficos e Tabulações Avançadas. Brasil e São Paulo. FIBGE. Rio de Janeiro
- Hugon, P. — 1973 — *Demografia Brasileira*. Atlas/Ed. da Universidade de São Paulo. SP
- Jatene, H. da S. — 1983 — *Reabertura da Fronteira sob Controle: A Colonização Particular Dirigida na Amazônia*. 4.º Encontro Nacional de Geografia Agrária — Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia — MG
- Martine, G. — 1984 — *Os Dados Censitários sobre Migrações Internas: Evolução e Utilização*. 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.
- Martine, G. — 1981 — *Notas sobre os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980*. Coordenador BRA/81/001, OIT/CNRIH. Mimeografado, 14 p.
- Martine, G. — 1980 — *A Migração Repetida e a Busca da Sobrevida: alguns padrões brasileiros*. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório Técnico n.º 52, Brasília, ONU/IO/U- NESCO, 28 p.
- Martine, G. — 1976 — *Adaptação de Migrantes ou Sobrevida em locais mais Fortes*. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório Técnico n.º 30, Brasília, ONU/IO/U- NESCO, 31 p.
- Martine, G. e Camargo, L. — 1982 — *Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes*. In "Revista Brasileira de Estudos Populacionais", Vol. 1, n.º 1/2 jan/dez. Associação Brasileira de Estudos Populacionais — Campinas, p. 99-143
- Martine, G. e Garcia, R.C. — 1984 — *Mudanças Tecnológicas e Sociais na Agricultura: A Panela do Povo em Tempo de Crise*. In 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.
- Martine, G.; Neiva, L.C.; Macedo, M. — 1984 — *Migração, Crise e Outros Agruras* (Versão Preliminar). In 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.
- Martine, G. — 1978 — *Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: Experiências Recentes de Colonização no Brasil*. In Simpósio sobre Migrações Internas e Desenvolvimento. CLACSO. México — Mimeo.
- Martins, J.S. — 1984 — *O Voo das Andorinhas: Migrações Temporárias no Brasil*. In Seminário Internacional sobre "Migrações Temporárias em América Latina" — CENEP — PISPAL Ciudad Quito, Equador (mimeo.)
- Martins, J.S. — 1980 — *Expropriação e Violência: questão geopolítica no campo*. Coleção Ciências Sociais. Hucitec. São Paulo
- Martins, J.S. — 1979 — *O Cativo da Terra*. Livraria e Editora Ciências Humanas — São Paulo
- Renner, C.H.; Patara, N. — 1980 — *Migrações em Santos*. J.L.F., Levy, M.S.F., Szemcsényi, T. (Organizadores) *Dinâmica da População* — teoria, métodos e técnicas de análise. T.A. Quatroz Editores Ltda. — São Paulo
- Rossini, R.E. — 1983 — *Pressupostos Gerais para a Compreensão dos Conflitos Sociais no Campo*. 4.º Encontro Nacional de Geografia Agrária — Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia MG
- Rossini, R.E. — 1980 — *The Growth of the Brazilian Population in Brazil: Spatial Organization*. Becker, B., Geiger, P.P., Faisol, S. (Editores). IBGE — Comissão Nacional da UGI. Rio de Janeiro
- Sawyer, Donald R. — 1984 — *Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial*. In Revista Brasileira de Estudos Populacionais — Campinas — Vol. 1, n.º 1/2, jan/dez.
- Singer, P. — 1977 — *Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho*. Hucitec. São Paulo
- Singer, P. — 1975 — *Economia Política da Urbanização*. Ed. Brasileira. CEBRAP. São Paulo

regionais e Urbanas e o Crescimento do Brasil. In Moura, H. (Organizador), *Migração Interna*, Textos selecionados, Vol. 2. Ministério do Interior. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza

FIBGE — Censos Demográficos e Tabulações Avançadas. Brasil e São Paulo. FIBGE. Rio de Janeiro

Hugon, P. — 1973 — *Demografia Brasileira*. Atlas/Ed. da Universidade de São Paulo. SP

Jatene, H. da S. — 1983 — *Reabertura da Fronteira sob Controle: A Colonização Particular Dirigida na Amazônia*. 4.º Encontro Nacional de Geografia Agrária — Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia — MG

Martine, G. — 1984 — *Os Dados Censitários sobre Migrações Internas: Evolução e Utilização*. 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.

Martine, G. — 1981 — *Notas sobre os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980*. Coordenador BRA/81/001, OIT/CNRIH. Mimeografado, 14 p.

Martine, G. — 1980 — *A Migração Repetida e a Busca da Sobrevida: alguns padrões brasileiros*. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório Técnico n.º 52, Brasília, ONU/IO/U- NESCO, 28 p.

Martine, G. — 1976 — *Adaptação de Migrantes ou Sobrevida em locais mais Fortes*. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório Técnico n.º 30, Brasília, ONU/IO/U- NESCO, 31 p.

Martine, G. e Camargo, L. — 1982 — *Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes*. In "Revista Brasileira de Estudos Populacionais", Vol. 1, n.º 1/2 jan/dez. Associação Brasileira de Estudos Populacionais — Campinas, p. 99-143

Martine, G. e Garcia, R.C. — 1984 — *Mudanças Tecnológicas e Sociais na Agricultura: A Panela do Povo em Tempo de Crise*. In 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.

Martine, G.; Neiva, L.C.; Macedo, M. — 1984 — *Migração, Crise e Outros Agruras* (Versão Preliminar). In 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP — Águas de São Pedro — Mimeo.

Martine, G. — 1978 — *Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: Experiências Recentes de Colonização no Brasil*. In Simpósio sobre Migrações Internas e Desenvolvimento. CLACSO. México — Mimeo.

Martins, J.S. — 1984 — *O Voo das Andorinhas: Migrações Temporárias no Brasil*. In Seminário Internacional sobre "Migrações Temporárias em América Latina" — CENEP — PISPAL Ciudad Quito, Equador (mimeo.)

Martins, J.S. — 1980 — *Expropriação e Violência: questão geopolítica no campo*. Coleção Ciências Sociais. Hucitec. São Paulo

Martins, J.S. — 1979 — *O Cativo da Terra*. Livraria e Editora Ciências Humanas — São Paulo

Renner, C.H.; Patara, N. — 1980 — *Migrações em Santos*. J.L.F., Levy, M.S.F., Szemcsényi, T. (Organizadores) *Dinâmica da População* — teoria, métodos e técnicas de análise. T.A. Quatroz Editores Ltda. — São Paulo

Rossini, R.E. — 1983 — *Pressupostos Gerais para a Compreensão dos Conflitos Sociais no Campo*. 4.º Encontro Nacional de Geografia Agrária — Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia MG

Rossini, R.E. — 1980 — *The Growth of the Brazilian Population in Brazil: Spatial Organization*. Becker, B., Geiger, P.P., Faisol, S. (Editores). IBGE — Comissão Nacional da UGI. Rio de Janeiro

Sawyer, Donald R. — 1984 — *Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial*. In Revista Brasileira de Estudos Populacionais — Campinas — Vol. 1, n.º 1/2, jan/dez.

Singer, P. — 1977 — *Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho*. Hucitec. São Paulo

Singer, P. — 1975 — *Economia Política da Urbanização*. Ed. Brasileira. CEBRAP. São Paulo

Rosa Ester Rossini é professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Os pais da história do Brasil esqueceram-se dos escravos

Mário Maestri

Durante os três primeiros séculos de nosso passado, o esforço do negro escravizado foi responsável pela quase totalidade da riqueza produzida no Brasil. A partir do início do século XIX, escritores nacionais e estrangeiros redigiram os primeiros ensaios historiográficos sobre o Brasil. Robert Southey, José da Silva Lisboa, Henrique de Bellegard, José de Alencar e Lima, John Armitage, Francisco Adolfo de Varnhagen e outros pensadores assentavam os alicerces da historiografia brasileira. O jovem Estado buscava construir, ao nível das idéias, a mesma independência que conquistara ao nível da organização política.

Durante mais de um século, o homem escravizado foi um personagem quase desconhecido por nossa historiografia. Os primeiros historiadores referiram-se pouco aos cativos e o faziam como se eles constituíssem um elemento natural da sociedade brasileira. Faziam, haviam feito e fariam parte da ordem imutável das coisas. Imperceptíveis como o ar que respiramos. Com a Abolição, o problema servil fora superado e não necessitava mais ser discutido. Joaquim Nabuco pedia, em 1883, em *O Abolicionismo*, que, vencida a batalha, se eliminasse "até mesmo a recordação da luta". E, assim, o fizeram como ainda o fazem — a maior parte dos nossos historiadores.

Os historiadores escrevem com as palavras e as idéias de suas épocas. Eles tendem a construir interpretações do passado que são reflexos de um presente alienado. Ordenam o passado como gostariam de ordenar o futuro. A historiografia é uma produção social e historicamente determinada. Ao negar-se ao cativo o seu papel histórico essencial, procura-se negar a própria essência formadora da nacionalidade brasileira: nascemos e nos desenvolvemos como uma nação de escravizados e escravizadores.

Uma obra historiográfica é uma valiosa fonte para o estudo de sua época. Os pais de nossa historiografia contribuíram para a construção de uma nação escravista e tinham como principais leitores os proprietários de negros. Muitas vezes, eles próprios eram senhores de escravos. A negação do escravo como sujeito histórico correspondia à vontade senhorial de suprimir a contradição escravista através da alienação da individualidade



do homem escravizado: um ser que já era tido e havido, ao menos teoricamente, como um não-ser. Uma análise atenta destas obras revela nas entrelinhas e nos silêncios do discurso um fato cabal: a manutenção, reprodução, exploração e superação do trabalho servil a grande preocupação dos elites brasileiras de então.

O historiador carioca Luís Carlos Lopes, atualmente radicado em Brasília, acaba de publicar sua tese de mestre em História, apresentada, em 1984, ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Tese que tivemos o prazer de orientar, quando trabalhávamos como professor-visitante naquele centro. A proposta de Luís Carlos é relativamente simples: analisar o status do homem escravizado nas obras historiográficas nacionais de maior repercussão, publicadas de 1808 a 1920. O livro que resultou do projeto conquista merecidamente um lugar de destaque entre os estudos contemporâneos sobre a historiografia e a escravidão brasileiras.

A crítica de Luís Lopes dos principais clássicos da historiografia nacional permite diversas leituras. Podemos acompanhar, por exemplo, a gênese do pensamento historiográfico nacional a partir da contradição escravo versus amo ou a lenta construção de inúmeros preconceitos de nossa civilização, tais como a propalada docilidade do brasileiro e a vocação do negro ao cativo. O autor propõe uma convincente periodização da historiografia brasileira: Primórdios

(1808-31): Historiografia escravista (1831-60); Emancipacionismo e Abolicionismo (1860-88); Positivismo, racismo e ambiguidades (1888-1920).

O Espelho e a Imagem é um breve livro, de pouco mais de 120 páginas, escrito num estilo direto e agradável. Luís Lopes, sem fazer qualquer concessão à divulgação mal-compreendida, rejeita a linguagem quase esotérica lamentavelmente ainda praticada, no Brasil e no Exterior, por tantos cientistas sociais. Portanto, um livro de fácil e agradável leitura, destinado a especialistas e profanos. A feliz edição deste primeiro livro nos obriga a lembrar o autor de uma sua antiga promessa: avançar, em um novo trabalho, a sua crítica da historiografia brasileira até nossos dias.

Lopes, Luís Carlos. *O Espelho e a Imagem. O Escravo na Historiografia Brasileira*. (1808-1920). Rio de Janeiro, Achiamé, 1987. 126 pp. bl. pref.

Mário Maestri é doutor em História pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e autor de diversos livros sobre a escravidão e a África Negra Pré-Colonial. Vive atualmente em Mito, Itália.

A *Servidão Negra*, de Mário Maestri, Resultado de oito anos de pesquisa sobre a escravidão, realizada em arquivos do Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo), da Bélgica e da Itália, o livro aprofunda o estudo das várias etapas deste verdadeiro ciclo econômico que envolveu, durante três séculos, os continentes da América, África e Europa. Insurgindo contra o que denomina "plástica historiográfica" de muitos autores modernos que procuram fazer uma "reconstrução lúdica do passado servil", Mário Maestri aproxima do presente a problemática do passado, advertindo: "Pensadores excessivos ou grandes recursos — consciente ou inconscientemente — organizam o passado como gostariam de organizar o futuro e o presente. O que há de contingente e histórico na sociedade de classes de agora surge como natural e eterno. Esta anacrônica homogeneização da história dilui o sentido do novo, da superação, do movimento". A obra está sendo lançada simultaneamente na Europa, em francês e italiano. Do mesmo autor, e da mesma editora, é publicada a *História da África Negra Pré-Colonial*, baseada em documentação primária abundante no que se refere à África Central — autor privilegiado as formações da África Negra que mais profundamente influenciaram a história do Brasil, selecionando os três eixos complementares

Filósofo, jornalista, escritor e professor de longa experiência, Eduardo Sucupira Filho é responsável por mais esta obra que, certamente, será bem acolhida por estudantes, docentes e interessados, em geral, na história do pensamento filosófico "occidental", com ênfase numa de suas mais marcantes tendências: *Leituras Dialéticas, Uma Interpretação Materialista do Pensamento Filosófico*. São Paulo: Alfa Omega, 1987, 160 páginas.

Sucupira define a Filosofia como a busca milenar e universal, pelo homem, de resposta para as questões mais gerais que o inquietam e em relação às quais não pode deixar de tomar posição: "A Filosofia procura dar resposta às questões mais gerais do mundo: de que maneira o mundo se transforma e para onde tende essa mudança. Nisso está implicada a correlação homem-mundo, de como o homem se posiciona frente a situações mutantes, e sobretudo a forma por que interpreta as questões que lhe são propostas a fim de conhecer e influenciar a realidade envolvente. E, em decorrência, as questões da verdade, das leis, das formas e métodos do conhecimento" (página 18).

Essa definição é o fio condutor dos três eixos filosóficos do mesmo tempo concisos e claros em que se divide o texto e através dos quais o leitor vai sendo informado sobre as contribuições que o pensamento filosófico foi recebendo através da História, desde os primórdios da civilização helênica, no século VI anterior à era cristã, se não antes, considerando-se que Anaximandro de Mileto nasceu no século VII. Aliás, os vários períodos da civilização

helênica são reiteradamente referidos, no decorrer do livro, com seus representantes e as vertentes filosóficas para as quais contribuíram, especialmente o bloco de três séculos, do VI ao IV antes de Cristo, para o que Sucupira se apóia numa plêiade de helenistas, entre os quais o inglês Benjamin Farrington e o italiano Rodolfo Mondolfo. Para Farrington, a história da ciência grega (Greek Science, Its Meaning for Us, Middlesex: Penguin Books, 1944) se estendeu por 900 anos, indo do século VI antes de Cristo aos três primeiros do Império Romano.

Desse mesmo milênio de desenvolvimento intelectual, o helenista inglês salienta os três primeiros séculos — de cerca de 600 antes de Cristo até a morte de Aristóteles, em 322. Esse bloco de 300 anos e, especialmente, os dois séculos que vão de 600 a 400 antes de Cristo constituem um período com muita semelhança com o contemporâneo, pois que nele, pela primeira vez na História, se desenvolveu uma concepção científica tanto do mundo quanto da sociedade humana.

Nesse período, ainda não se havia dado o cisão entre atividade intelectual e atividade manual como ocorreria mais tarde, com a expansão do escravismo. Consequentemente, não havia desprezo pelo trabalho manual, tanto que Anaxágoras, filósofo desse período, proclamou que o homem era inteligente porque tinha mãos, enaltecendo a criatividade do trabalho manual. Na própria medicina, que culminou com a escola hipocrática, ainda não se dera a dissociação entre a clínica e a cirurgia.

Foi com a difusão do trabalho escravo que se deu a identificação do físico e das atividades intelectuais com a camada privilegiada e das atividades físicas, degradadas, com o elemento servil.

O livro de Eduardo Sucupira enfatiza essa preocupação com o conhecimento filosófico como um processo cumulativo, embora não linear, que se desenvolve ao longo dos séculos, cada geração re-atualizando e repensando os problemas sob a influência convergente da herança recebida das precedentes e de suas próprias condições peculiares de existência.

Sendo uma contribuição ao conhecimento da História da Filosofia, o conteúdo *Leituras Dialéticas* não constitui uma "história" no sentido formal e tradicional de uma exposição linear presa a um rígido esquema cronológico. O fio da História é retomado, por assim dizer, em cada tópico, conforme interesse ao respectivo tema, o que chega a ficar explícito em alguns títulos como "Heráclito de Efeso e a Dialética", "Anaxágoras de Clazômenes e Immanuel Kant", "Os Sofistas e Platão", "Demócrito e o Atomismo", para me limitar a alguns exemplos.

Em geral, os tópicos são redigidos de modo a permitir leitura autônoma e cada um vem acompanhado de indicação bibliográfica para o leitor que se queira aprofundar ou esclarecer dúvidas.

Oracy Nogueira é professor de Sociologia na Universidade de São Paulo.



por Angola, Moçambique e Golo da Índia, mas aborizou também três formações sociais indígenas que não estiveram em contato com o tráfico europeu: Ghana, Mali e Songai. (Editora Marcado Aberto, Rua Santo Antônio, 282 - 90220 - Porto Alegre - RS e Rua Cardel Acovado, 2.934 - 05408 - São Paulo - SP).

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Companhia Melhoramentos. Rua Tito, 479 - 05051 - São Paulo - SP.

Sem Lei Nem Rei, Maximiano Campos.

Gurata, Um Cordeiro Para Menino, Marcos Aurélio.

No Tempo das Sombras, José Américo de Lima.

Do Tamarão do Mundo, Marina Quintanilha Martinez.

Edições Paulinas. Rua Azevedo de Macedo, 129 - 04013 - São Paulo - SP.

O Deus da Resistência Negra - O Voz do Haiti, Laetia Hurbert.

tradição de Valécio Tondino.

CEB: Gente que se faz Gente no Iguaçu, Pe. Maximiliano Leato.

A Cabanagem na Fala do Povo, Pe. Tago Thorby.

CEB Poder, Nova Sociedade, Adeline Baldissera.

Rafael da Teologia Latino-Americana, Pablo Richard.

Drogas: Prevenção, Escola, Paul-Eugénie Chertonneau.

Adolescência e Sexualidade, Paul-Eugénie Chertonneau.

Editora Scipione. Praça Carlos Gomes, 46 - 01501 - São Paulo - SP.

Bouvard e Pécuchet - Dois Pateiros Iluminados, Gustavo Flaubert.

tradição de Paulo Mendes Campos.

O Inspetor Geral, Nicolau Gôgo, tradução de Sylvia Orthof.

O Fantasma de Canterville, Os-

car Wilde; tradução de Rubem Braga.

Os Inocentes - A Volta do Paraíso, Henry James; tradução de Cláudia Lopes.

Os Francos e Relâmpagos, Vilma Aires.

Introdução à Prática Amorosa, Moacyr Scliar.

Das Verdades, Dinorah do Valle.

Moleçagem, Luiz Claudio Cardoso.

Tchê! Editora. Av. Capitvari, 1141 - 90650 - Porto Alegre - RS.

A Vida Breve de Sefredo das Neves, Poeta, Salim Miguel.

Prostituição Infantil no Brasil e Outras Infâmias, Mario Lorenti.

Editora Clube do Livro. Pça. Carlos Gomes, 126 - 01501 - São Paulo - SP.

Combati o Bom Combate, Ary Quintela.

Os Sêntimentos do Jovem Werther, J. W. Goethe, tradução de Errol José Paschoal.

Editora Rocca. Rua da Assembleia, 10 - Gr. 2.313 - 20011 - Rio de Janeiro - RJ.

O Beijo Mortal - Mickey Spillane; tradução de Alfredo Barcellos.

A Espanhola Inglesa, Miguel de Cervantes Saavedra; tradução de Luís de Lima.

João Olimpio Editora. Rua Marques de Olinda, 12 - 22251 - Rio de Janeiro - RJ.

Marcoré, Antonio Olavo Pereira.

Editora Brasiliense. Rua da Consolação, 2.697 - 01416 - São

Paulo - SP.

A Bomba Política - O Brasil e a Corrida Nuclear, Frederico Fillgrang.

Editora Salesiana Dom Bosco. Rua da Mooca, 766 - 01051 - São Paulo - SP.

Um Muro no Meio do Caminho, Raimundo Matos de Lede.

Editora Companhia das Letras. Rua Barra Funda, 296 - 01132 - São Paulo - SP.

Trem Fantasma - A Modernidade na Selva, Francisco Foot Hardman.

Cortez Editora. Rua Barreira, 387 - 05009 - São Paulo - SP.

Uma Nova Proposta de Orientação Profissional, Celso João Ferretti.

T.A. Queiroz Editor. Rua Joaquim Tassinari, 733 - 9 - 04534 - São Paulo - SP.

Manual de Iniciação a Maltre d'Hôtel, Quim Ferraes de Castro Corti.

A Escola dos Bárbaros, Isabelle Stel e Françoise Thion; tradução de Laura Amélia A. Vivona. Co-edição com a Editora USP.

O Imigrante Japonês - História de sua vida no Brasil, Tomoo Hamada.

Editora Hucitec. Rua Comendador Edson Scaib, 344 - 04602 - São Paulo - SP.

Osman Lins: Ceticismo e Criação, Ana Lúcia Andrade.

Quarteto, Lélia Ribeiro de Faria.

Psicologia e Literatura, Dante

Morais Leite.

O Tensório, Saquarema, Iimar Rohlf de Mattos.

D.C. Luzzatto Editores. Rua João Alfredo, 448 - 90050 - Porto Alegre - RS.

Quelção - Uma Nova Arma da Medicina, Elmer Cranon, M.D., e Afrine Brecher; tradução de Carlos Sá.

Summus Editorial. Rua Cardoso de Almeida, 1.287 - 05013 - São Paulo - SP.

Imprensa e Liberdade - Os Princípios Constitucionais e a Nova Legislação, Freitas Nobre.

Mercado Aberto. Rua Santo Antônio, 282 - 90220 - Porto Alegre - RS.

História da África Negra Pré-Colonial, Mário Maestri.

Edições Casa de Las Américas. Sra. y O. El Vedado, Ciudad de La Habana, Cuba.

El Pensamiento Económico de Ernesto Che Guevara, Carlos Tabla da Pérez.

Ché Guevara em El Presente De La América Latina, Pedro Vuskovic y Belarmino Elgueta.

Editora Agora. Caixa Postal 62654 - 01295 - São Paulo - SP.

Roda da Fortuna - Astrologia Clássica - II, Martin Schulman; tradução de Denise Mara Bolanho.

Editora Alfa-Omega. Rua Lisboa, 499 - 05013 - São Paulo - SP.

A Moratória Soberana - A Alternativa do Confronto Externo: Seus

Custos, Perspectivas e Mitos, Petrônio Pastalla Filho.

Roswitha Kempf Editores. Rua Conde de Porto Alegre, 321 - 09468 - São Paulo - SP.

Alquimista do Tempo, Gildo Magalhães.

PIPE - Depto. de Publicações. Caixa Postal 11474 - 05508 - São Paulo - SP.

Estudos Econômicos - O Protesto Escravo I - Volume 17 - Número especial 1987, vários autores.

Estimago de Equações em Modelos Similares: Heterocedasticidade, Autocorrelação e Variáveis Defasadas (Ensaios Econômicos), Ivo Torres.

A Teoria da Escolha com Objetos Irredutíveis e Suas Implicações, Juan Herstein Moldau.

Editora da Universidade de São Paulo.

Fernando Pessoa: As Muitas Águas de um Rio, Alvaro Cardoso Gomes.

João Scortecchi Editores. Rua Teodoro Sampaio, 1.704 - loja 13 - 05406 - São Paulo - SP.

Das Fétres, Ovidio C. Duarte.

Edições Correlato Literário. Caixa Postal 886 - 86100 - Londrina - PR.

Bagaço de um Coração - Poemas, Gonçalves Camargo.

Editora Parma. Av. Antônio Bardele, 280 - 07220 - Guarulhos - SP.

PMP Publicidade e Editora. Revista Lead - Turismo, Cultura e Lazer - n. 5.

Alinda a Sombra de Julio Frank... J. Nascimento Franco.

Edição do Centro Gráfico do Senado Federal. Distribuição: Livraria Nobel, Rua da Bahia, 559 - 02910 - São Paulo - SP.

A Odiva, Educacional Brasileira, Herança e Regate, Luiz Cassemiro dos Santos.

Inventos Diversos, Helvécio Sampaio. Edição do autor.

Lâmias, Helvécio Sampaio.

Edição do autor.

Poemas de Almandrade.

Edição do autor. Av. Vitor, 140 - 01860 - Salvador - BA.

Edico - Editora e Consultoria. Rua Iapexa, 85 - 01332 - São Paulo - SP.

Amigos da Natureza, Celso Viçosa Ponte.

Editora Nova Fronteira. Rua Barbantina, 25 - 22251 - Rio de Janeiro - RJ.

Um Homem que Dorme, Georges Perec; tradução de Dalva Lare do Diniz.

Companhia Editora Nacional. Rua Joli, 294 - 03016 - São Paulo - SP.

Luciano, Sempre aos Domingos, Heloisa Helena Troncarelli.

Unipress Editorial. Av. Paulista, 2.006 - 11.ª a. c. 1.103/1.109 - 01310 - São Paulo - SP.

Revista de Cultura da Associação Paulista de Magistrados - Decisões Apagadas.

PMP Publicidade e Editora. Revista Lead - Turismo, Cultura e Lazer - n. 5.



SEM LEI NEM REI, de Maximiano Campos, romancista pernambucano, no momento titular da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Governo de Pernambuco. O romance tem como tema central o mundo do sertão, mundo marcado pela violência. É a crônica dos fatos do cangaço capitão Antônio Brádia e seu bando, e do conflito entre dois poderosos coronéis, que temático o choque entre a decadente aristocracia canavieira e a civilização do couro, no sertão do Nordeste. Como poético, há um excelente estudo de Ariano Suassuna sobre a obra de Maximiano Campos e o romance sertanês em geral. (Companhia Melhoramentos, Rua Tito, 479 - 05051 - São Paulo - SP).



PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO BRASIL, de Mario Lorenzi. Baseado em relatórios e documentos, entrevistas, depoimentos, notícias de jornais e revistas e outras fontes, o autor compõe um panorama sombrio da prostituição infantil no Brasil, em linguagem direta, implacável, sem meios-tom nem subjetivismos teóricos. Denúncia o desrespeito à vida desde o seu princípio e o descaço com que é tratado esse infante contrário. "Sinto um profundo desconforto ao escrever sobre estes assuntos" — diz o autor. "A minha formação me impede, entretanto, de me conformar com o que lamentavelmente constato." (Tôca Editora, Avenida Capivari, 1.141 — 05050 — Porto Alegre — RS).



O Imigrante Japonês (História de sua Vida no Brasil), de Tomohisa Handa. O autor, hoje com mais de 80 anos, foi um dos primeiros imigrantes japoneses, cuja história conta através de minuciosa e competente pesquisa que ocupa um livro de mais de 800 páginas. Tomohisa Handa produziu uma obra definitiva, a mais completa e abrangente, não obstante exista uma enorme bibliografia sobre o tema, tanto no Brasil quanto no Japão. O livro foi publicado no Japão e, agora, já em português, traduzido por uma equipe de dez pesquisadores e revisado, em edição patrocinada pelo Instituto Brasil-Japão. Apesar do título, este importante trabalho estuda a imigração japonesa só em São Paulo. (T. A. Quereiro, Editor, Rua Joaquim Floriano, 133 — 05454 — São Paulo — SP).



Imprensa e Liberdade — Os Princípios Constitucionais e a Nova Legislação, de FREITAS NOBRE. A partir de mais de 20 livros, quase todos na área de Comunicação, Freitas Nobre analisa, nesta obra, os princípios constitucionais relativos à liberdade de manifestação de pensamento através dos veículos de comunicação de massa, discutindo a necessidade de uma lei específica que preserve o direito da liberdade de crítica, além de refletir os interesses da sociedade de ser bem informada. (Summus Editorial, Rua Cardoso de Almeida, 1.287 — 05013 — São Paulo — SP).



Índios da Amazônia (De Matéria a Minoria — 1750-1850), de Maria Luiza Tucci Carneiro. Estudando o período de transformação rápida e traumática da sociedade amazônica, no século que se estende de 1750 a 1850, o autor analisa as causas e consequências da expressiva perda de importância demográfica e social das populações indígenas da região. O ensaio cobre um período considerado "anão" na história da Amazônia: depois das missões e antes da era da borracha. Acompanha a obra um extenso apêndice documental contemporâneo da época estudada. O autor é antropólogo e especialista em etno-história. (Editora Vozes, Rua Frei Luís, 100 — 25089 — Petrópolis — RJ).

A assinatura anual do DO Leitura custa Cz\$ 120,00. Faça seu pedido acompanhado de cheque nominal à Imprensa Oficial do Estado. Rua da Mooca, 1.921. 03103 — São Paulo — SP.



Trem Fantasma, de Francisco Foot Hartmann, professor de Teoria Literária na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esta é uma viagem que tem como ponto de partida as maravilhas mecânicas do século XIX, desde sua aparição no espaço urbano das grandes metrópoles até sua dispersão pelas regiões mais desérticas e inóspitas do mundo, como foi o caso da ferrovia Madeira-Mamoré nos confins da Amazônia. Entre as várias modalidades desse teatro do maquinismo, Francisco Foot Hartmann destaca também o papel das Exposições Universais, que, desde o início, contêm com a presença do Brasil. Trem Fantasma é um livro sobre a realidade trágica dessas quimeras de ferro representadas pelas obras fabulosas do universo burguês em expansão. Recupera-se, assim, a face menos eufórica das imagens e processos sociais de montagem do espetáculo da modernidade na selva: a morte de milhares de constituintes anônimos como norma, as ruínas precoces como resultado e a ideologia progressista enquanto fonte de pesadelos reais como os vividos pelos homens e mulheres da Madeira-Mamoré. (Editora Companhia das Letras, Rua Barão Funda, 290 — 01132 — São Paulo — SP).



Osman Lins — Crítica e Criação, de Ana Luiza Brito Cezar Andrade, professora de Língua e Literatura Brasileira na Universidade Harvard, Estados Unidos. "Procuramos colocar em evidência o grande valor de Osman Lins, tanto como escritor quanto como crítico social e literário, fazendo-se representante único de um momento de importância capital para as letras brasileiras" — diz a autora, no prefácio deste cuidadoso estudo do conjunto da obra de ficção de Osman Lins, escritor que sempre se mostrou profundamente consciente de sua função num meio que o rejeitava, e que teve como preocupação fundamental o papel do artista na sociedade. O livro constitui tese de doutoramento da autora em Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade do Texas, Estados Unidos. (Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia — Hucitec, Rua Comendador Eduardo Sarcob 344, — 04605 — São Paulo — SP).

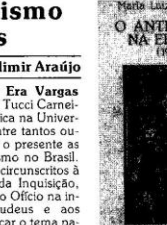
literatura brasileira na Universidade Harvard, Estados Unidos. "Procuramos colocar em evidência o grande valor de Osman Lins, tanto como escritor quanto como crítico social e literário, fazendo-se representante único de um momento de importância capital para as letras brasileiras" — diz a autora, no prefácio deste cuidadoso estudo do conjunto da obra de ficção de Osman Lins, escritor que sempre se mostrou profundamente consciente de sua função num meio que o rejeitava, e que teve como preocupação fundamental o papel do artista na sociedade. O livro constitui tese de doutoramento da autora em Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade do Texas, Estados Unidos. (Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia — Hucitec, Rua Comendador Eduardo Sarcob 344, — 04605 — São Paulo — SP).

O Anti-Semitismo na Era Vargas

Wladimir Araújo

O Anti-Semitismo na Era Vargas (1930-1945), de Maria Luiza Tucci Carneiro, professora de História Ibérica na Universidade de São Paulo, tem, entre tantos outros méritos, o de trazer para o presente as pesquisas sobre o anti-semitismo no Brasil. Estes estudos geralmente são circunscritos à época colonial e à atuação da Inquisição, através das visitações do Santo Ofício na incessante perseguição aos judeus e aos cristãos-novos. Foi bom deslocar o tema para o século XX, quando, nas décadas de 30 e 40, pela ação e omissão do nosso governo, milhares de seres humanos foram levados à morte, número consideravelmente maior do que resultou da atuação da Inquisição no Brasil durante três séculos. O livro estuda minuciosamente a atuação do governo brasileiro, através principalmente da diplomacia, negando visto de entrada no Brasil aos judeus que procuravam nossos consulatos e embaixadas na Europa no desespero de escapar dos assassinos nazistas da Alemanha e de seus muitos admiradores no resto da Europa. "O que é trágico, como a autora sublinha — escreve Antonio Cândido na apresentação do livro —, é que naquele momento a restrição à entrada dos judeus podia levar, como levou, à desgraça e à morte milhares de seres humanos. De modo que barrá-los, por anti-semitismo, xenofobia, nacionalismo ou simples displicência, acabou tendo os mesmos resultados catastróficos. Provavelmente a maioria daqueles funcionários não desejava que ocorresse o que ocorreu aos judeus — a 'solução final', cuja pavorosa extensão só se revelou depois da guerra. Mas o terrível é que os atos que praticaram, ou as medidas que preconizaram, contribuíram muitas vezes para a catástrofe. E há algo ainda mais terrível, que o leitor imagina lendo certas passagens do livro: talvez muitos daqueles funcionários intelectuais aceitassem mesmo as consequências finais do anti-semitismo. Seja como for, este livro revolve um terreno dramático de maneira sugestiva e eficaz, configurando-se como marco na historiografia brasileira."

A autora investigou também "como a imagem do judeu foi trabalhada junto à opinião pública, alimentando a persistência de valores anti-semitas", citando e analisando numerosos exemplos. E aqui surge novamente a necessidade de realizar a oportunidade de estudo do anti-semitismo no Brasil contemporâneo. Assim como o racismo de que são vítimas os negros, o anti-semitismo também tem muitas faces, roupagens variadas conforme a época. Hoje, como ontem, os meios de comunicação também alimentam a persistência de valores anti-semitas. A roupa da moda é o conflito do Oriente Médio. Basta ler as entrelinhas, as sutilezas, o



tom do noticiário sobre Israel publicado pelos nossos grandes jornais. Os títulos das notícias são verdadeiros editoriais que focalizam não a atuação política do israelense mas a perversidade do judeu. Quanto à diplomacia, a era Vargas fez escola. Para o Itamaraty, sionismo é sinônimo de racismo e, como se vê através dos votos do Brasil na Assembleia Geral e em outras instâncias da ONU, o Oriente Médio está maniqueamente dividido em duas partes absolutamente inconfundíveis: Israel, de um lado, e, de outro, uma revoadada de mininos anjinhos da OLP. É a roupa da moda. O anti-semitismo é componente essencial do mundo cristão, que o cultivava ostensivamente com foguetes, câmaras de gás e omissão de socorro, até um passado muito recente, e o cultivava hoje com a hipocrisia permitida pela paralogem diplomática bem abastecida pela crise do petróleo, além das mil sutilezas da vida de todos os dias. É sempre bom lembrar que, assim como o anti-semitismo não foi inventado por Hitler, também não morreu com ele.

No ano em que se comemora o centenário da abolição do trabalho escravo no Brasil, o tema do racismo que discrimina a comunidade negra está sendo mais estudado do que nunca, assim como a militância enfrenta vigorosamente o problema, ampliando sua área de combate e conquista. Muito oportuno, também deste ponto de vista, o lançamento do preciso livro da professora Maria Luiza Tucci Carneiro. Manifestando-se contra esta ou aquela etnia, o racismo é sempre um crime. No caso do Brasil, entrelaçaram-se negros e judeus. Eis uma pérola do bestialógico racista, descoberta pela infatigável professora Maria Luiza, numa carta dirigida ao presidente Getúlio Vargas por Rosalina Coelho Lisboa, em setembro de 1940, quando a conhecida escritora se manifestava contra a entrada de imigrantes judeus: "Que ganhamos nós, com gente desta raça? Um elemento rivalizador do mulato para estragar a raça!"

Maria Luiza Tucci Carneiro — **O Anti-Semitismo na Era Vargas (1930-1945)**, Editora Brasileira, Rua da Cometeção, 2.977 — 01116 — São Paulo — SP. Preço:

Pinacoteca do Estado — Catálogo Geral

Contando com 3.321 obras em seu acervo, a Pinacoteca do Estado é um dos mais importantes centros artísticos do Brasil. Sua história se confunde com a do Museu de Arte e Ofícios, que funciona desde 1873, em cujo prédio começou a formação do acervo, por iniciativa de Cerqueira César e Ramos de Azevedo, este último o engenheiro que projetou o edifício. A Pinacoteca foi inaugurada em 1905, passando a ter existência legal a partir de 1911, através de uma lei que tornou o Estado de São Paulo responsável por ela. Nesse mesmo ano, foi inaugurado o Teatro Municipal, também projetado por Ramos de Azevedo, equipando-se a cidade com mais um conjunto edificado para o desenvolvimento da cultura.

Centro criador e tradutor de cultura, a Pinacoteca foi-se enriquecendo progressivamente, e, agora, seu imenso e valiosíssimo acervo aparece todo relacionado na publicação **Pinacoteca do Estado — Catálogo Geral de Obras**, destinado a documentar, divulgar e preservar este importante patrimônio artístico da comunidade. Sob a supervisão geral de Maria Cecília Franchini Loureiro, e fruto do trabalho de dois anos de uma grande equipe, o catálogo é uma edição da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, através da Divisão de Museus e Arquivos, com a colaboração do Ministério da Cultura e da Imprensa Oficial do Estado. A IMESP realizou um trabalho fático de altíssima qualidade, onde, em 340 páginas, consta a pormenorizada descrição de todas as obras do acervo, além da reprodução de uma seleção de obras esculpidas entre as mais representativas. O catálogo pretende ser mais do que um simples banco de dados com nomes e números, buscando apenas com superficialidade informativa na folha enciclopédica. Surge, na verdade, da preocupação de incentivar estudos aprofundados das obras do acervo, através da divulgação de nomes de artistas, datas, técnicas, temas e dimensões das obras, para que pesquisadores e estudiosos possam incluir em seus trabalhos uma intimidade da fruição com tais elementos. O catálogo, igualmente, procura prevenir eventuais ações danosas ao acervo, nele registrado e individualizado por múltiplas fontes.



COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

Diretor-Superintendente
ANTONIO ARNOSTI

DIRETORIA
Artes Gráficas: Carlos Eduardo Leite Perrone
Jornal: Luiz Carlos dos Santos
Comercial: Mauro Daher
Administrativa e Financeira: José Engelberto de Oliveira

SEDE E ADMINISTRAÇÃO — Rua da Mooca, 1.921 — CEP 03103 — São Paulo
Telefones 291-3344 (PABX) 93-0118 — Telex (011) 83090



Editor
Wladimir Araújo

Editor de Arte
Ionaldo Cavalcanti

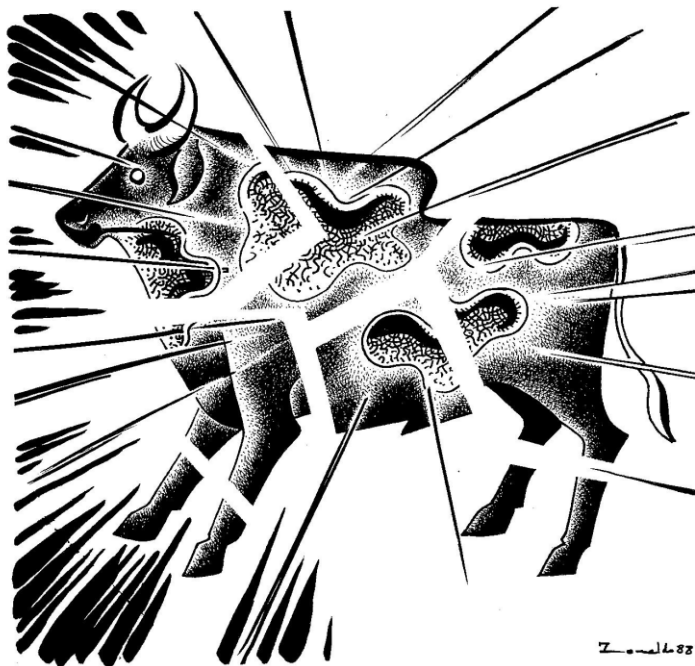
Assinatura anual Cz\$ 120,00. Venda avulsa Cz\$ 10,00

COLABORAÇÕES — As colaborações para o DO Leitura são solicitadas pela Redação. As colaborações enviadas espontaneamente também são objeto de apreciação, mas pedimos compreensão para a impossibilidade de troca de correspondência ou devolução de originais.

A "farra do boi" e o Direito

J. Nascimento Franco

ilustração de Ionaldo Cavalcanti



A legislação destinada à proteção dos animais representa, na história do Direito, uma das etapas mais progressistas e mais generosas. De início, as sociedades protetoras mal conseguiram algumas leis tímidas e lacunosas, que, todavia, serviram para lembrar que a preservação do Homem depende em grande parte da preservação da Natureza, dentro da qual todos os animais desempenham um papel importantíssimo. Mas a insistência de alguns abnegados acabou vencendo e desaguando na Declaração Universal dos Direitos do Animal, que está influenciando a legislação de quase todos os países do mundo. No seu preâmbulo, ela afirma que o desconhecimento dos direitos do animal vinha levando o Homem a cometer crimes horrorosos contra a ecologia e que o reconhecimento, pela espécie humana, dos direitos de outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência de todas elas. Essa advertência profundamente humanitária foi endereçada aos pais e aos educadores, uma vez que a eles compete ensinar a infância a observar, compreender, respeitar e amar os animais.

Prosseguindo, a Declaração realça que todos os animais nascem iguais diante da vida e, por isso, têm direito: a) de ser livres em seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático; b) quando trabalhadores, a uma jornada limitada e periodicamente interrompida para a alimentação e descanso; c) se destinados à alimentação humana, a nutrição abundante e alojamento capaz de permitir movimentos livres, ao contrário do que ocorre nas granjas, em toda parte; d) de não serem sacrificados sem anestesia ou processo apto a evitar dor física e antevisão do que lhes vai acontecer.

Outras tantas normas análogas enobrecem e engrandecem a Declaração Universal dos Direitos do Animal, além de inspirarem a legislação moderna, tão avançada quanto caridosa. Na Suíça, a Assembléia da Confederação expediu a lei federal de 9 de março de 1978, que proíbe, entre outras práticas, as seguintes: a) o aprisionamento de animais em locais desprovidos de aeração e iluminação suficientes; b) o confinamen-

to em gaiolas ou nichos cujas dimensões e condições mínimas não contem com aprovação prévia dos poderes competentes; c) a fabricação, venda e utilização de veículos para transporte de animais em desacordo com as normas legais; d) o transporte de animais em situação de desconforto, sem paradas regulares para repouso e alimentação, tudo sob controle da polícia cantonal ou federal, bem como das sociedades protetoras e do povo em geral; e) submissão do animal a experiência científica sem prévia autorização das autoridades, em processo no qual deverão ser consignadas as condições em que ela será realizada; f) a realização de experiências por pessoa que não seja, pelo menos, formada em veterinária e habilitada a aplicar a indispensável anestesia e, no pós-operatório, o tratamento adequado para restabelecer a saúde do animal; g) quando a sobrevida não for possível, o sacrifício do animal sem os cuidados mínimos para que não padeça sofrimento evitável por qualquer medicamento ou processo científico, ainda que seja o mais moderno e mais sofisticado (consta isso expressamente da lei); h) a submissão do animal a mais de duas experiências, salvo em caso excepcional e mediante autorização prévia das autoridades.

Para poder controlar a rigorosa obediência a essas regras, no caso de experimentação científica sobre o animal, exige-se, na Suíça, que se forme um dossiê contendo um relatório do que foi feito, dos medicamentos utilizados, das reações do "paciente", ficando essas provas arquivadas pelo menos durante dois anos à disposição das autoridades, das sociedades protetoras ou de qualquer pessoa que, devidamente habilitada, queira examiná-las.

Nos matadouros, nenhum animal pode ser sangrado ou de qualquer forma abatido sem ser previamente anestesiado e adormecido, através do processo adequado, inclusive eletrocussão, para eliminar o estado de angústia, medo ou sofrimento. Até os cortes das caudas, orelhas etc. de determinadas raças caninas são severamente vetados e punidos.

São essas as normas legais existentes na Suíça, para proteção aos animais. O povo, culto e generoso, conscientizou-se de que elas são justas e as obedece com o rigor que lhe é característico. Para torná-las mais eficientes, as autoridades divulgam essas disposições legais por todos os meios, por folhetos ilustrados distribuídos nas escolas, por cartazes nas estradas, pela imprensa etc. Além de punitivas, essas leis destinam-se também e principalmente a manter presente no espírito do povo o sentimento de que os animais sofrem como os homens, e como estes, e por estes, devem ser protegidos.

Estas reflexões afloraram em meu espírito diante das notícias de que em algumas regiões do Estado de Santa Catarina já se preparam os algozes para a odiosa "farra do boi", na qual bois famintos são entregues a todas as agressões, a começar pelo vazamento de seus olhos, até o esquartejamento ainda vivos!

Trata-se de brutalidade praticada por uma súcia de brutos, que certamente não conta com o beneplácito do nobre povo catarinense. Santa Catarina destaca-se não só pela operosidade, mas também pela cultura e pela generosidade de sua população. É preciso, portanto, erradicar dos hábitos de uma minoria embrutecida a sórdida "farra do boi". É técnica e tróica a tentativa de amenizá-la com pedidos e conselhos para que os torturadores se contenham. O brinquedo para esses monstros constitui sofrimento para os pobres animais.

O que se impõe é lembrar ao douto Ministério Público catarinense que a lei (§ 3.º do art. 2.º do Decreto n.º 24.645, de 10.7.34) lhe atribui o dever de tomar as medidas criminais adequadas para punir a tortura contra os bois sacrificados. Estão, pois, com a palavra os promotores públicos de todas as comarcas onde for promovida a "farra do boi", que é simplesmente um crime contra os infelizes irracionais.



J. Nascimento Franco é advogado em São Paulo.

D.O.

São Paulo, 6(71) abril de 1988